



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 47 - SÁBADO, 14 DE ABRIL DE 2007 - BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Álvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – PFL-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER Lúcia Vânia VICE-LÍDERES LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá VICE-LÍDERES DO GOVERNO
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 47ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE ABRIL DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término de prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Resolução nºs 15 e 16, de 2007, que vão à promulgação, aprovados terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 09707

1.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, que dá nova redação aos arts. 54, 55 e 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. 09707

1.2.3 – Parecer

Nº 248, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 54, de 2007 (nº 165/2007, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor *Fausto Pereira dos Santos* para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS..... 09708

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR *WILSON MATOS* – Defesa da derubada do veto presidencial à denominada “Emenda 3”, apresentada ao projeto que criou a Super-Receita..... 09711

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Necessidade de transferência ao Governo de Roraima do patrimônio público situado dentro de seus limites territoriais. Comentários a respeito do documento intitulado “Agenda de Desenvolvimento de Roraima”..... 09714

SENADORA *MARISA SERRANO* – Apoio à proposta de destinação de recursos da CPMF aos municípios. Escalada da violência na cidade de Dourados/MS..... 09756

SENADOR *PAULO PAIM* – Encontro com o Ministro do Trabalho para tratar da denominada “Emenda 3”. Tentativa de acordo entre a Aracruz Celulose e quilombolas do Espírito Santo.

Necessidade de uma política permanente de recuperação dos salários dos aposentados e pensionistas..... 09759

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Apresentação de requerimentos que solicita voto de aplauso ao Comando Militar da Amazônia. e voto de aplauso pelo transcurso, em 16 de abril, do Dia Mundial da Voz. Preocupação com as inundações ocorridas nos últimos dias em Manaus. Homenagem à Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia..... 09768

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 347, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Comando Militar da Amazônia, pelas ações dos Pelotões Especiais de Fronteira, desenvolvidos nas áreas fronteiriças da região amazônica..... 09772

Nº 348, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso pelo transcurso, em 16 de abril, do Dia Mundial da Voz. 09772

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Considerações sobre o discurso do Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito das reivindicações encaminhadas pelo Governador Ottomar Pinto ao Presidente Lula. 09773

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Réplica ao Senador Romero Jucá. 09777

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Tréplica ao Senador Mozarildo Cavalcanti..... 09777

SENADOR *GILVAM BORGES* – Considerações sobre reportagem da revista *Veja* intitulada “O Alerta dos Pólos”..... 09778

SENADOR *MÃO SANTA* – Críticas ao modelo de gestão adotado pelo Governo Lula..... 09779

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – COMISSÃO DIRETORA

Decisão datada de 10 de abril de 2007..... 09784

3 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 3.234, de 2007..... 09786

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-
MANENTES
7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR-
LAMENTAR
8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-
CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-
GRESSO NACIONAL
12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL
13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 47ª Sessão Não Deliberativa, em 13 de abril de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Wilson Matos

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 15, de 2007**, que suspende a execução do art. 4º da Medida Provisória nº 1.577, de 11 de junho de 1997, na parte em que alterou o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de igual disposição constante de suas reedições até a Medida Provisória nº 2.027-39, de 1º de junho de 2000; e
- **Projeto de Resolução nº 16, de 2007**, que suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução do inciso II do art. 17 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Tendo sido apreciadas em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as matérias serão encaminhadas à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2007

Dá nova redação aos arts. 54, 55 e 244 da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 1º O art. 54 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54 Os condutores de motocicletas, motonetas ciclomotores só poderão circular nas vias:

I – utilizando capacete de segurança, com a inscrição refletiva visível da placa do veículo, com viseira ou óculos protetores;

.....
III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran, e colete com a inscrição visível da placa do veículo. (NR)”

Art. 2º O art. 55 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55. Os passageiros de motocicletas, motonetas ciclomotores só poderão ser transportados:

I – utilizando capacete de segurança, com a inscrição refletiva visível da placa do veículo, com viseira ou óculos protetores;

.....
III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran, e colete com a inscrição visível da placa do veículo. (NR)”

Art. 3º Acrescente-se o inciso VI no art. 244 da Lei nº 9.503, de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 244.

VI – usando capacete de segurança e colete sem as inscrições visíveis da placa do veículo;

VII – transportando passageiro sem o capacete e o colete, na forma descrita no inciso anterior; (NR)”

.....
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente Projeto de Lei tem por finalidade aumentar os mecanismos para a diminuição da violência urbana.

Os condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores terão seus veículos mais facilmente identificados, em função da inscrição da placa do veículo no capacete, com a inscrição refletiva para permitir a visão no período noturno, e no vestuário, contribuindo, também, para aumentar a segurança do condutor. Assim, espera-se uma diminuição da utilização destes veículos na prática de crimes nas vias urbanas, como em assaltos a pedestres.

Como exemplo, recentemente foi noticiado o assalto a modelo fotográfica no Rio de Janeiro e a condutores de outros veículos.

Desta forma, em casos de “blitz”, a não utilização das inscrições no capacete ou no vestuário levantará a suspeita do agente policial, podendo-se evitar a ocorrência ou a prisão de um criminoso.

Em janeiro deste ano, o Contran editou a Resolução nº 219, estabelecendo a obrigatoriedade das inscrições no capacete e em colete apenas para os chamados **motoboys**, isto é, aqueles que utilizam a motocicleta como meio econômico. Entendemos que a obrigatoriedade deve ser para todos os condutores e que sua inscrição na lei garantirá seu efetivo cumprimento e não ficará sujeita a alterações episódicas por parte do Poder Executivo.

Vale destacar que tal medida foi adotada com muito sucesso na Colômbia, país que vivia uma verdadeira guerra civil contra o crime organizado e que vem apresentando melhorias exemplares na segurança de sua população.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2007. – Senador **Wilson Matos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

Art. 54. Os condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão circular nas vias:

I – utilizando capacete de segurança, com viseira ou óculos protetores;

II – segurando o guidom com as duas mãos;

III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran.

Art. 55. Os passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão ser transportados:

I – utilizando capacete de segurança;

II – em carro lateral acoplado aos veículos ou em assento suplementar atrás do condutor;

III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran.

Art. 244. Conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor:

I – sem usar capacete de segurança com viseira ou óculos de proteção e vestuário de acordo com as normas e especificações aprovadas pelo Contran;

II – transportando passageiro sem o capacete de segurança, na forma estabelecida no inciso anterior, ou fora do assento suplementar colocado atrás do condutor ou em carro lateral;

III – fazendo malabarismo ou equilibrando-se apenas em uma roda;

IV – com os faróis apagados;

V – transportando criança menor de sete anos ou que não tenha, nas circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança:

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa e suspensão do direito de dirigir;

Medida administrativa – Recolhimento do documento de habilitação;

VI – rebocando outro veículo;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

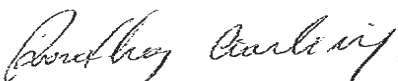

PARECER Nº 248, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem ao Senado Federal nº 54, de 2007 (nº 165/2007, na origem), do Presidente da República, submetendo à apreciação do

Senado Federal o nome do Senhor Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A Comissão de Assuntos Sociais, em votação secreta, realizada em 11 de abril de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Wellington Salgado, sobre a Mensagem (SF) nº 54, de 2007, opina pela aprovação da indicação do Senhor Fausto Pereira dos Santos, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por 17 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2007.

 ,Presidente
 ,Relator

RELATÓRIO

Relator: Senador **Wellington Salgado**

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal, por meio da Mensagem nº 54, de 2007 (Mensagem nº 165, de 21 de março de 2007, na origem) o nome do Senhor Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Anexado à Mensagem, foi enviado o **curriculum vitae** do indicado.

O Senhor Fausto Pereira dos Santos é brasileiro, natural de Pontalina, Goiás, tem 45 anos e é casado.

É médico graduado em 1985 pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás; foi residente de Medicina Preventiva e Social no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1987; e obteve os títulos de Mestre em Administração, concedido pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1990, e de Doutor em Saúde Coletiva, pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, em 2006. Para a obtenção do título de doutor, defendeu tese sobre A regulação pública da saúde no Brasil: o caso da saúde suplementar.

Do **curriculum vitae** consta, como sua última atividade, a de Diretor Presidente da ANS, de dezembro de 2003 a dezembro de 2006. Na relação de funções exercidas, consta a de pesquisador e outras na área de Saúde Pública.

No início de sua vida profissional, atuou como pesquisador no Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva e Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais, entre 1987 e 1990, e foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1987 e 1988, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 1989 e 1990.

A partir de então, ocupou vários cargos na área de saúde pública nos âmbitos municipal e federal: foi Coordenador de Atenção à Saúde e, depois, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde de Ipatinga, MG, entre 1990 e 1994; foi Chefe do Departamento de Planejamento e Regulação, Secretário-Adjunto e Secretário Interino, da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, nos anos de 1995 a 1998; foi Consultor do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Saúde Suplementar para a área de regulação dos Planos e Seguros de Saúde, entre 1998 e 2002; e Diretor de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, entre janeiro e dezembro de 2003.

Ademais das atividades profissionais relatadas, o Dr. Fausto ocupou vários cargos de representação, incluindo a direção, por duas gestões, do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina em que se graduou; uma representação no Conselho de Residência Médica do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais; a vice-presidência da Associação Nacional de Médicos Residentes; a representação do Ministério da Saúde no Conselho Nacional de Assistência Social e na Câmara de Saúde Suplementar da ANS; foi delegado do Ministério da Saúde na XII Conferência Nacional de Saúde; e Coordenador do Fórum Nacional de Saúde Suplementar e Presidente da Câmara de Saúde Suplementar.

O Dr. Fausto publicou, ainda, vários artigos, capítulos de livros e relatórios de pesquisa.

Em face do histórico pessoal e profissional aqui resumido, entendemos que a CAS dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

MENSAGEM (SF) Nº 54 de 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/04/2007. OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI

RELATOR: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- SERYS SLHESARENKO(PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	3- EXPEDITO JÚNIOR (PR)
PAULO PAIM (PT)	4- FERNANDO COLLOR (PTB)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB)
1. CÍO ARRUDA (PC do B)	6- IDELI SALVATTI (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	7- MAGNO MALTA (PR)
JOSÉ NERY (PSOL) (por cessão)	8- (vago)
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
ROMERO JUCÁ	1- LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALTER PEREIRA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- NEUTO DE CONTO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (RELATOR)	5- JOAQUIM RORIZ
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)
DEMÓSTENES TORRES	1- ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU	3- RAIMUNDO COLOMBO
ROSALBA CIARLINI (PRESIDENTE)	4- ROMEU TUMA
EDUARDO AZEREDO	5- CÍCERO LUCENA
LÚCIA VÂNIA	6- SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7- MARISA SERRANO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
JOÃO DURVAL	1-CRISTOVAM BUARQUE

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Wilson Matos, nobre representante do Estado do Paraná.

Dizia-me S. Ex^a que uma de suas especialidades é a educação. Com certeza, S. Ex^a tem muito a contribuir com esta Casa e com o País.

O SR. WILSON MATOS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, bem como os demais Senadores e Senadoras presentes.

Tenho o prazer de usar a tribuna neste momento para fazer alguns registros, dar algumas contribuições e apresentar algumas idéias que trazemos do nosso cotidiano.

Dentro de poucos dias, estarei organizando todo um trabalho que pretendo fazer aqui, no Senado Federal, na área da educação, mas hoje eu gostaria de falar um pouco sobre outro tema.

Como é do conhecimento dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no dia 16 de março passado, o projeto de lei que unificou as Secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária na chamada Super-Receita. Em meio a contendas que ganharam dimensão nacional, o Presidente Lula vetou a Emenda nº 3. Nesse contexto, é importante recordar que, após exaustivas rodadas de negociações, o Senado Federal incluiu no projeto da Super-Receita a mencionada Emenda, que foi, em seguida, aprovada na Câmara dos Deputados por 304 votos contra 146.

No entendimento majoritário do Parlamento, os auditores fiscais não poderiam deliberar sobre as pessoas jurídicas quando entenderem que a relação de prestação de serviço com outra empresa é, na verdade, uma relação trabalhista. Pelo texto aprovado no Congresso Nacional, apenas a Justiça do Trabalho teria o poder de autuar empresas nos casos de contratação irregular de pessoas jurídicas.

No mundo moderno, notadamente na sociedade do conhecimento e da informação, as relações entre as empresas e as eventuais prestadoras de serviço são as mais complexas possíveis. Não vejo, por mais bem qualificados que sejam os auditores fiscais, condições efetivas que os habilitem a julgar um contrato de trabalho. Sem dúvida, essa é uma atribuição privativa da Justiça do Trabalho.

Como tão bem definiu a seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, “o texto da Emenda 3 nada mais faz do que exigir que eventual desconsi-

deração de um ato jurídico perfeito e acabado, no caso uma fraude à legislação trabalhista, deva ser decidido na esfera judicial”.

As mudanças ocorridas tanto na relação entre empregadores e empregados – aqui ainda utilizando uma denominação arcaica – bem como nas fórmulas e modalidades de trabalho são responsáveis por verdadeira revolução naquilo que convenientemente se designou chamar de trabalho e vínculo empregatício. O sociólogo e professor da universidade romana *La Sapienza*, Domenico de Masi, por exemplo, afirma que, dos 6 bilhões de habitantes do mundo, somente 1,5 bilhão de pessoas trabalham formalmente – o restante não conhece ou não tem acesso ao ritmo pós-industrial de trabalho. É inaceitável, nos dias atuais, abordar a temática do trabalho em suas diversas modalidades sem considerar novos paradigmas, os paradigmas da sociedade do conhecimento e da sociedade da informação.

Em seus estudos, desenvolvidos a partir da observação do trabalho dos operários e dos empregadores, e considerando o vetor atual do aumento do trabalho intelectual, Domenico de Masi chama atenção para o fato de que há uma distinção cada vez mais tênue entre o trabalho propriamente dito e a criatividade. “E sendo a criatividade a principal ferramenta do trabalho do mundo moderno, fica difícil distinguir os momentos em que estamos, de fato, trabalhando duro ou os momentos em que, mesmo usufruindo de tempo livre, estamos criando coisas”, afirma Domenico, ilustrando o assunto também com o seguinte pensamento: “O trabalho braçal a máquina faz; o mental o computador realiza; ao ser humano resta a tarefa na qual ele jamais será substituído, que é ter idéias e ser criativo”.

Não pretendo, Sr. Presidente, assumir uma postura crítica em relação ao veto da Emenda nº 3 sem ressaltar que nossa visão está calcada nos dados mais atualizados sobre o tema em epígrafe. O aumento exponencial dos profissionais especializados que trabalham como pessoas jurídicas é uma realidade incontestável, que tem de ser abordada sob um prisma que leve em conta todas as variantes interpostas.

Segundo José Pastore – sociólogo, especialista em relações do trabalho e desenvolvimento institucional, professor da Universidade de São Paulo –, o tipo de empresa que mais cresce em número é o modelo que não tem empregados. Nos Estados Unidos, por exemplo, entre 2003 e 2004, houve um aumento de quase um milhão de empresas desse tipo. Das 27 milhões de empresas existentes, 19,5 milhões (72%) não possuem empregados.

Segundo dados do Cadastro Central de Empresas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) de 2003, dos 4,9 milhões de empresas existentes, 3,4 milhões (69%) estão nessa categoria – em 1997, eram apenas 65%.

Conforme levantamento do Prof. José Pastore, aproximadamente 17% do pessoal ocupado do Brasil trabalha em empresas sem empregados. As áreas de atuação são as mais variadas, desde a lanchonete até – e principalmente – o consultor.

Não é por acaso que ouvimos constantes referências à modalidade de trabalho que consagrou o chamado *home office*. O “trabalho em casa” se vale essencialmente de duas poderosas ferramentas: a mente e o *notebook*. Está sacramentado em todos os quadrantes do planeta como espaço de produção e criação intelectual. Como mensurar produtividade e até mesmo estabelecer liames com o código trabalhista de um país diante de tantas inovações?

A propósito, nossa Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) encontra-se defasada em face das mudanças verificadas nos últimos tempos. Ela abriga normas que engessam a relação e a ação da empresa em todas as direções. Nos últimos 50 anos, os atores que protagonizavam as relações de trabalho, baseados na clássica dicotomia empregador/empregado, passaram a operar e a interagir sob novo *script*. O cliente interno da organização – assim são chamados os colaboradores – ganhou importância, e suas satisfações passaram a figurar entre as metas fixadas, juntamente com o atendimento ao público externo.

A CLT não está atualizada para regular as relações advindas na esteira do incremento do trabalho intelectual, que não se mensura na simples relação tempo e espaço e que, na busca da excelência perseguida pelas empresas, contempla a criatividade e a qualidade. É preciso urgentemente modernizá-la e adaptá-la ao novo tempo.

Como destaca o Prof. Pastore, “os serviços que mais se expandem por meio das pessoas jurídicas – no mundo inteiro – são os que se relacionam com a chamada economia intangível e que dependem muito mais do talento intelectual do que da força física. Nos Estados Unidos, dos 19,5 milhões de empresas sem empregados, 14% são de pessoas liberais, técnicos e cientistas; 8,2% de serviços de saúde; 7% de apoio administrativo; 4,8% do campo das artes, entretenimento e recreação; 3,6% dos seguros e finanças; 2,1% dos serviços educacionais; 1,4% dos serviços de informação e comunicação. Ou seja, 41% caem na área dos intangíveis.”

É importante aqui destacar que, em nosso País, observa-se o mesmo em termos de distribuição: quase a metade é constituída de empresas cujos

profissionais empenham atividades especializadas como pessoas jurídicas de economia intangíveis.

É fato incontestável que o Governo Federal, ao defender em bloco o veto à Emenda nº 3, deixou de considerar que o crescimento desse tipo de atividade é mundial e reflete, como nos ensina José Pastore, “uma nova divisão do trabalho”. Sim, pois o próprio conceito de trabalho mudou: “Nos dias atuais, são muitas as formas de trabalhar: tempo parcial; por projeto (que tem começo, meio e fim); trabalho à distância; trabalho casual, intermitente, cooperado, compartilhado, etc”, afirma o especialista da Universidade de São Paulo. Ademais, já foi o tempo em que os papéis exercidos pelos empregados e empregadores eram claramente divididos e identificáveis. E, se antes eles até mesmo se confrontavam, a exemplo das históricas greves do passado, hoje se unem, enfrentando juntos os desafios advindos com a chamada “globalização”.

No passado, a eficiência de uma estrutura empresarial era mensurada segundo parâmetros que envolviam o “fazer tudo”, sem partilhar etapas produtivas. Atualmente, uma empresa é eficiente quando dimensiona, com toda precisão e escala, o que “faz” e não hesita em comprar o que é feito com mais eficiência e no tempo certo por outra pessoa ou empresa. Não há mais espaço para o desperdício de qualquer natureza, muito menos dos seus recursos humanos, um erro fatal para qualquer organização moderna.

Uma consideração importante que o estudioso faz diz respeito à competição entre as empresas. Atualmente, a competição ocorre entre “redes de produção”, das quais participam várias empresas e profissionais diferentes, inclusive formando os APLs – Arranjos Produtivos Locais –, uma nova figura na qual várias empresas se associam para produzir um único produto, objetivando aumentar a eficiência e a produtividade, sobretudo a competitividade. Nessas redes, cada um entra com sua especialidade, no tempo certo e pelo preço adequado.

Nesse contexto, nossa visão vai ao encontro aos novos paradigmas que norteiam a sociedade moderna, ou seja, precisamos aperfeiçoar, Sr. Presidente, o ordenamento jurídico, mas jamais promover uma “cruzada” para constranger e cercear os que trabalham legalmente como pessoas jurídicas. O que é verdadeiramente nefasto para o Brasil é a informalidade, que grassa no País e atinge quase 60% dos que trabalham.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria que o Senado da República, ao examinar os vetos presidenciais, se debruçasse, com todo o senso possível de realismo, sobre o veto presidencial à Emenda nº 3, veto esse que considero insustentável.

Essas são, por ora, as ponderações que eu gostaria de fazer sobre o tema que tanta polêmica vem provocando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Wilson Matos, primeiramente, eu gostaria de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Quero lhe dizer que fiz um pronunciamento defendendo o veto do Presidente, mas quero ponderar – se assim V. Ex^a me permitir, porque não estou no plenário – ...

O SR. WILSON MATOS (PSDB – PR) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– ... que muitos dos seus argumentos são totalmente procedentes. Com essa preocupação, entendo que podemos construir um meio-termo, Senador Mozarildo e Senador Mão Santa, debatendo a Emenda nº 3 em uma audiência pública, na Comissão de Assuntos Sociais, para buscarmos uma alternativa. Por isso, quero contar muito com V. Ex^a para construirmos esse meio-termo.

Concordo com V. Ex^a: mais de 60% dos assalariados brasileiros estão no mercado informal.

Eu o cumprimento pelo seu pronunciamento. É a partir desse bom debate que poderemos construir o meio-termo.

V. Ex^a está com a palavra, e o Senador Mão Santa vai apartear-lo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Wilson Matos, primeiramente, apresentamos os cumprimentos, as boas-vindas a V. Ex^a. V. Ex^a, vem de um Estado grandioso, um Estado livre, um Estado que tem história própria. Lá existe a “boca maldita”, que é a tribuna que surgiu contra a ditadura. Estive lá. V. Ex^a representa, sem dúvida alguma, um dos melhores Senadores que tem esta Casa, o Senador Alvaro Dias. Senador Paulo Paim, eu me lembro que, na Copa de 62, o Pelé se contundiu. Todo mundo ficou desesperado, mas entra o Amarildo e faz os gols – V. Ex^a já entra aí. Paim, olha, temos que fazer uma reflexão. Na história do Rio Grande do Sul, sei a bravura daquela gente toda, desde Bento Gonçalves, na luta precursora da República que foi a Guerra dos Farrapos, dos lanceiros negros que dela participaram; do seu avô, de V. Ex^a e Martin Luther King, todos simbolizados pelo Senador Pedro Simon, que assinou ontem a CPI. Mas a reflexão que faço é sobre o livro de um economista moderno que fala do fim do emprego. As coisas mudaram. Hoje, a maioria das iniciativas de trabalho é pessoal, mas, agora, em pouco tempo, o Senador Wilson Matos vem com uma tese... Segundo a Bíblia, a sabedoria está no meio. Paim defende o trabalho e o trabalhador, como Getúlio Vargas, que

dizia, no dia 1º de Maio: “Trabalhadores do Brasil”. Assim, faço minhas as palavras dele ao dizer: esse salário mínimo que está aumentado deve-se, sobretudo, a Paim. Quando aqui chegamos, era menos de US\$70,00. Foi muita luta, mas Paim tem valorizado o trabalho e o trabalhador. Paim, só tem uma força permanente: a mudança. Mudaram os conceitos de trabalho, e o Senador Wilson Matos mostra isso. Há um livro, atual, de economistas norte-americanos que trata do fim do emprego, preconizando o predomínio da iniciativa particular de trabalho. Enfim, nós temos que facilitar aquela mensagem de Deus que diz: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Mozarildo, é uma mensagem de Deus aos governantes. Lula da Silva, aprenda! Aprenda! Se não lê a Bíblia, que pelo menos vá aí um pastor ou um padre que lhe repita essa verdade. Essa mensagem é de Deus, e determina aos governantes propiciar emprego e trabalho. É com trabalho que se fazem as riquezas.

O SR. WILSON MATOS (PSDB – PR) – Agradecemos a participação do nobre Senador.

Realmente, a Emenda nº 3 traz à tona a necessidade de um debate sobre a CLT, porque, cada dia mais, avança o trabalho intelectual e o trabalho intangível. Eu, que tenho me debruçado, Sr. Presidente, sobre as questões de gestão acadêmica, que tenho discutido muito isso no Brasil e no exterior, tenho me deparado com “n” problemas, e sobre eles há limitadores na CLT.

Um professor, por exemplo, trabalha no sistema universitário e dá aulas à noite. No outro dia, ele dá aulas de manhã. Há a questão da intrajornada. Já temos problemas aí. Temos professores que são pesquisadores, que se debruçam sobre sua bancada de pesquisa dia e noite. Eles têm que cumprir, têm recursos de fora na sua bancada. Agora, ele pode ficar no espaço da universidade dia e noite? Quando fica, ele está gerando um passivo trabalhista para a universidade, e nós ainda não encontramos um meio jurídico para tratar isso, para incentivar o homem que se dedica à pesquisa, que se debruça sobre a pesquisa. E, muitas vezes, são estudos que ele está fazendo de mestrado e doutorado, com prazo para entregar. É claro que ele tem que usar o espaço da universidade para se debruçar sobre essas pesquisas. Mas, se ele permanecer mais de 8 horas na universidade, para o sistema, pela legislação, ele está gerando novos encargos para a universidade.

Então, são muitas questões que nós temos que discutir para modernizar a nossa CLT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento. Tenho certeza de que V. Ex^a vai contribuir muito para o debate a fim de que encontremos o que chamo de meio-termo, solução que atenda a todos.

Gostaria muito que V. Ex^a assumisse a Presidência dos trabalhos. Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, depois, sou o próximo inscrito, e, em seguida, a palavra será do Senador Mão Santa.

Então, passo, neste momento, a Presidência dos trabalhos ao Senador Wilson Matos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, tenho reiteradamente vindo a esta tribuna, como é o meu dever, defender a região amazônica e, por consequência, defender o Brasil, uma vez que a região amazônica representa 60% do território nacional.

E hoje quero falar especificamente de uma parte da Amazônia que é o meu Estado de Roraima.

É importante relembarmos que a criação de territórios federais na Amazônia foi uma iniciativa do Presidente Getúlio Vargas, numa visão de estadista, justamente buscando desenvolver aquela região, garantindo a soberania nacional naquelas fronteiras. Só na Amazônia, ele criou três territórios federais: o Território do Guaporé, que hoje é o Estado de Rondônia; o Território do Amapá, hoje Estado do Amapá; o então Território Federal do Rio Branco, depois chamado de Território Federal de Roraima, em homenagem ao Monte Roraima, que serve como marco na tríplice fronteira entre o Brasil, a Venezuela e a Guiana, e hoje o meu Estado de Roraima, que foi transformado de Território em Estado por uma ação dos Constituintes de 1988, entre os quais eu me incluo. Nós juntamos as nossas forças – os Deputados de Roraima, do Amapá e também do norte de Goiás, hoje Tocantins – e transformamos dois Territórios, Roraima e Amapá, em Estado e criamos o Estado do Tocantins.

Essa redivisão territorial, pensada por Getúlio Vargas quando tirou um pedaço da área do Amazonas para criar o Estado de Roraima, um pedaço do Pará para criar o Amapá e criar o Estado do Guaporé, justamente antevia que realmente aquela região precisava progredir.

O meu Estado, portanto, criado na Constituição de 1988, lá no artigo que transformou o Território em Estado, diz claramente: “Que os Estados de Roraima e Amapá serão compreendidos dentro dos limites geográficos dos respectivos ex-territórios”.

Ora, para qualquer pessoa é elementar concluir que tudo que estivesse dentro desses limites geográ-

ficos passaria a ser do novo Estado criado. Mas, de 1988 para cá, há duas décadas, portanto, o que nós temos no nosso Estado de Roraima? É uma situação anormal, que nos coloca de fato numa intervenção branca federal. Por quê? Porque as terras do Estado não são do Estado. Elas ainda estão amarradas à União, porque o Incra, à época, arrecadou terras de um território federal. Essas terras, portanto, estão sob o domínio do Incra. As áreas que não eram do Incra foram sucessivamente demarcadas como reservas indígenas.

Nesse ponto, eu repito sempre que não tenho nada contra demarcação de reservas indígenas. Pelo contrário, acho que a idéia consagrada na Constituição de 88, é de realmente garantir aos índios as terras a que eles têm direito, para manutenção da integridade, provimento do sustento, manutenção de tradições e obtenção de progresso. E mais ainda: entendo que as terras indígenas – não são terras indígenas, mas da Funai, para usufruto dos índios – devem efetivamente ser usadas para melhorar a qualidade de vida das pessoas indígenas, dos seres humanos indígenas. E isso não vem ocorrendo.

Mas o certo e o mais alarmante é que as terras que não são de reservas indígenas, que não são de reservas ecológicas estão nas mãos do Incra. Então, tudo é federal no Estado de Roraima. Até mesmo os prédios construídos à época do território federal ainda estão registrados sob o domínio da União. Ora, é realmente um contra-senso, uma burocracia que nos remete aos tempos das capitânias hereditárias ou do primeiro Governo-Geral que Portugal mandou para cá.

Estivemos recentemente em audiência com o Presidente Lula o Governador Ottomar Pinto, reeleito em primeiro turno com mais de 60% dos votos do povo de Roraima; o Senador Augusto Botelho, eu e cinco Deputados Federais – portanto, a maioria da Bancada de oito Deputados Federais e a maioria da Bancada dos três Senadores.

Pois bem, o Governador apresentou ao Presidente da República um documento intitulado: “Agenda de Desenvolvimento de Roraima”. Na verdade, diria que é até uma reapresentação de reivindicações que já foram encaminhadas desde que, digamos assim, o Território passou a Estado. Sucessivos governos, inclusive o primeiro Governo Lula, tiveram conhecimento dessas reivindicações, que agora são reencaminhadas pelo Governador.

É bom lembrar que o Governador Flamarion Portela, do PT, anterior ao Ottomar Pinto, também encaminhou essas reivindicações. O Governador Ottomar Pinto, quando reassumiu o mandato em face da cas-

sação do Governador Flamarion, reapresentou, atualizou essas reivindicações. Agora, no novo mandato do Presidente Lula, essas reivindicações são novamente apresentadas, mediante um gesto claro do Presidente Lula perante o Governador Ottomar Pinto, primeiramente numa reunião na Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), que tem abrangência sobre a Amazônia Ocidental. Disse o Presidente que, embora tivesse perdido a eleição em Roraima – e perdeu no primeiro e no segundo turno –, não deixaria Roraima abandonado.

Pois bem, fomos à essa audiência. O Presidente se dispôs a nos atender e disse claramente que gostaria de contar não só com o meu apoio como Senador, mas também com o do Senador Augusto Botelho e dos Deputados Federais que compõem a Bancada aliada ao Governador. Afirmamos que o nosso apoio é condicionado ao atendimento dessa agenda de desenvolvimento de Roraima.

Sr. Presidente, quero fazer uma leitura sintética desse documento, que é relativamente extenso e que peço seja transcrito na íntegra como parte do meu pronunciamento.

Quais são os pontos dessa agenda? Primeiro, ações emergenciais.

Primeiro ponto: patrimônio fundiário, isto é, terras do Estado. Transferência da União para o Estado de Roraima de 5.855.177 hectares.

Sr. Presidente, o Estado de Roraima tem 225 milhões de hectares e está reivindicando que o Incra devolva para o Estado cinco milhões. É pedir muito pouco. O Estado deveria, no meu entender, pedir tudo, exceto, obviamente, aquelas áreas que, de acordo com a Constituição, são ligadas à União, como é o caso das reservas indígenas, das reservas ecológicas, etc. O Estado está pedindo 5 milhões dos 225 milhões que compõem a sua área, e o Presidente disse que vai atender. Mas sinto que, no escalão abaixo do Presidente, existe uma teimosia em manter o domínio, porque ter terras representa poder, Senador Mão Santa.

O Incra tem terras para quê? O Incra deveria ser um órgão federal, como é, apenas para cuidar da política de colonização e reforma agrária, de cuidar, de supervisionar. Quem deveria executar, como deveria ser em uma federação, são os Estados. Os Estados é que devem executar essa política, e não, obviamente, a União.

Mas o pedido está feito. É bom frisar que o Presidente Lula baixou um decreto no dia 1º de setembro de 2003 – vai fazer quatro anos – justamente para um grupo de trabalho interministerial estudar esse assunto. Há quase quatro anos já!

Segundo ponto das ações emergenciais: energia. Aqui o Governo pede a federalização das Centrais Elétricas de Roraima. Pode parecer que o Governo está querendo se livrar de uma questão de geração elétrica. Não! A política do Governo Federal é que a geração de energia ou é do Governo Federal ou é da iniciativa privada, e nunca dos Estados.

O que ocorreu em Roraima? Federalizou-se uma parte lucrativa da então Companhia Energética de Roraima. O Estado ficou com a parte que nunca dá lucro, a parte que, na verdade, faz o trabalho social de fornecer energia para os pequenos Municípios, para as comunidades indígenas e que representa um ônus muito pesado para o Estado. O Governador Ottomar Pinto fez uma comparação popular, dizendo que pegaram uma porca, cortaram e deixaram o rabo com o Governo do Estado e ficaram com o resto que era produtivo, vamos dizer assim, para o Governo Federal. É necessário que essa companhia seja incorporada à Bovesa, Boa Vista Energia, uma subsidiária da Eletronorte, para que o Governo Federal repare essa injustiça que fez com Roraima na época em que federalizou a porção lucrativa das Centrais Elétricas de Roraima.

Ainda dentro do item energia: construção da Usina Hidrelétrica de Cotingo. Projeto de decreto legislativo aprovado aqui no Senado autoriza a construção dessa hidrelétrica numa reserva indígena, mas logicamente com os cuidados de consultar as comunidades indígenas e reverter parte do lucro para essas mesmas comunidades.

Assinatura de Acordo Comercial com a Venezuela para importação de combustíveis: diesel e gasolina.

Senador Mão Santa, a gasolina e o diesel na Venezuela chegam a custar mais ou menos um décimo do que custa para o consumidor em Roraima. Hoje, em Roraima, todo mundo usa o combustível da Venezuela. A extensão da BR-174, que liga a capital Boa Vista a Venezuela, é um grande depósito de combustível contrabandeado, e as comunidades indígenas servem de depósito para esse contrabando. Então, regularizar essa situação seria o mínimo. Na verdade, nós já importamos a energia da Venezuela. A energia que hoje Roraima consome vem da usina de Guri, na Venezuela, por meio de um linha até a capital, Boa Vista.

Ainda no item energia, solicita-se a implantação do Programa Estadual de Biocombustíveis. Ao contrário do que pensa o Brasil, ou pelo menos seu litoral, Roraima não é todo como a Amazônia tradicional que se mostra na televisão. O Estado não é composto apenas de mata. Ao contrário, a maior parte de seu território é composta de cerrados, que é um bioma intermediário entre o cerrado do Centro-Oeste e os

pampas do Rio Grande do Sul; isto é, não há floresta. Queremos utilizar a área para plantar cana-de-açúcar, produzir etanol e, portanto, aproveitar as áreas ocupadas por assentamentos para produzir dendê ou outras oleaginosas capazes de servir para a produção do biodiesel. Estamos ligados à Venezuela, perto do Caribe, temos fronteira com a Guiana, portanto, podemos exportar o biocombustível, o etanol, o que o Brasil pretende fazer.

Dentro das ações emergenciais, o terceiro ponto se relaciona a transportes. A reivindicação é pavimentação, recuperação e manutenção das rodovias federais existentes, o que é óbvio. Cito uma delas: a BR-174, que faz parte da Rodovia Panamericana e liga Amazonas a Caracas. A BR é até a fronteira com a Venezuela, claro, mas ela prossegue pela rodovia venezuelana até o Panamá.

Abertura de crédito ao Governo da Guiana para o financiamento de construção e pavimentação da rodovia Lethem-Georgetown, para integrar com o chamado projeto Arco Norte, que o Brasil pretende fazer, unindo Roraima ao Amapá, pela Guiana, pelo Suriname e pela Guiana Francesa.

Outras ações prioritárias. Foram criadas na época do Governo Sarney e sancionadas no Governo Collor duas áreas de livre comércio em Roraima: uma, de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela; e outra de Bonfim. Até hoje o Governo Federal, devido justamente à burocracia, não as implantou. O Presidente Lula prometeu que vai implantar imediatamente a Área de Livre Comércio de Bonfim, na fronteira com a Guiana.

Senador Mão Santa, gostaria de listar alguns itens e, em seguida, ouvir V. Ex^a, com muito prazer. V. Ex^a conhece o meu Estado e, com certeza, dará um bom testemunho a respeito.

Apoio à implantação do Programa de Manejo Florestal Sustentável no sul do Estado, que é uma área de floresta, mas, vamos dizer assim, já foi mexida pelo homem, porque lá existem vários assentamentos feitos pelo Governo Federal, pelo Incra e, depois, também pelo Governo do Estado.

Ampliação da capacidade de armazenamento de grãos. Hoje Roraima é um dos bons produtores de arroz irrigado e de soja.

Definição para exploração de sítios minerais. Roraima tem um dos maiores mapas geológicos do Brasil. Coincidentemente, esse mapa mineral de Roraima casa exatamente com o mapa das reservas indígenas e das reservas ecológicas.

Fortalecimento do Programa de Formação de Capital Intelectual para Roraima, através de apoio à

implantação de cursos de pós-graduação por meio da Universidade Federal, do Cefet, da Universidade Estadual e da Universidade Virtual.

Construção de terminal para armazenagem e mistura de combustível.

Fortalecimento das instituições de pesquisa que operam no Estado, notadamente a Embrapa e a Fundação do Meio Ambiente do Estado.

Implantação de um plano de desenvolvimento de comunidades indígenas – o Estado reivindica do Governo Federal, que tem a responsabilidade sobre as comunidades indígenas, apoio para continuar dando assistência às comunidades indígenas.

Acordo comercial com a Venezuela para implantação de um programa de desenvolvimento de turismo na faixa de fronteira – temos uma fronteira que fecha às 10 horas por falta de pessoal, tanto da Polícia Federal, quanto da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e de outros órgãos federais.

Programa de habitação do Estado de Roraima.

Extensão dos benefícios da Zona Franca de Manaus, como o PIS (Programa de Integração Social) e o COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Ampliação do sistema de esgotamento sanitário.

Fortalecimento do programa de turismo no Estado.

Esses são os pontos que, na verdade, são pequenos demais para o significado estratégico que Roraima tem para o País. É o Estado mais setentrional. Lamento que até hoje ainda se ouça dizer, principalmente a televisão, que o Brasil vai do Oiapoque ao Chuí. E a Rede Globo estava lá quando foi feita a expedição para se constatar que o extremo norte do Brasil não é mais no Amapá, no Oiapoque; é no monte Caburaí, no extremo norte de Roraima.

Então, Roraima está encravada na Venezuela e na Guiana, e o Brasil não dá atenção geopolítica, talvez, Sr. Presidente, talvez, Senador Mão Santa, porque somos poucos brasileiros naquela região. Somos poucos, mas estamos lá, fazendo um trabalho heróico, que é o de guardar aquelas fronteiras, o que já era feito muito antes de qualquer instituição lá chegar. Eu, que nasci e me criei lá, que realmente conheço a história do meu Estado e da Amazônia, não consigo entender como coisas tão simples demoram tanto, porque existe, simplesmente, esse cuidado.

Quero repetir que estou dando um voto de confiança na pessoa do Presidente Lula. Eu me elegi fazendo oposição ao Presidente Lula, o meu Estado de Roraima derrotou o Presidente Lula no primeiro e no segundo turno, porque as políticas de apoio não fo-

ram elaboradas, mas a minha formação é de médico, e médico acredita sempre na salvação das pessoas, mesmo quando elas estão desenganadas. Então, quero manifestar aqui a confiança de que ele vá encaminhar uma solução, porque ele disse que iria a Roraima solucionar pelo menos alguns desses problemas, e estamos esperando.

Quero aqui, portanto, de público, dizer que, se o Presidente Lula realmente atender essas reivindicações, eu passarei a apoiá-lo, porque eu aqui estou prioritariamente para defender o meu Estado, depois a minha região e, por consequência, o Brasil.

Senador Mão Santa, com muito prazer, concedo a palavra a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, quero manifestar aqui, de público, uma tripla admiração por V. Ex^a. Como médico, V. Ex^a é um orgulho para nós que achamos que a ciência médica é a mais humana das ciências, e o médico, um grande benfeitor da humanidade. V. Ex^a se enquadra aí, nesse sonho de quem se dedicou à ciência médica. V. Ex^a é o Gonçalves Ledo de hoje.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu mudo de assento, mas não mudo de opinião.

Reconheço em V. Ex^a o Gonçalves Ledo de hoje. Sr. Presidente Wilson Matos, Gonçalves Ledo foi um líder maçônico que fez a cabeça de Dom Pedro I para tornar este País independente. O Senador Mozarildo Cavalcanti é o líder maçônico de hoje, é um Gonçalves Ledo hoje. Eu tenho visto aqui que ninguém interpreta melhor que V. Ex^a os sentimentos da Amazônia, que é outro mundo. Eu queria dizer que aí é o PAC, Presidente Lula da Silva! Esta Casa só tem sentido se formos os pais do PAC. Está na tribuna um homem que tem muita experiência.

O PAC que queremos é o que venha de baixo para cima. Mas vem um PAC de cima para baixo. Uns ministros tontos, é uma tontura total! Há centenas de obras inacabadas e o não recebimento... Ninguém melhor do que o Governador Ottomar Pinto. Ninguém! Esse é o PAC. S. Ex^a é que convive com as necessidades e sabe delas. E V. Ex^a faz uma grave denúncia para o País e para o Presidente Lula da Silva. Lula da Silva, o Chávez acabou de denunciar, demonstrar, ensinar mesmo! O Senador Mozarildo ensina pela sua vida. Ele tem condição moral de ensinar. Acabou de mostrar que a nossa Petrobras é uma falácia. Povo brasileiro, está aqui o homem vizinho, da Venezuela, que acaba de dizer ao País que a gasolina dessa farsa, que é a Petrobras, é dez vezes mais cara, que o botijão de gás

é dez vezes mais caro. Essa é a verdade. A solução está com esse homem. É uma denúncia! Duzentos e cinquenta mil é mais ou menos a área do Piauí. Isso tem de ser revisto. Busca-se a verdade. A imprensa está toda aí, a serviço do Governo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...pública – publicada e paga para defender os interesses do Governo.

Olha, veja o negócio de unidade do PMDB. Cadê os jornalistas? Vou dizer uma verdade a eles: vejam quantos não foram ao banquete do Lula. Nós iríamos se fosse para conversar coisas sérias. Esse negócio de um prato de comida e de uma taça de vinho? Eu vou ao Beirute, ali. Os outros? Olhai, jornalistas, quantos não foram! Olhai aqui a CPI! CPI tem de ser feita. Ontem, veio a Senadora Roseana Sarney para eu não assinar e eu disse: Roseana, se vier uma CPI sobre a vida do Mão Santa, eu sou o primeiro a assinar. Todos nós temos que ser investigados. Tem de ter conhecimento do que é Parlamento, Senador Mozarildo Cavalcanti. Parlamento é falar, é fazer boas e justas leis – está ali Rui Barbosa –, é fiscalizar o Governo. O instrumento mais sério dessa fiscalização é a CPI. Os que estão abortando a CPI são coveiros desse Parlamento! Teotônio Vilela ensinou a essa gente o que é Parlamento.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Wilson Matos, eu quero lhe dizer que eu não tenho nada a lhe ensinar, mas Teotônio Vilela, do MDB autêntico, que eu represento, disse, quando moribundo com câncer – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a sabe muito, mas guarde um pouco a sua “cachola” privilegiada, a sua mente privilegiada, para receber a mensagem do nosso Senador moribundo da Alagoas, Teotônio Vilela –, que a função nobre, fundamental, predominante do Parlamento é o falar, é sobrevivendo para falar e sobreviver falando. E V. Ex^a está falando. Foi V. Ex^a o primeiro, Senador Mozarildo Cavalcanti, que denunciou essas ONGs, essa promiscuidade por aí espalhada. Recebo muito *e-mail*, de Roraima. Aliás, recebi do extraordinário Governador, o Deputado Neudo Campos, a comenda maior traduzindo a grandeza daquele povo. Não era uma homenagem a mim. Há muitos piauienses lá. V. Ex^a traz esse ponto fundamental. Recebi o *e-mail* de uma professora universitária que fazia um curso lá, denunciando isso a que V. Ex^a se refere. Oh, Presidente! Como é séria a reivindicação de Ottomar Pinto, esse extraordinário Governador! A

professora universitária dizia que seis horas não pode tráfegar nas estradas, porque os índios fecham as estradas. Agora, atentai bem, Wilson Matos! Tiraram o Boris Casoy que dizia “isso é uma vergonha!”, mas não me tiraram daqui: é uma vergonha porque ela diz que é impedida de transitar, mas os americanos transitam a qualquer hora da noite pelas estradas pelas terras. Olha, não perdemos a esperança, porque existe esse bravo Líder, que é o Senador Mozarildo. Oh, Lula da Silva, receba do PMDB autêntico a nossa contribuição! O PAC que o povo quer é o que vem de baixo para cima; é o PAC de Ottomar, é o PAC do Mozarildo, e esse é o que V. Ex^a deve seguir, para terminar as obras inacabadas deste Brasil!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Obrigado, Senador Mão Santa, as palavras elogiosas e entusiasmadas de V. Ex^a engrandecem o meu pronunciamento. Eu quero dizer, Sr. Presidente, que estamos com muita fé de que o Presidente Lula, desta vez, efetivamente, disse com todas as letras que quer ir a Roraima nas próximas semanas, levando soluções para essas reivindicações.

Eu, portanto, quero aqui fazer esse registro, e dizer ao Presidente Lula que o povo de Roraima, desde o dia em que fomos à audiência com S. Ex^a, está ansioso por recebê-lo com as soluções prometidas. Nós sabemos que não podem ser todas de uma vez, mas, pelo menos, que as prioritárias sejam atendidas.

Repito que o Governador Ottomar fez um esforço sobre-humano para governar durante esse período de dois anos. S. Ex^a está no terceiro ano porque pegou a metade do primeiro mandato, e é a quarta vez que governa o Estado de Roraima. Assim, S. Ex^a merece, da parte do Presidente, ser atendido nessas suas reivindicações, que têm o apoio, repito, do Senador Augusto Botelho, o meu, como dos dois Senadores de Roraima, o dos cinco Deputados Federais que o apóiam. E não tenham dúvidas de que também o Senador Romero Jucá, que é Líder do Governo, e os outros três Deputados Federais que não nos acompanharam nessa audiência também, com certeza, irão ajudar a que essa agenda seja atendida em benefício do Estado de Roraima.

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Só um minuto para terminar. Na verdade, o povo de Roraima já espera desde 1988 por uma solução tão lógica que, no meu entender, está implicitamente na própria Constituição.

Encerro, reiterando o pedido de transcrição, na íntegra, desse documento que foi entregue ao Presidente da República.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Matos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR) – Senador Cavalcanti, quero hipotecar apoio às suas reivindicações e dizer que a terra tem que estar com o cidadão, com o Estado, com o Município, porque o Incra não produz, não tem máquinas para aproveitar a terra. Sobre essa questão das reservas minerais temos que nos aprofundar porque a natureza contemplou o Brasil com uma grande riqueza, que são as reservas de minérios. Muitas dessas jazidas estão hoje em área de preservação ambiental e reservas indígenas, mas, como riqueza nacional, acho que nós temos que buscar meios, sem agredir a natureza e sem criar maiores problemas, meios de podermos explorar essas riquezas que a natureza nos concedeu.

Sobre a questão do biodiesel, a que V. Ex^a muito bem fez referência, nós temos uma nova planta, que se chama pinhão manso. É um arbusto permanente, dura 60 anos e é o que mais converte em biodiesel, pelo menor custo. Por ela ser permanente, não agride o meio ambiente, porque não é necessário revolver a terra periodicamente para plantar. Na universidade que eu dirijo, já temos experimentos nesta área e, no Paraná, está sendo construída a primeira usina de biodiesel, que será movida essencialmente com pinhão manso.

Parabéns por suas palavras e reivindicações.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, agradeço as palavras de V. Ex^a. Realmente, é inacreditável que coisas tão lógicas não sejam resolvidas num espaço de tempo curto. Espero que esse tempo, que já passou, tenha servido apenas para que tenhamos aprendido muito e agora resolvamos, num curto espaço de tempo, essas questões, inclusive, de os minerais serem explorados em benefício dos próprios índios.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR) – A Presidência defere, então, a transcrição solicitada por V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Governo do Estado de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento

**AGENDA DE DESENVOLVIMENTO
DE RORAIMA**
· A D R ·

SEPLAN/DEES

Exmo. Senhor Presidente da República,

O compromisso que temos com o progresso do Estado de Roraima, guardião da fronteira brasileira no extremo-Norte, nos leva a reafirmar uma agenda de interesses que concilie o desenvolvimento socioeconômico com a preservação das riquezas naturais da Amazônia – a Agenda de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Roraima, que neste momento submeto à avaliação de Vossa Excelência, com o mais profundo respeito.

Sabemos do empenho de Vossa Excelência para corrigir as distorções regionais e fazer do Brasil um país melhor, socialmente mais justo e com desenvolvimento descentralizado, de forma a evitar bolsões de pobreza e o êxodo das populações mais pobres para ilhas de excelência do Centro-Sul do País, que experimentam uma situação de riqueza contrastante com a de Estados como Roraima.

O que pedimos é oportunidade para crescer.

A agenda de interesses comuns é resultado do debate permanente da sociedade local, de seus representantes, que ora vêem o Governo Federal de costas para Roraima, ora o vêem como um entrave ao desenvolvimento regional, esbarrando-se em imposições de organismos internacionais, que querem nos ensinar como cuidar da nossa Casa, como se não tivéssemos condições de administrar bem a Amazônia brasileira.

Temos certeza de que o desejo de Vossa Excelência é o de transformar o Brasil naquela nação com a qual os brasileiros sempre sonharam: soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Demograficamente, Roraima é um estado de maioria nordestina, de traços culturais predominantemente nordestinos – forró, carne seca, paçoca, sotaque típico, padrão construtivo das casas, etc., interagindo com a cultura indígena. Dessa miscigenação, incorporando ainda as contribuições dos gaúchos e dos paranaenses, resulta uma sociedade que edifica seu território na faixa de fronteira com a Venezuela e com a República Cooperativista da Guiana, construindo sua identidade. Certamente, uma síntese peculiar dos diversos brasis.

Na última reunião do ano, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em dezembro passado, Vossa Excelência fez brilhante diagnóstico da situação da Amazônia, ao mostrar que o modelo de desenvolvimento do Estado do Amazonas já se encontra definido e marcha firme rumo a sua consolidação, o mesmo acontecendo com o Estado do Pará. Mas, indagou Vossa Excelência, “como ficam os estados menores e periféricos, como Acre, Amapá e Roraima?”.

Vossa Excelência citou Roraima como exemplo das imensas dificuldades que esses estados enfrentam para colocar de pé seus modelos de desenvolvimento, destacando a situação fundiária de Roraima, onde metade das terras é da Fundação Nacional do Índio - FUNAI e a outra metade é do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Vossa Excelência exortou a não perdermos a esperança, que os roraimenses teriam o vosso apoio, apesar de o resultado da eleição para a Presidência lhe ter sido desfavorável em Roraima.

Roraima tem o menor PIB do País, mas não o pior, pois apresenta a 17ª renda *per capita* estadual e o 13º Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, sendo o 2º da região Norte. Roraima ostenta, portanto, razoáveis indicadores sociais no *ranking* brasileiro.

Ocorre, Senhor Presidente, que o modelo econômico que produziu esses resultados depende exclusivamente do desempenho da economia do setor público, baseando-se fundamentalmente nas transferências constitucionais e voluntárias da União. E o que é mais preocupante, ainda: seus sinais de esgotamento já são claramente visíveis, face às crescentes demandas sociais determinadas pelas altas taxas de crescimento demográfico de Roraima.

Com profunda consciência dessas limitações, a sociedade roraimense já sabe qual é o modelo de desenvolvimento que precisa. Deve ter por eixo a economia privada, baseada nos investimentos produtivos orientados para as atividades agropecuárias e agroindustriais, privilegiando a agricultura familiar e a produção de grãos nas áreas dos cerrados roraimenses e o turismo, levando em conta o princípio da sustentabilidade. Não será necessário derrubar florestas para criar bois e plantar soja.

No discurso de posse, Vossa Excelência foi enfático: “Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia. Mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista”. Roraima precisa mudar a sua estrutura de produção; da economia do setor público para a economia agroindustrial e do turismo. E, para que as mudanças aconteçam, precisamos do apoio de Vossa Excelência.

Por isso, Senhor Presidente, apóie a versão roraimense do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/RR, fortalecendo a Agenda de Desenvolvimento Sustentável de Roraima, dando um basta ao travamento da produção. São as seguintes ações que irão promover a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população roraimense:

I. AÇÕES EMERGENCIAIS

1.1 Patrimônio Fundiário

Transferência da União para o Estado de Roraima, de 5.855.177,2124 ha. (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e cento e setenta e sete hectares, vinte e um ares e vinte e quatro centiares) de terras, a serem destinados à implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável.

Áreas objeto de transferência da União para o domínio do Estado de Roraima

Gleba	Hectares
Campina	387.160,5322
Santa Maria do Boiaçu	70.945,9377
Cachimbo	147.355,3649
BR-174	56.288,0070
Equador	143.332,4306
Mucucuaú	457.355,1957
Pretino	205.604,3453
Vista Alegre	63.024,4109
Amajari	176.952,5817
Ereu	333.506,3322
Tepequém	324.664,5110
Cauamé	269.023,1484
Murupu	102.004,8277
Tacutu	444.825,1510
Barauana	757.072,6741
Quitauau	196.943,1056
Pedro Clementino	156.668,7453
Baliza	508.057,8887
BR-210-I	1.491,4812
BR-210-II	56.079,6925
Branquinho	114.533,9456
Novo Paraíso	179.529,4520
Caracarai	567.412,8824
Juaperi	135.344,5687
Total	5.855.177,2124

Obs.: Esta questão já foi objeto do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, criado por Vossa Excelência, pelo Decreto de 1º de Setembro de 2003, razão pela qual apresento proposta de regulamentação da Lei nº. 10.304, de 05 de novembro de 2001, através da anexa minuta de decreto.

PROJETO	VALOR ESTIMADO R\$ 1,00	TEMPO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
1.2 Energia			
1.2.1 Federalização da Companhia Energética de Roraima – CER. Pela Resolução 053/2005, de 27/01/2005, a ELETROBRAS criou Grupo de Trabalho para desenvolvimento de avaliação de débitos da CER e recomendações para seu equacionamento. Concluiu que para ser efetivada a federalização há necessidade de aporte de recursos do Tesouro Nacional		Até 4 anos	Ministério de Minas e Energia -MME ELETROBRÁS
1.2.2 Construção da UHE Cotingo.	240.000.000	Até 8 anos	Ministério de Minas e Energia -MME ELETROBRÁS
1.2.3 Assinatura de Acordo Comercial com a Venezuela para importação de combustíveis daquele país, com preços diferenciados, tendo em vista o suprimento desse insumo básico à agricultura e à produção de modo geral, contribuindo para que nossas estruturas de custos de produção ganhem competitividade em relação às regiões Sul e Sudeste. Em audiência no mês de agosto de 2006, em Caracas, o Presidente Hugo Chaves manifestou-se favorável ao pleito. Os órgãos envolvidos (PDVSA, PETROBRAS, Governo de Roraima e outros) discutiram os termos do referido Acordo Comercial sob coordenação do MRE/DAM II. O principal obstáculo reside na carga tributária de R\$ 1,198 por litro de gasolina e de R\$ 0,5825 por litro de diesel, cujo preço FOB especial é de R\$ 0,20 por litro de combustível.		Até 4 anos	Ministério de Minas e Energia- MME PETROBRÁS
1.2.4 Implantação do Programa Estadual de Biocombustíveis	100.000.000	Até 4 anos	Ministério de Minas e Energia- MME PETROBRÁS, Eletrobras
1.3 Transportes			
1.3.1 Pavimentação, recuperação e manutenção de rodovias federais (BR 174, BR-432, BR-210, BR-401)	300.000.000	Até 4 anos	Ministério dos Transportes - MT
1.3.2 Abertura de crédito ao Governo da Guiana para financiamento da construção e pavimentação da rodovia Lethem-Georgetown (ambas as obras são fundamentais para a materialização do Projeto Arco Norte, de integração das economias do Norte do Brasil ao mercado do Caribe), construção do Porto em Barbice e conclusão da ponte sobre o rio Itacutu.		Até 4 anos	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

II. OUTRAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

PROJETO	VALOR ESTIMADO R\$ 1,00	TEMPO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
2.1 Regulamentação e implantação das Áreas de Livre Comércio de Pacaraima (ALCP) e de Bonfim (ALCB), com a construção da infraestrutura necessária ao seu funcionamento e implantação dos Planos Diretores desses municípios. As referidas ALC's foram criadas há 15 anos pela Lei nº 8.256, de 25/11/1991, mas não foram implantadas. A minuta do Decreto de regulamentação se encontra no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.	30.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior MDIC SUFRAMA Ministério da Fazenda Ministério da Justiça
2.2 Apoio à implantação do Programa de Manejo Florestal Sustentável do Sul do Estado.	20.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA Ministério do Meio Ambiente - MMA SUFRAMA e ADA-SUDAM
2.3 Implantação do Programa de Recuperação de Áreas de Cobertura Secundária (capoeira), mediante fomento da agricultura familiar na implantação de empreendimentos de produção sustentável	60.000.000	Até 4 anos	Ministério do Meio Ambiente - MMA Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MA
2.4 Ampliação da Capacidade de Armazenagem de Grãos.	20.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC SUFRAMA
2.5 Projeto de Ordenamento Territorial para o Desenvolvimento Urbano e Rural dos Municípios e Regularização Fundiária.	40.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC SUFRAMA Caixa Econômica Federal - CEF
2.6 Definição para exploração de sítios minerais, priorizando os minerais estratégicos (ouro, nióbio, urânio e cassiterita)		Até 8 anos	Ministério de Minas e Energia/DNPM e Ministério da Defesa
2.7 Fortalecimento do Programa de Formação de Capital Intelectual para Roraima, através de apoio à implantação de Cursos de Pós Graduação e Pesquisas da Universidade Federal de Roraima - UFRR, Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET, da Universidade Estadual de Roraima - UERR e da Universidade Virtual de Roraima - UNIVIRR, contemplando ainda a implantação de bases tecnológicas para o desenvolvimento de Cursos de Ensino à Distância - EAD.	15.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- MDIC SUFRAMA ADA-SUDAM

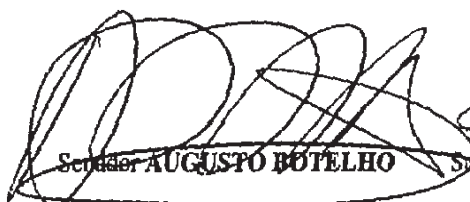
2.8 Construção de Terminal para Armazenagem e Mistura de Combustível.	30.000.000	Até 4 anos	Ministério de Minas e Energia - MME PETROBRÁS
2.9 Fortalecimento das instituições de pesquisas que operam no Estado de Roraima, com destaque para a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA e para a Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - FEMACT.	10.000.000	Até 4 anos	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT EMBRAPA CNPQ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC Ministério da Integração Nacional - MIN Ministério do Meio Ambiente - MMA Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA SUFRAMA ADA-SUDAM
2.10 Implantação de um Plano de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima.	20.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MA FUNAI
2.11 Acordo Comercial com a Venezuela para implantação de programa de desenvolvimento do turismo na faixa de fronteira direcionado para o fortalecimento do processo de integração de Roraima com aquele país.	_____	Até 4 anos	Ministério do Turismo - MTUR
2.12 Programa de Habitação do Estado de Roraima.	120.000.000	Até 4 anos	Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente - MCOTA Caixa Econômica Federal - CEF
2.13 Extensão dos Benefícios da Zona Franca de Manaus (ZFM), relativos ao PIS/COFINS.	_____	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC SUFRAMA
2.14 Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Estado de Roraima	100.000.000	Até 4 anos	Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente - MCOTA
2.15 Fortalecimento do Programa de Turismo no Estado.	20.000.000	Até 4 anos	Ministério do Turismo - MTUR EMBRATUR
TOTAL	1.165.000.000	_____	_____

Senhor Presidente, para concluir, consideramos oportuno fazê-lo, com um pensamento de Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito:

- "Construir fábricas é fácil; construir hospitais e escolas é possível; mas construir uma nação de homens é tarefa longa e árdua".

Respeitosamente,

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador



Senador **AUGUSTO BOTELHO**



Senador **MOZARILDO CAVALCANTE**

Senador **ROMERO JUCÁ**

Deputada Federal **ÂNGELA PORTELA**

Deputado Federal **ÉDIO VIEIRA LOPES**



Deputado Federal **FRANCISCO RODRIGUES**



Deputado Federal **LUCIANO CASTRO**



Deputado Federal **MARCIO JUNQUEIRA**

Deputada **MARIA HELENA VERONESE**



Deputado Federal **NEUDO RIBEIRO CAMPOS**



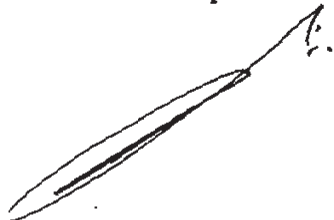
Deputado Federal **URZENIR ROCHA**

ANEXOS:

1- Minuta de Decreto sobre Transferência de Terras da União ao Estado de Roraima.

2- Mapas

- Mosaico de Imagem de Satélite
- Mapa das Macrozonas
- Mapa de Glebas
- Mapa das Áreas de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
- Mapa das Áreas da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Exército Brasileiro.
- Mapa Fitoecológico
- Mapa Exploratório de Solos
- Mapa de Aptidão Agrícola
- Mapa de Áreas de Livre Comércio (em Regulamentação)
- Mapa de Ocorrências de Minerais
- Mapa das Áreas Antropizadas
- Mapa das Áreas Potencialmente Agricultáveis



GAB.GOV/OFÍCIO Nº Boa Vista,

2007.

A Sua Excelência o Senhor
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República
Palácio do Planalto
70150-900 – Brasília/DF

Assunto: regulamentação da Lei nº 10.304 de 05 de novembro de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para tratar da regulamentação da Lei 10.304, de 05 de novembro de 2001, que transferiu para o Estado de Roraima terras pertencentes a União.

Com a devida vênia, declino a Vossa Excelência o inconformismo da sociedade civil e agrária roraimense, sobretudo dos seus legítimos representantes, com a inconcebível situação de sermos, desde a sua emancipação, um Estado federado sem o domínio de suas terras. Tem sido, inusitada situação, os grilhões que diretamente vêm afetando o crescimento das atividades agro-industriais instaladas, o que permite afirmar tratar-se do gargalho inibidor de qualquer processo de ocupação e crescimento econômico ambientalmente sustentável no Estado.

Roraima diferencia-se de todos outros Entes federativos, sobretudo da Região Norte, no que tange a sua estrutura agrária e fundiária, vez que cerca de 90% (noventa por cento) do seu território encontra-se sob tutela do Governo Federal, e apenas 10 (dez por cento) restantes sob a administração dominial do Estado.

Tal condição originária da época de Território Federal, persisti até os dias atuais, já que a transformação em Estado Federado em 1988 e instalação no ano de 1991, não foram acompanhadas da transferência de domínio,

da posse e administração dos bens móveis e imóveis pertencentes à seu território geográfico, em parte, em razão da inércia das administrações passadas, combinadas com interpretações equivocadas dos dispositivos legais que regem a questão.

Persistindo o presente quadro de indefinição, a política agrária do Estado, obstada pela ausência de gestão territorial, estará fadada ao insucesso, uma vez que o estrangulamento de qualquer projeto de desenvolvimento econômico centra-se, entre outras causas, na falta de segurança jurídica que o detentor do patrimônio imobiliário deve incorporar ao seu direito subjetivo.

De fato a transferência das terras para o Estado de Roraima encontra-se amparada pela Lei nº 10.340 de 05 de novembro de 2001, entretanto, sua validade no mundo jurídico ocorrerá efetivamente com assinatura do respectivo Decreto de regularização.

Insta, na oportunidade, ressaltar posicionamentos contidos em dispositivos legais e decisões proferidas por Tribunais Superiores acerca da norma procedimental para a transferência, de fato, para o domínio do Estado das terras pertencentes a União:

- O Parecer nº FC-28 da Consultoria Geral da República, publicado no DOU de 13.03.1990, emitido à luz da Constituição e das leis analisadas, reconhece que os Estados oriundos de antigos Territórios Federais são titulares das terras devolutas e também das terras arrecadadas pela União, mesmo registradas e sem destinação constitucional. Exclui, apenas, aquelas afetadas à União Federal, por força do artigo 20 da atual Carta Magna Federal.

- A Ministra ELEN GRACIE, concedeu segurança, em seu voto como relatora da ACO nº 653/RR – Plenário 18.11.2004, acompanhada por unanimidade do Tribunal ao referir-se ao registro em nome do Estado de glebas terras pertencentes a União. Reconheceu a Ministra, a norma geral da Lei 10.340/2001, que transferiu as terras em epígrafe para o domínio do Estado e considerou “antijurídico o precipitado registro das glebas em nome do Estado-membro, antes mesmo de esgotado o prazo de regulamentação, e sem a necessária e prévia identificação daquelas que serão mantidas em nome da União”

- O Grupo de Trabalho Interministerial – GTI criado através de Decreto Presidencial de 1º de setembro de 2003, com relatório apresentado em março de

2004, reconhece que a Lei 10.304/01 transferiu as terras para o domínio do Estado e enfatiza a necessidade de sua regulamentação, conforme (STF, ACO nº 653/RR, Relatora eminente Ministra Ellen Gracie, in Diário de Justiça, Seção 1, de 17 de fevereiro de 2003, página 64). O GTI faz uma análise abrangente da situação fundiária das terras da União no Estado de Roraima, e opina pela conveniência da União dar o concluído o processo de identificação das terras por ela demandadas – FUNAI, MMA, MDA e INCRA. “reconhece também que (a área remanescente de terras no Estado de Roraima, que podem ser aproveitadas para agropecuária não serão, per si, suficientes para garantir no longo prazo, empregos para a população economicamente ativa, havendo, pois, necessidade de que o Estado formule um projeto de desenvolvimento considerando outras atividades geradoras de renda e emprego, com o apoio do Governo Federal.”

- O Decreto Presidencial de 05 de maio de 2005 instituiu Grupo de Trabalho Intergovernamental com o objetivo de proceder a estudos e propor medidas relativas a destinação de terras da União para o Estado de Roraima. Procedidos os estudos sobre a legislação aplicável ao caso promovida a identificação da terras passíveis de destinação e apresentado pelo Estado Plano de Desenvolvimento mediante o domínio das terras a serem transferidas, foi elaborada pelo grupo de Trabalho Minuta de Decreto com vista a regulamentação da Lei 10.304/01, medida reconhecida como urgente e necessária para a sobrevivência econômica e social do Estado. O impasse verificado entre as partes na conclusão dos trabalhos, deu-se pela recusa, pelos representantes do estado, da Minuta do decreto apresentada pelo INCRA e MDA, que de forma antijurídica pretendia modificar o texto original, ou seja, a norma geral da Lei.

- O Tribunal Regional federal da 1ª Região em decisão proferida em 18 de dezembro de 2006, negou antecipação de tutela de pretensão recursal no processo nº 2006.01.00.033037-3/RR movido pelo INCRA, alegando que o imóvel em causa não se encontra “enquadrado numa das exceções previstas no artigo 2º da Lei 10.304/01, bem como que o que depende da regulamentação são as exceções previstas neste artigo 2º, e não a regra geral prevista no artigo 1º da referida Lei”. Fundamenta ainda, o egrégio Tribunal que o disposto no artigo 2º acima referido “tem por objetivo a identificação das terras que serão mantidas em nome da União (ACO 653/RR. Relatora Ministra Ellen Gracie, julgamento: 18.11.2004, Tribunal Pleno, DJ 04.02.2005 P. 7, LEXSTE v. 27, nº 317, 2005, p 61 – 68, RTJ 194/749) sendo dela, portanto, como salientado na decisão recorrida o interesse em realizar estudos (folha 16) bem como a competência para expedição do Decreto regulamentador respectivo (Carta Magna, Artigo 84, IV)”.

Afigura-se assim o fundamento jurídico e o preenchimento das exigências legais, com a juntada ao presente pleito dos Projetos Específicos, já apresentados a esta Presidência, a serem executados nas áreas de interesse do Estado e da Minuta de Decreto regulamentando a Lei 10.304/01, que permitirão alcançar os objetivos de justiça social e de segurança jurídica devidos ao povo roraimense.

Colho a oportunidade de renovar a Vossa Excelência os mais elevados votos de apreço.

Boa Vista – RR, de 2007.

OTTOMAR DE SOUZA PINTO
GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA

PROPOSTA DE DECRETO Nº XXXX, DE XXXXX DE 2005

Regulamenta a Lei nº 10.304, de 05 de novembro de 2001, que dispõe sobre a transferência ao domínio do Estado de Roraima das terras pertencentes a União e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.304, de 05 de novembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º Passam ao domínio do Estado de Roraima, conforme o disposto no Art. 1º da Lei 10.304 de 05 de novembro de 2001, as terras pertencentes à União, compreendidas nos seguintes perímetros e abaixo especificadas:

I - GLEBA CAMPINA

Inicia-se o perímetro da área no P-1 de Coordenadas Geográficas aproximadas Longitudes 61°37'41" WGR e Latitude 00°03'26"S, localizado na foz do Igarapé, sem denominação afluente da margem esquerda do Rio Itapará; daí segue-se o referido igarapé pela sua margem esquerda no sentido montante a uma distância aproximada de 9.000 m (nove mil metros), chega-se ao P-2 de Coordenadas Geográficas aproximadas Longitude 61°33'33" WGR e Latitude 00°02'46"S, localizado em um dos formadores d'água do referido igarapé; e deste por uma linha reta ao rumo aproximado de 77°27'39" NE, e distância aproximada de 11.200 m (onze mil e duzentos metros), encontra-se o P-3, de Coordenadas Geográficas Aproximadas Longitudes 61°27'44" WGR e Latitude 00°01'15"S, localizado na desembocadura do Igarapé sem denominação em um lago pantanoso; deste ponto segue-se o referido igarapé sem denominação pela sua margem esquerda no sentido montante a uma distância aproximada de 10.500 m (dez mil e quinhentos metros) encontra-se o P-4, de Coordenadas Geográficas aproximadas Longitudes 61°26'39" WGR e Latitude 00°04'42"N, localizado na mais alta cabeceira do mesmo Igarapé, e deste por uma linha reta rumo aproximado de 65°57'21" NE, a uma distância aproximada de 2.700 m (dois mil e setecentos metros) chega-se ao P-5 de Coordenadas Geográficas aproximadas Longitudes 61°25'09" WGR e Latitude de 00°05'00"N, localizado em dos formadores d'água de um Igarapé sem denominação, afluente da margem direita do Rio Mucucuaú; daí segue-se o referido Igarapé pela sua margem direita no sentido jusante a uma distância aproximada de 10.000 m (dez mil metros), encontra-se o P-6 de Coordenadas

Geográficas aproximadas Longitudes 61°20'12"WGR Latitude 00°04'16"N, localizado na foz do referido Igarapé; e deste atravessa-se o Rio Mucucuaú para sua margem direita e segue-se o mesmo sentido montante a uma distância aproximada de 16.000 m (dezesseis mil metros), chega ao P-7 de coordenadas Geográficas aproximadas Longitude 61°14'49"WGR e Latitude 00°09'27"N, localizado na foz de um Igarapé sem denominação Afluente na mesma margem do referido Rio; deste ponto segue-se o referido Igarapé pela sua margem esquerda num sentido montante a uma distância aproximada de 28.000 m (vinte e oito mil metros), encontra-se o P-8 de Coordenadas Geográficas aproximada Longitude 61°02'55"WGR e Latitude 00°12'10"N, localizada em um dos formadores d'água do mesmo Igarapé; Longitude 61°02'55"WGR e Latitude 00°12'10"N, localizada em um dos formadores d'água do mesmo Igarapé; e deste por uma linha reta num rumo aproximado de 78°49'12"SE, a uma distância aproximada de 6.400 m (seis mil e quatrocentos metros), encontra-se o P-9 de Coordenadas Geográficas aproximadas Longitudes 60°59'34"WGR e Latitude 00°11'21"N, localizado na foz do Igarapé sem denominação afluente da margem direita do Rio Jauaperí; daí segue-se o citado Rio pela margem direita no sentido jusante a uma distância aproximada de 130.000 m (cento e trinta metros), chega-se ao P-10 de Coordenadas Geográficas aproximadas longitude 61°223"WGR e Latitude 00°35'44"S, localizado na confluência do Rio Jauaperí com o Rio Mucucuaú; e deste por uma linha reta no rumo aproximado de 24°40'08"NW, a uma distância aproximada de 67.300m (sessenta e sete mil e trezentos metros), chega-se ao P-1, ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida no Perímetro acima descrito é de aproximadamente 389.450 ha (trezentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta hectares).

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de **387.160,5322 (ha) (trezentos e oitenta e sete mil cento e sessenta hectares, cinquenta e três ares e vinte e dois centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

II - GLEBA SANTA MARIA DO BOIAÇU

Partindo do ponto n.º 01, localizado na confluência do Rio Branco com igarapé Tapará. Daí sobe-se pela margem esquerda deste igarapé até o ponto n.º 02 de Coordenadas Geográficas aproximadas de 61°7'5"WGR e 00°26'00"S, localizado na margem esquerda do igarapé Tapará, distando aproximadamente 0,8 km. Daí, segue-se por uma linha reta a seca de azimuth aproximado de 90°00'00" até encontrar o ponto n.º 03 de Coordenadas Geográficas aproximadas de 61°30'00"WGR e 00°26'00"S, distando aproximadamente 33 km. Daí, segue-se por outra linha reta e seca de azimuth aproximado de 180°00'00" até o ponto n.º 04 de Coordenadas Geográficas aproximadas de 61°30'00"WGR e 00°36'00"S, distando proximamente 18,6 km. Daí, segue-se por outra linha seca de azimuth aproximado de 270°00'00" até o ponto n.º 05 de Coordenadas Geográficas aproximadas de 61°46'23"WGR e 00°36'00"s, localizado na margem direita do igarapé Água Boa, distando aproximadamente, 30,2 km. Daí, desce-se o referido igarapé por sua margem direita até atingir o ponto n.º 06, localizado na confluência deste igarapé com o Rio Branco, distando aproximadamente 11 km. Daí sobe-se pela margem esquerda do rio aproximadamente 16 km até o ponto inicial da descrição deste perímetro.

A área contida nos limites acima e de aproximadamente 59.200,0000ha.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização

e Reforma Agrária – INCRA, é de 70.945,9377 (ha), (setenta mil novecentos e quarenta e cinco hectares noventa e três ares e setenta e sete centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

III - GLEBA CACHIMBO

Inicia no ponto n.º 01 de Coordenadas Geográficas 00°30'49"N e 60°28'03"WGR, localizado na margem direita da BR-174 no sentido Boa Vista / Manaus, sobre o Rio Jauaperi : daí segue-se o referido rio pela sua margem direita até encontrar o ponto n.º 02 de Coordenadas Geográficas 00°10'49"N e 60°58'52"WGR , localizado na confluência do Igarapé Cachimbo com Rio Jauaperi, distando aproximadamente 120.500 m (cento e vinte mil e quinhentos metros); daí segue-se o referido igarapé pela sua margem esquerda no sentido montante até atingir sua mais alta cabeceira , onde encontra-se localizado o ponto n.º 03 de Coordenadas Geográficas 00°38'48"N, e 60°56'04"WGR, distando aproximadamente 68.500m (sessenta e oito mil e quinhentos metros) ; daí segue-se por uma linha reta com azimute de 01°29'00" e uma distância aproximada de 15.500 m (quinze mil e quinhentos metros) , até encontrar o ponto n.º 04 de Coordenadas Geográficas 00°47'10"N e 60°55'51"WGR, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação ;daí segue-se o referido igarapé pela sua margem direita ate atingir o ponto n.º 05 de Coordenadas Geográficas 01°04'37"N e 60°55'05"WGR, localizado na confluência do igarapé sem denominação com o Rio Anauá, distando aproximadamente 36.000m (trinta e seis mil metros);daí segue-se pela margem esquerda do referido rio no sentido montante até encontrar o ponto 06 de Coordenadas Geográficas 00°54'01"N e 60°37'01"WGR, distando aproximadamente 69.000m (sessenta e nove mil metros); daí seque por uma linha reta com azimute de 245°59'55" e uma distância aproximada de 4.500m (quatro mil e quinhentos metros) até encontrar o ponto n.º 07 de Coordenadas Geográficas 00°51'44"N e 60°38'02"WGR, daí segue por outra linha reta com azimute de 116°33'54"N e uma distância aproximada de 900m (novecentos metros) até encontrar o ponto n.º 08 de Coordenadas Geográficas 00°51'31"N e 60°37'36"WGR; daí segue por outra linha reta com azimute de 24°32'16" e uma distância aproximada de 3.100m (três mil e cem metros), até encontrar o ponto n.º 09 de Coordenadas Geográficas 00°53'03"N e 60°36'54"WGR, daí segue por outra linha reta com azimute de 113°16'22"e uma distância aproximada de 3.100m (três mil e cem metros); até encontrar o ponto n.º 10 de Coordenadas Geográficas 00°52'23"N e 60°35'21" WGR; daí segue por outra linha reta com azimute de 26°07'59" e uma distância de aproximadamente 1.800m (hum mil e oitocentos metros), até encontrar o ponto n.º 11 de Coordenadas Geográficas 00°53'16"N e 60°34'05"WGR; daí segue por outra linha reta com azimute de 116°10'55"e uma distância aproximada de 4.100m (quatro mil e cem metros), até encontrar o ponto n.º 12 de Coordenadas Geográficas 00°52'17"N e 60°32'55"WGR; daí segue por outra linha reta com azimute de 183°21'05"e uma distância aproximada de 13.600m (treze mil e seiscentos metros), até encontrãr o ponto n.º 13 de Coordenadas Geográficas 00°44'53"N e 60°33'21"WGR; daí segue por outra linha reta com azimute de 108°35'36" e uma distância aproximada de 14.200m (quatorze mil e duzentos metros) até encontrar o ponto n.º 14 de Coordenadas Geográficas 00°42'27"N e 60°26'07"WGR, localizado na margem direita da BR-174, sentido Boa Vista/Manaus; daí segue pela margem direita da BR- 174 percorrendo uma distância aproximada de 22.000m (vinte e dois mil metros) até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 395.000 ha.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 376.152,0276 (ha), que subtraindo-se 40.638,8807 (ha) de Projetos de Assentamento e 188.157,7820 (ha) de áreas ambientais – IBAMA, restam um remanescente Fora da faixa de 150 KM da fronteira internacional de **147.355,3649 (ha) (cento e quarenta e sete mil trezentos e cinqüenta e cinco hectares, trinta e seis ares e quarenta e nove centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

IV - GLEBA BR-174

Partindo ponto nº 1, de coordenadas geográficas aproximadas de 60°25'27"WGR e 00°32'09"N, situado na margem do rio Jauaperí, segue-se por uma linha paralela a BR-174, no sentido BR-210/Manaus, Até o ponto nº 2 de coordenadas geográficas aproximadas de 60°37'16"WGR e 00°00'00", distando aproximadamente 66,5 km. Daí segue-se pelo paralelo 00°00'00" no sentido oeste, até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas de 60°40'50"WGR e 00°00'00", situado na BR-174 e distando aproximadamente 6,6 km. Daí segue-se pela margem direita da BR-174 no sentido BR-210/Manaus, até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas de 60°41'56"WGR e 00°20'00"S distando aproximadamente 38,0 km. Daí segue-se pelo paralelo de 00°20'00"S no sentido oeste até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas de 60°44'38"WGR e 00°20'00", distando aproximadamente 5,0 km. Daí segue-se por uma linha paralela a BR-174 no sentido Manaus/BR-210, até o ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas de 60°31'57"WGR e 00°29'28"N, situado na margem esquerda do rio Jauaperí, distando aproximadamente 99,34 km. Sobe-se então o referido rio pela mesma margem, até o ponto 01, início deste memorial distando aproximadamente 16,1 km.

A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 81.770,0000 ha.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 59.917,2867 (ha), que subtraindo-se 3.629,2797 (ha) referentes a Terras Indígenas, restam um remanescente Fora da faixa de 150 KM da fronteira internacional de **56.288,0070 (ha) (cinqüenta e seis mil duzentos e oitenta e oito hectares, zero ares e setenta centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

V - GLEBA EQUADOR

Inicia no Ponto Nº 01 de coordenadas geográficas de 00°16'21"S e 60°42'10"WGR localizado na margem direita da BR-174, no sentido MANAUS/BOA VISTA; daí segue a referida rodovia pela sua margem direita até encontrar o ponto Nº 02 de coordenadas geográficas de 00°00'00" e 60°38'47"WGR e uma distância aproximada de 34.000 m (trinta e quatro mil metros); daí segue por uma linha reta com azimute de 90°00'00" e uma distância de 5.000 m (cinco mil metros), até encontrar o ponto Nº 03 de coordenadas geográficas de 00°00'00" e 60°37'16"WGR; deste ponto segue por uma linha sinuosa e eqüidistante da BR-174 de 5.000 m (cinco mil metros), linha esta limites entre as Glebas BR-174 e Equador até encontrar o ponto Nº 04 de coordenadas geográficas de 00°32'09"N e 60°25'27"WGR, com uma distância aproximada de 66.500 m (sessenta e seis mil e quinhentos metros), localizado na

margem esquerda do Rio Jauaperí; daí segue no sentido montante pela margem esquerda do rio acima citado até encontrar o ponto N° 05 de coordenadas geográficas de 00°47'09"N e 60°00'00"WGR, e uma distância aproximada de 88.000 m (oitenta e oito mil metros), localizado na margem esquerda do Rio Jauaperí; daí segue por uma linha reta com azimute de 180°00'00" e uma distância de 62.500 m (sessenta e dois mil e quinhentos metros), até encontrar o ponto N° 06 de coordenadas geográficas de 00°13'18"N e 60°00'00"WGR, daí segue por uma linha reta, divisa entre o Estado do Amazonas e o Estado de Roraima com azimute de 270°00'00" e uma distância de 6.100 m (seis mil e cem metros), até encontrar o ponto N° 07 de coordenadas geográficas de 00°13'18"N e 60°03'23"WGR, localizado na cabeceira do Rio Alalaú; daí segue pela margem direita do Rio Alalaú, rio este que serve de limite entre o Estado do Amazonas e o Estado de Roraima, no sentido jusante até encontrar o ponto N° 08 de coordenadas geográficas de 00°01'10"S e 60°11'55"WGR, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Alalaú e uma distância aproximada de 38.200 m (trinta e oito mil e duzentos metros); daí segue pela margem esquerda do igarapé sem denominação até a sua mais alta cabeceira encontrando o ponto N° 09 de coordenadas geográficas de 00°01'45"N e 60°15'00"WGR e uma distância aproximada de 9.000 m (nove mil metros); daí segue por uma linha reta com azimute de 286°23'32" e uma distância aproximada de 2.800 m (dois mil e oitocentos metros), até encontrar o ponto N° 10 de coordenadas geográficas de 00°02'10"N e 60°17'15"WGR, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue pela margem direita do referido igarapé no sentido jusante até encontrar o ponto N° 11 de coordenadas geográficas de 00°02'15"N e 60°21'00"WGR, localizado na confluência do Igarapé Pretinho, e uma distância aproximada de 7.000 m (sete mil metros); daí segue pela margem esquerda do Rio Pretinho no sentido jusante até encontrar o ponto N° 12 de coordenadas de 00°06'10"S e 60°35'15"WGR, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o referido rio, distando aproximadamente 38.000 m (trinta e oito mil metros); daí segue o igarapé sem denominação no sentido montante até encontrar o ponto N° 13 de coordenadas geográficas de 00°13'00"S e 60°35'15"WGR, localizado na confluência de outro com aquele, também sem denominação, distando aproximadamente 13.000 m (treze mil metros); daí segue pelo referido igarapé pela sua margem esquerda no sentido montante até atingir sua cabeceira onde está localizado o ponto N° 14 de coordenadas geográficas de 00°14'20"S e 60°38'50"WGR, com uma distância aproximada de 7.000 m (sete mil metros); daí segue por uma linha reta com azimute de 238°49'34" e uma distância de 7.300 m (sete mil e trezentos metros), até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 364.160 ha. (trezentos e sessenta e quatro mil, cento e sessenta hectares), e um perímetro de 384.400 m (trezentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos metros), tomando-se por base quadriculas do RADAM na escala de 1:250.000, publicado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM através do Ministério das Minas e Energia-MME em 1978.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 367.200,1277 (ha), que subtraindo-se 106.024,3533 (ha) referentes a Terras Indígenas, 14.370,8871 (ha) de Projetos de Assentamento e 103.472,4567 (ha) de áreas ambientais – IBAMA, , restam um remanescente Fora da faixa de 150 KM da fronteira internacional de 143.332,4306 (ha) (cento e quarenta e três mil trezentos e trinta e dois hectares, quarenta e três ares e seis centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

VI - GLEBA MUCUCUAÚ

Inicia-se o perímetro da área no P-1 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°21'29"WGR e latitude 00°57'54"N, localizado na confluência do rio Anauá com o rio branco; e deste pela margem esquerda do rio Anauá no sentido montante com a distância aproximada de 78.000m (setenta e oito mil metros), chega-se ao P-2 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 60°55'11"WGR e latitude 01°04'39"N, situado na foz de um igarapé sem denominação afluente da mesma margem do referido rio; daí ,segue-se o referido igarapé pela sua margem esquerda no sentido montante a uma distancia aproximada de 38.000m (trinta e oito mil metros), chega-se ao P-3 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 60°56'14"WGR e latitude 00°46'46"N, localizado na mais alta cabeceira do referido igarapé ; e deste com o rumo aproximado de 00°52'49"SW , distancia aproximada de 16.200m (dezesesseis mil e duzentos metros), encontra-se o P4 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 60°56'27"WGR e latitude 00°38'00"N , localizado em um dos formadores d'água do igarapé cachimbo; daí , segue-se o referido igarapé pela sua margem direita no sentido jusante a uma distancia aproximada de 53.000m (cinquenta e três mil metros), chega-se ao P-5 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 60°58'58"WGR e latitude 00°11'05"N, localizado na foz deste no Rio Jauaperi deste ponto segue-se o referido rio pela sua margem direita no sentido jusante a uma distancia aproximada de 1.200m (hum mil e duzentos metros) , onde encontra-se o P-6 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 60°59'34"WGR e latitude 00°11'21"N , localizado na foz de um igarapé sem denominação afluente da mesma margem do referido rio ; e deste por uma linha reta no rumo aproximado de 78°49'12"NW, a uma distancia aproximada de 6.400m (seis mil e quatrocentos metros), chega-se ao P-7 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°02'05"WGR e latitude 00°12'10"N, localizado em um dos formadores d'água de um igarapé sem denominação afluente da margem esquerda do rio Mucucuarú ; daí , segue-se o referido igarapé pela sua margem direita jusante a uma distancia de 28.000m (vinte e oito mil metros),encontra-se o P-8 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°14'49"WGR e latitude 00°09'27"N, localizado na foz deste no rio Mucucuarú ; daí , atravessa o mesmo rio e segue-se pela margem direita no sentido jusante a uma distancia aproximada de 16.000 metros (dezesesseis mil metros) , chega-se ao P-9 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°20'12"WGR e latitude 00°04'16"N. localizado na foz de um igarapé sem denominação afluente da mesma margem ; deste ponto segue-se o referido igarapé no sentido montante pela margem esquerda ate sua confluência com um outro também sem denominação e deste no mesmo sentido e margem a uma distancia aproximada de 10.000m(dez mil metros), chega-se ao P-10 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 71°25'00"N, localizado em um dos formadores d'água do referido igarapé ; e deste por uma linha reta no rumo aproximado de 65°57'21"SW e distancia aproximada de 2.700m (dois mil e setecentos metros), chega-se ao P-11 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°26'39"WGR e latitude 00°04'42"N, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue-se o referido igarapé pela sua margem direita no sentido jusante a uma distancia aproximada de 10.500 m (dez mil e quinhentos metros), onde encontra-se o P-12 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°27'44"WGR e latitude 00°01'15"S, localizado na desembocadura deste um lago pantanoso; e deste por uma linha reta e seca no rumo aproximada de 11.200m(onze mil e duzentos metros), encontra-se o P-13 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°33'33"WGR e latitude 00°02'40"S, localizado em um dos formadores

d'água de um igarapé sem denominação afluente da margem esquerda do rio tapera; e deste segue-se o referido igarapé pela sua margem direita no sentido jusante a uma distancia aproximada de 9.000m (nove mil metros), chega-se ao P-14 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°37'41"WGR e latitude 00°03'26"S, localizado na foz do mesmo igarapé daí, segue-se o rio tapera pela sua margem esquerda no sentido montante a uma distancia de 121.000m (cento e vinte e hum mil metros), atravessa-se o referido rio para sua outra margem onde encontra-se o P-15 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°23'16"WGR, e latitude 00°40'20"N, localizado na foz de um igarapé sem denominação afluente deste da margem direita; daí, segue-se o referido igarapé pela sua margem esquerda no sentido montante a uma distancia aproximada de 33.000m (trinta e três mil metros) chega-se ao P-16 de Coordenadas Geográficas aproximadas Longitude 61°56'08"N, localizado na mais alta cabeceira do referido Igarapé; deste ponto segue-se por uma linha reta com rumo a aproximado de 51°15'49"NW e distância aproximada de 3.800m (três mil e oitocentos metros), chega-se ao P-1 ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida no perímetro acima descrito e de aproximadamente 545.100 ha.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 529.201,5386 (ha), que subtraindo-se 71.846,3429 (ha) referentes a áreas ambientais – IBAMA, restam um remanescente Fora da faixa de 150 KM da fronteira internacional de **457.355,1957 (ha) (quatrocentos e cinqüenta e sete mil trezentos e cinqüenta e cinco hectares, dezenove ares e cinqüenta e sete centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

VII - GLEBA PRETINO

Partindo do ponto nº 01 de coordenadas geográficas 60°43'33"WGR e 00°19'54"S, localizado na margem direita da BR-174 no sentido Caracará/Manaus, distando da rodovia 5.000m (cinco mil metros), segue-se por uma linha reta com azimute de 269°09'42" até encontrar o ponto nº 02 de coordenadas geográficas 61°04'03"WGR e 00°20'12"S, localizado a margem esquerda do Rio Jauaperi, distando aproximadamente 38.200m (trinta e oito mil e duzentos metros); deste segue-se o referido rio pela citada margem no sentido montante até o ponto nº 03 de coordenadas geográficas 60°53'39"WGR e 00°08'58"N, distando aproximadamente 81.000m (oitenta e um mil metros); daí segue-se por uma linha reta com azimute de 180°00'00" até encontrar o ponto nº 04 de coordenadas geográficas 60°53'39"WGR e 00°06'47"N, distando aproximadamente 4.000m (quatro mil metros); desse ponto, segue-se por outra linha reta com azimute de 90°00'00" até encontrar o ponto nº 05 de coordenadas geográficas 60°52'10"WGR e 00°06'47"N, distando aproximadamente 2.300m (dois mil e trezentos metros); daí por outra linha reta com azimute de 360°00'00" até encontrar o ponto nº 06 de coordenadas geográficas 60°52'10"WGR e 00°08'33"N, localizado na margem esquerda do rio Jauaperi, distando aproximadamente 4.000m (quatro mil metros); daí segue-se a montante o referido rio até o ponto nº 07 de coordenadas geográficas 60°45'16"WGR e 00°12'05"N, distando aproximadamente 27.000m (vinte sete mil metros); daí segue-se por uma linha reta com azimute de 180°00'00" até encontrar o ponto nº 08 de coordenadas geográficas 60°45'16"WGR e 00°10'27"N, distando aproximadamente 3.000m (três mil metros); daí segue-se por uma linha reta com azimute de 90°00'00" até encontrar o ponto nº 09 de coordenadas geográficas 60°43'47"WGR e 00°10'27"N, distando aproximadamente 3.000m (três mil metros); daí segue-se por outra linha reta com azimute de 360°00'00", até encontrar o ponto nº 10 de coordenadas geográficas

60°43'47"WGR e 00°12'29"N, localizado 'a margem esquerda do rio Jauaperi aproximadamente ; daí segue-se referido rio pela margem citada acima no sentido montante até encontrar o ponto n° 11 de coordenadas geográficas 60°32'50"WGR e 00°27'16"N, localizado na margem do rio Jauaperi, distando aproximadamente 49.000m (quarenta e nove mil metros); daí segue-se por um linha paralela 'a BR-174 eqüidistante de 5.000m (cinco mil metros), pela margem direita no sentido de Caracará/ Manaus até o ponto n° 01 distando aproximadamente 96.000 m (noventa e seis mil metros), ponto inicial da descrição deste perímetro.

A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 221.120 ha:

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 252.613,7969 (ha), que subtraindo-se 14.928,0345 (ha) referentes a Terras Indígenas e 32.081,4171 (ha) de Projetos de Assentamento, restam um remanescente Fora da faixa de 150 KM da fronteira internacional de 205.604,3453 (ha) (duzentos e cinco mil seiscentos e quatro hectares, trinta e quatro ares e cinqüenta e três centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

VIII - GLEBA VISTA ALEGRE

Partindo do ponto n.º 01 , localizado na margem direita da BR 210 no sentido Caracará /Amapá, segue-se pela referida margem até encontrar o ponto n.º 02 na margem direita do Rio Barauana, distando aproximadamente 52.000m (cinqüenta e dois mil metros); daí, segue-se pela margem do referido rio no sentido jusante , até encontrar o ponto n.º 03, localizado na confluência do Rio Barauana e Rio Anauá, distando aproximadamente 63.000 m(sessenta e três mil metros); daí segue-se pela margem direita do Rio Anauá no sentido jusante até encontrar o ponto n.º 04 de Coordenadas Geográficas 61°03'55"WGR e 01°01'36"N, distando aproximadamente 38.500 m (trinta e oito mil e quinhentos metros); daí por uma linha reta com azimute 263°15'36" e uma distância de 8.500 m (oito mil e quinhentos metros) até encontrar o ponto n.º 05 de Coordenadas Geográficas 61°08'26"WGR e 01°01'04"N, daí por outra linha reta com azimute de 179°58'03" e uma distância de 3.900 m (três mil e novecentos metros) até encontrar o ponto n.º 06 de Coordenadas Geográficas 61°08'19"WGR e 00°59'59"N, daí segue-se por outra linha reta com azimute de 268°01'30" e uma distância de 1.800 m (hum mil e oitocentos metros) até encontrar o ponto n.º 07 de Coordenadas Geográficas 61°09'17"WGR e 00°58'57"N, daí segue-se por outra linha reta com azimute de 179°26'08" e uma distância de 3.800 m (três mil e oitocentos metros) até encontrar o ponto n.º 08 de Coordenadas Geográficas de 61°09'17"WGR e 00°56'54"N, daí segue-se por outra linha reta com azimute de 90°00'00" e uma distância de 1.000 m (mil metros) até encontrar o ponto n.º 09 de coordenadas geográficas 61°08'40"WGR e 00°56'54"N, localizado na margem direita do Rio Anauá ; deste ponto segue-se pela margem direita do referido rio até encontrar o ponto n.º 10 de coordenadas geográficas 61°13'43"WGR e 00°59'02"N, distando aproximadamente 22.000 m (vinte e dois mil metros): daí por uma linha reta com azimute de 360°00'00" e uma distância de 3.100m (três mil e cem metros) até encontrar o ponto n.º 11 de coordenadas geográficas 61°13'43"WGR e 01°00'42"N, deste ponto , segue-se por outra linha reta com azimute de 270°00'00" e uma distância de 3.000 m (três mil metros) ate encontrar o ponto n.º 12 de coordenadas geográficas 61°15'20"WGR e 01°00'12"N, daí por outra linha reta com azimute de 180°00'00" e uma distância de 2.800 m (dois mil e oitocentos metros) até encontrar o ponto n.º 13 de coordenadas geográficas 61°15'20"WGR e 00°59'12"N, deste ponto ,

segue-se pela margem direita do Rio Anaua até encontrar a foz de um igarapé sem denominação, onde na sua margem direita encontra-se localizado o ponto n.º 14 de coordenadas geográficas 61°18'42"WGR e 00°58'29"N, distando aproximadamente 9.000m (nove mil metros); daí segue-se pela margem direita do igarapé no sentido montante até encontrar o ponto n.º 15 de coordenadas geográficas 61°18'05"WGR e 01°00'52"N, distando aproximadamente 5.000 m (cinco mil metros) daí por linha reta de azimute de 271°16'52" e uma distância aproximada de 6.000 m (seis mil metros) até encontrar o ponto esquerda do Rio Branco e de coordenadas geográficas 61°21'18"WGR e 01°00'59"N, deste ponto segue-se no sentido montante do referido rio distando aproximadamente 88.000 m (oitenta e oito mil metros) até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 304.382,0000 ha.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 290.035,4109 (ha), que subtraindo-se 227.011,0000 (ha) referentes a áreas preservação ambiental - IBAMA, restam um remanescente de 63.024,4109 (ha) (sessenta e três mil e vinte e quatro hectares, quarenta e um ares e nove centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

IX – GLEBA AMAJARI

Partindo da intercessão do paralelo 4° Latitude Norte com o Rio Parimé, desce-se pela margem direita deste rio até a foz do rio Cararual, e em seguida sobe-se pela margem esquerda até encontrarmos a BR-174. Daí segue-se por esta BR no sentido Boa Vista até a ponte sobre o rio Uraricoera. Sobe-se pela margem esquerda do dito rio, até a bifurcação dos furos Santa Rosa/Maracá, seguindo-se pela margem esquerda do furo Maracá até a cachoeira da Capivara próximo do Meridiano 61°30'WG, Daí por uma linha seca de azimute de aprx.18° até alcançar a cachoeira Desce de Popa no Rio Amajari com distancia aproximada de 47,5 Km. Segue-se daí por outra reta de azimute aprx. 58°30 até o ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 275.000 Há (DUZENTOS E SETENTA E CINCO MIL HECTARES), tomando-se como referencia o mapa planimétrico escala 1:100.000 extraído dos mosaicos do RADAM escala 1:250.000 publicados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, através do Ministério de Minas e Energia em 1972.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 281.978,1208(ha), que subtraindo-se 70.871,5596(ha) referentes a Terras indígenas, 22.469,2023(ha) de Imóveis Rurais e 11.686,7772(ha) do IBAMA, restam um remanescente de 176.952,5817 ha (cento e setenta e seis mil novecentos e cinqüenta e dois hectares, cinqüenta e oito ares e dezessete centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

X – GLEBA EREU

Partindo do ponto n° 1 de coordenadas geográficas 61°21'40" WGR, 03°42'01" N situado na cachoeira Desce de Popa no Rio Amajari, daí subindo o mesmo pela margem esquerda até encontrar o ponto n° 2 de coordenadas geográficas, 62°00'00" WGR, e 03°54'36"N situado no mesmo rio com uma distancia aproximada de 116 Km, daí segue-se por uma linha seca no azimute 360°00'00" até o ponto 3 de coordenadas

geográficas 62°00'00" WGR e 04°11'25"N, com a distância aproximada de 30,8 Km, situado na divisa Brasil/Venezuela, daí segue por esta linha divisória até o ponto nº 4 de coordenadas geográficas de 61°30'00"WGR e 04°25'52"N, situado na mesma linha com a distância de 80Km, daí segue por uma linha seca com o azimute de 90°00'00" até o ponto nº 5 de coordenadas geográficas 61°28'42"WGR e 04°25'52" N, com a distância aproximada de 2,4 Km situado na margem direita do Rio Surumú, prossegue-se descendo o mesmo ainda pela margem direita até o ponto nº 6 de coordenadas geográficas 61°17'07"WGR e 04°23'29"N, com a distância de 26 Km situado no mesmo rio, daí segue por uma linha seca com o azimute de 180°00'00" até o ponto nº 7 de coordenadas geográficas de 61°17'07"WGR e 04°17'53"N com a distância aproximada de 10,5 Km situado na nascente do Rio Parimé, daí desce-se o mesmo por sua margem direita até o ponto nº 8 de coordenadas geográficas 60°56'08"WGR e 04°00'00"N com a distância aproximada de 80 Km situado no mesmo rio, daí segue por uma linha seca com o azimute de 235°30'00" com a distância aproximada de 58 Km até encontrar o ponto nº 1, início de descrição deste perímetro.

A área contida nos limites acima descritos, é de aproximadamente 427.332ha (quatrocentos e vinte e sete mil trezentos e trinta e dois hectares tomando-se por base o mapa planimétrico do IBGE na escala de 1:1000.000 e quadriculas do RADAM na escala de 1:250.000 publicadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral através do Ministério de Minas e Energia em 1972.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 428.374,5599(ha), que subtraindo-se 40.589,2616(ha) referentes a Terras indígenas, 8.289,2902(ha) de Projetos de Assentamentos e 45.989,7059(ha) de Imóveis Rurais, restam um remanescente de 333.506,3322 ha (trezentos e trinta e três mil quinhentos e seis hectares trinta e três ares e vinte e dois centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

XI – GLEBA TEPEQUEM

Partindo do ponto nº 1 de coordenadas 61°21'14"WGR e 03°40'13"N localizado na cachoeira Desce de Popa, no Rio Amajari, daí segue-se por uma linha seca de AZ 209°30'00", até encontrar o ponto nº 2 de coordenadas 61°33'18"WGR e 03°19'02"N localizado na cachoeira Capivara, no Furo Maracá, distando aproximadamente 44,9 Km, deste ponto sobe-se o Rio Uraricoera pelo Furo Maracá até encontrar o ponto nº 3 de coordenadas 62°00'00"WGR e 03°14'20"N, localizado no mesmo rio distando aproximadamente 74 Km, deste ponto segue-se por uma linha seca de Az 360°00'00". Até o ponto nº 4 de coordenadas 62°00'00"WGR e 03°54'24"N localizado na margem direita do Rio Amajari, distando aproximadamente 72,9 Km, deste ponto, desce-se o referido rio pela sua margem direita, com uma distância aproximada de 117,2 Km, até encontrar o ponto nº 1 de coordenadas 61°21'14"WGR e 03°40'13"N, início da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima descritos mede aproximadamente 402.755 ha (quatrocentos e dois mil setecentos e cinquenta e cinco hectares), excluindo 15.716,4970 ha (quinze mil setecentos e dezesseis hectares quarenta e nove ares e setenta centiares) referente a 06 (seis) Títulos Definitivos expedidos pelo Governo do Estado do Amazonas, os quais apresentam os seguintes MEMORIAIS DESCRITIVOS: - TD'S Santa Luzia, São Pedro, Primavera, Nova Aliança e Santa Fé. Partindo do ponto nº 1 de coordenadas 61°27'39"WGR e

03°43'01"N, localizado na confluência do igarapé Acará, daí sobe-se o igarapé Acara pela sua margem esquerda até encontrar o ponto nº 2 de coordenadas 61°29'21"WGR e 03°42'52"N localizado na margem direita do igarapé Acará, distando aproximadamente do ponto nº 1 de 3,3 Km, deste ponto segue-se por uma linha seca de Az 180°00'00", até encontrar o ponto nº 3 de coordenadas 61°29'25"WGR e 03°40'04"N distando aproximadamente 5,2 Km, daí segue-se por uma outra linha seca de Az 270°00'00", até encontrar o ponto nº 4 de coordenadas 61°33'21"WGR e 03°40'04"N, distando aproximadamente 7,3 Km, daí segue-se por outra linha seca de Az 180°00'00", até encontrar o ponto nº 5 de coordenadas 61°33'21"WGR e 03°39'04"N, distando aproximadamente 1,85 Km. Daí segue-se por outra linha seca de Az 270°00'00", até encontrar o ponto nº 6 de coordenadas 61°36'06"WGR e 03°39'09"N, localizado na margem esquerda do igarapé do Trovão, distando aproximadamente 5,1 Km, deste ponto sobe-se o referido igarapé pela sua margem esquerda, até sua nascente ponto nº 7 de coordenadas 61°33'44"WGR e 03°42'07"N, distando aproximadamente 8,5 Km. Daí segue-se por outra linha seca de Az 360°00'00" até encontrar o ponto nº 8 de coordenadas 61°33'44"WGR e 03°45'27"N distando aproximadamente 6,2 Km, daí segue-se por outra linha seca de Az 90°00'00" até encontrar o ponto nº 9 de coordenadas 61°31'02"WGR e 03°45'29"N distando aproximadamente 5,0 Km, deste ponto segue-se por outra linha seca de Az 360°00'00", até encontrar o ponto nº 10 de coordenadas 61°30'03"WGR e 03°46'14"N, distando aproximadamente 1,4 Km, daí segue-se por outra linha seca de Az 90°00'00" até encontrar o ponto nº 11 de coordenadas 61°28'22"WGR e 03°46'17"N distando aproximadamente 5,0 Km, deste ponto, segue-se por outra linha seca de Az 180°00'00" até encontrar o ponto nº 12 de coordenadas 61°28'19"WGR e 03°43'26"N localizado na cabeceira do igarapé São Pedro distando aproximadamente 5,1 Km, daí segue-se o referido igarapé pela sua margem direita até encontrar o ponto nº 1 de coordenadas 61°27'39"WGR e 03°43'01"N, localizado na confluência do igarapé São Pedro com o igarapé Acará, distando aproximadamente 2,1 Km, do ponto inicial da descrição deste perímetro.

-Título Definitivo São João do Flexa.

partindo do ponto nº 1 de coordenadas 61°24'07"WGR e 03°38'35"N localizado na margem direita do Rio Amajari, daí segue-se por este rio abaixo até encontrar o ponto nº 2 de coordenadas 61°22'19"WGR e 03°47'58"N, situado na margem direita do referido rio, distando aproximadamente do ponto nº 1 de 4,4 Km, deste ponto segue-se por uma linha seca de Az 220°30'00", até encontrar o ponto nº 3 de coordenadas 61°25'07"WGR e 03°44'47"N distando aproximadamente 7,9 Km, daí, segue-se por outra linha seca de Az 295°30'00", até encontrar o ponto nº 4 de coordenadas 61°27'03"WGR e 03°45'40"N distando aproximadamente 3,95 Km, deste ponto segue-se por outra linha seca de Az 45°00'00" até encontrar o ponto nº 1 de coordenadas 61°24'07"WGR e 03°48'35"N distando aproximadamente 7,7 Km do ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nestes Memoriais deverá ser excluída, restando como área devoluta, aproximadamente 387.038 ha (trezentos e oitenta e sete mil e trinta e oito hectares).

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 390.092.3870(ha), que subtraindo-se 585.8459(ha) referentes a Terras indígenas, 64.728,2820(ha) de Projetos de Assentamentos, 37,3618(ha) de Imóveis Rurais e 76.3863(ha) do IBAMA, restam um remanescente de 324.664,5110ha (trezentos e vinte e quatro mil seiscientos e sessenta e quatro

hectares cinquenta e um ares e dez centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

XII – GLEBA CAUAMÉ

Partindo da ponte sobre o Rio Cauamé (BR-174), seguindo pela margem esquerda desta BR, para o Norte, até a ponte sobre o Rio Uraricoera, daí subindo-se pelo Rio Uraricoera, margem direita, e pelo furo Maracá, margem direita (Sul da Ilha do mesmo nome), e ainda pelo Rio Uraricoera até o Meridiano 620 W.G., daí por este Meridiano, rumo Sul até encontrar a margem esquerda do Rio Mucajaí, descendo-se o mesmo Rio Mucajaí até sua foz onde conflui com o Rio Branco. Daí subindo-se o Rio Branco, pela margem direita até a foz do Igarapé Waigrande, daí pela margem direita do mesmo segue-se seu curso até a nascente, daí por uma reta direita do mesmo segue-se seu curso até a nascente, daí por uma reta seca de mais ou menos 2,5 Km., até a nascente do Igarapé Caranã, daí segue-se pelo curso do Caranã abaixo, pela margem esquerda até a ponte da BR-174. Ponto que deu origem a descrição deste Memorial.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 950.073.9002(ha), que subtraindo-se 89.751.1045(ha) referentes a Terras indígenas, 119.546.1599(ha) de Projetos de Assentamentos, 258.748.3607(ha) de Imóveis Rurais e 213.005.13279(ha) do IBAMA, restam um remanescente de **269.023.1484 ha (duzentos e sessenta e nove mil e vinte e três hectares quatorze ares e oitenta e quatro centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

XIII – GLEBA MURUPU

Partindo da confluência do Rio Cauamé com o Rio Branco, sobe-se este, pela sua margem direita até a formação, isto é, à confluência dos rios Tacutu e Uraricoera; daí sobe-se este último, pela sua margem direita até a altura da desembocadura do Rio Cauamé, digo, do Rio Parimé; cruza-se em seguida, o Rio Uraricoera, atingindo a margem direita do Rio Parimé e sobe-se este pela sua margem direita até encontrar o rio Cararual; subindo-se por este pela sua margem até encontrar a Rodovia BR-174; segue-se por esta, em direção a Boa Vista, até encontrar o Rio Cauamé, descendo-se este pela sua margem esquerda até a sua foz no Rio Branco. Ponto que deu origem a descrição deste Memorial.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 245.156.8240(ha), que subtraindo-se 38.043.1066(ha) referentes a Terras indígenas, 35.548.0609(ha) de Projetos de Assentamentos e 69.560.8288(ha) de Imóveis Rurais, restam um remanescente de **102.004.8277 há (cento e dois mil e quatro hectares, oitenta e dois ares e setenta e sete centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

XIV – GLEBA TACUTU

Partindo da foz do Rio Quitauá com o Rio Branco, daí subindo-se este rio (margem esquerda) até a Ilha São Lourenço com a área de 595,4050 ha se inclui na área da presente gleba, daí ainda pela margem esquerda do Rio Branco, até sua confluência com a foz do Rio Tacutu, daí subindo-se este rio (margem esquerda), até a foz do Urubu

ou Tiquirri, daí subindo-se este até encontrar o Paralelo de 2°30'0"N, daí por uma linha seca e reta no sentido Sul com extensão de 6.300 m, daí no sentido Oeste por uma linha seca e reta na extensão de 6.700 m, até encontrar uma das nascentes do Rio Quitauá, sobre o Paralelo 2°30' N, daí descendo por este rio, em sua margem direita, até a sua foz, onde se lança sobre o Rio Branco. Ponto que deu origem a descrição deste Memorial.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 663.367.4579(ha), que subtraindo-se 113.112.0004(ha) referentes a Terras indígenas, 21.823.5329(ha) de áreas militares (exército) e 83.606.7694(ha) de Imóveis Rurais, restam um remanescente de **444.825.1510 ha (quatrocentos e quarenta e quatro mil oitocentos e vinte e cinco hectares, quinze ares e dez centiares** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

XV – GLEBA BARAUANA

Partindo do ponto N° 01 localizado na confluência do Igarapé Cachorro com o Rio Branco, sobe-se o referido igarapé pela sua margem esquerda até a desembocadura do Rio Cujubim, ponto N° 02, distando aproximadamente 42.800 m (quarenta e dois mil e oitocentos metros); deste ponto sobe-se o referido rio pela sua margem esquerda até a sua mais alta cabeceira, ponto N° 03 de coordenadas geográficas 60°16'45"WGR e 02°18'43"N, distando aproximadamente 43.200 m (quarenta e três mil e duzentos metros); daí, segue-se por uma linha reta de azimuth 120°47'37" até encontrar o ponto N° 04, localizado na margem esquerda do Rio Urubu de coordenadas geográficas 60°01'02"WGR e 02°09'21"N, distando aproximadamente 34.000 m (trinta e quatro mil metros); deste ponto segue-se o referido rio pela sua margem esquerda no sentido montante até a confluência de um igarapé sem denominação, ponto N° 05 de coordenadas geográficas 59°52'58"WGR e 01°54'00"N, distando aproximadamente 32.800m (trinta e dois mil e oitocentos metros); daí segue-se pelo igarapé sem denominação até a sua cabeceira, ponto N° 06 de coordenadas geográficas 59°49'11"WGR e 01°58'13"N, distando aproximadamente 10.200 m (dez mil e duzentos metros); deste ponto segue-se por uma linha reta de azimuth 91°29'09" até encontrar o ponto N° 07 localizado na margem esquerda do Rio Tacutú de coordenadas geográficas 59°43'24"WGR e 01°58'04"N, distando aproximadamente 10.500 m (dez mil e quinhentos metros); daí segue-se o referido rio pela sua margem esquerda até o ponto N° 08 coordenadas geográficas 59°38'39"WGR e 01°44'35"N, distando aproximadamente 50.200 m (cinquenta mil e duzentos metros); deste ponto segue-se por uma linha reta de azimuth 268°24'38" até encontrar o ponto N° 09 de coordenadas geográficas 59°53'40"WGR e 01°45'00"N, distando aproximadamente 27.200 m (vinte e sete mil e duzentos metros); daí segue-se por outra linha reta de azimuth de 193°17'06" até o ponto N° 10 de coordenadas geográficas de 59°56'30"WGR e 01°33'00"N, distando aproximadamente 24.000m (vinte e quatro mil metros); daí segue-se por uma linha reta de azimuth 180° 00'00" até o ponto N° 11 de coordenadas geográficas 59°06'30"WGR e 01°19'20"N, distando aproximadamente 23.100 m (vinte e três mil e cem metros); daí por outra linha reta de azimuth 228°34'35" até o ponto N° 12 de coordenadas geográficas 60°02'10"WGR e 01°14'20"N, distando aproximadamente 14.200 m (quatorze mil e duzentos metros), localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue-se pelo referido igarapé pela sua margem direita até sua desembocadura, no Estirão do Espanhol, ponto N° 13 de coordenadas geográficas 60°02'10"WGR e 01°07'09"N, distando aproximadamente 10.500m (dez mil e

quinhentos metros); em seguida pelo Estirão do Espanhol (Rio Anauá) até a foz do Igarapé Anauazinho, ponto N° 14 distando aproximadamente 19.800 m (dezenove mil e oitocentos metros); daí segue-se o referido igarapé no sentido montante até o ponto N° 15 de coordenadas geográficas 60°10'16"WGR e 01°08'55"N, distando aproximadamente 3.100 m (três mil e cem metros); deste ponto pelo limite de Glebas Barauana e BR- 210-II até o ponto N° 16 localizado na confluência do Igarapé do Grande com o Rio Branco na sua margem esquerda, distando aproximadamente 135.000m (cento e trinta e cinco mil metros); daí segue-se pela margem esquerda do referido rio até o ponto N° 17 de coordenadas geográficas 60°03'38"WGR e 01°51'21"N, distando aproximadamente 4.500 m (quatro mil e quinhentos metros); daí por uma linha reta com azimute de 180°00'00"e distância aproximada de 3.400 m (três mil e quatrocentos metros); até encontrar o ponto N° 18 de coordenadas geográficas 61°03'38"WGR e 01°50'05"N, daí por uma linha reta de azimute de 90°00'00"e uma distância aproximada de 2.800 m (dois mil e oitocentos metros) até encontrar o ponto N° 19 de coordenadas geográficas 61°02'09"WGR e 01°50'05"N, daí por uma linha reta com azimute de 180°00'00"e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros), até encontrar o ponto N° 20 de coordenadas geográficas 61°02'09"WGR e 01°47'55"N, daí por uma linha reta com azimute de 90°00'00" e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros) até encontrar o ponto N° 21 de coordenadas geográficas 61°00'32"WGR e 01°47'55"N, daí por uma linha reta com azimute de 180°00'00"e uma distância aproximada de 1.100 m (hum mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 22 de coordenadas geográficas 61°00'32"WGR e 01°47'14"N, daí por uma linha reta com azimute de 270°00'00" e uma distância aproximada de 4.100 m (quatro mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 23 de coordenadas geográficas 61°02'41"Wgr e 01°47'14"N; daí por uma linha reta com azimute de 180°00'00"e uma distância aproximada de 2.000 m (dois mil metros) até encontrar o ponto N° 24 de coordenadas geográficas 61°02'41"WGR e 01°46'01"N, daí por uma linha reta com azimute de 90°00'00"e uma distância aproximada de 4.100 m (quatro mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 25 de coordenadas geográficas 61°00'24"WGr e 01°46'01"N, daí por ima linha reta com azimute de 360°00'00"e uma distância aproximada de 2.000m (dois mil metros) até encontrar o ponto N° 26 de coordenadas geográficas 61°00'32"WGR e 01°47'14"N, daí por uma linha reta com azimute de 90°00'00"e uma distância aproximada de 9.500 m (nove mil e quinhentos metros) até encontrar o ponto N° 27 de coordenadas geográficas 60°55'17"WGR e 01°47'14"N, daí por uma linha reta com azimute de 360°00'00"e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros) até encontrar o ponto N° 28 de coordenadas geográficas 60°55'17"WGR e 01°48'52"N, daí por uma linha reta com azimute de 270°00'00"e uma distância aproximada de 6.100 m (seis mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 29 de coordenadas geográficas 60°58'39"WGR e 01°48'52"N, daí por uma linha reta com azimute de 360°00'00"e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros) até encontrar o ponto N° 30 de coordenadas geográficas 60°58'39"WGR e 01°50'27"N, daí por uma linha reta com azimute de 89°12'49"e uma distância aproximada de 7.800 metros (sete mil e oitocentos metros) até encontrar o ponto N° 31 de coordenadas geográficas 60°55'01"WGR e 01°50'30"N, daí por uma linha reta com azimute de 360°00'00" e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros) até encontrar o ponto N° 32 de coordenadas geográficas, daí segue-se pelo referido igarapé pela sua margem direita até sua desembocadura, no Estirão do Espanhol, ponto N° 13 de coordenadas geográficas 60°02'10"WGR e 01°07'09"N, distando aproximadamente 10.500 m (dez mil e quinhentos metros); em seguida pelo Estirão do Espanhol (Rio Anauá) até a foz do Igarapé Anauazinho, ponto N° 14 distando aproximadamente 19.800 m (dezenove mil e

oitocentos metros); daí segue-se o referido igarapé no sentido montante até o ponto N° 15 de coordenadas geográficas 60°10'16"WGR e 01°08'55"N, distando aproximadamente 3.100 m (três mil e cem metros); deste ponto pelo limite de Glebas Barauana e BR- 210-II até o ponto N° 16 localizado na confluência do Igarapé do Grande com o Rio Branco na sua margem esquerda, distando aproximadamente 135.000 m (cento e trinta e cinco mil metros); daí segue-se pela margem esquerda do referido rio até o ponto N° 17 de coordenadas geográficas 60°03'38"WGR e 01°51'21"N, distando aproximadamente 4.500 m (quatro mil e quinhentos metros); daí por uma linha reta com azimute de 180°00'00" e distância aproximada de 3.400 m (três mil e quatrocentos metros); até encontrar o ponto N° 18 de coordenadas geográficas 61°03'38"WGR e 01°50'05"N, daí por uma linha reta de azimute de 90°00'00" e uma distância aproximada de 2.800 m (dois mil e oitocentos metros) até encontrar o ponto N° 19 de coordenadas geográficas 61°02'09"WGR e 01°50'05"N, daí por uma linha reta com azimute de 180°00'00" e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros), até encontrar o ponto N° 20 de coordenadas geográficas 61°02'09"WGR e 01°47'55"N, daí por uma linha reta com azimute de 90°00'00" e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros) até encontrar o ponto N° 21 de coordenadas geográficas 61°00'32"WGR e 01°47'55"N, daí por uma linha reta com azimute de 180°00'00" e uma distância aproximada de 1.100 m (um mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 22 de coordenadas geográficas 61°00'32"WGR e 01°47'14"N, daí por uma linha reta com azimute de 270°00'00" e uma distância aproximada de 4.100 m (quatro mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 23 de coordenadas geográficas 61°02'41"Wgr e 01°47'14"N; daí por uma linha reta com azimute de 180°00'00" e uma distância aproximada de 2.000 m (dois mil metros) até encontrar o ponto N° 24 de coordenadas geográficas 61°02'41"WGR e 01°46'01"N, daí por uma linha reta com azimute de 90°00'00" e uma distância aproximada de 4.100 m (quatro mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 25 de coordenadas geográficas 61°00'24"WGr e 01°46'01"N, daí por uma linha reta com azimute de 360°00'00" e uma distância aproximada de 2.000 m (dois mil metros) até encontrar o ponto N° 26 de coordenadas geográficas 61°00'32"WGR e 01°47'14"N, daí por uma linha reta com azimute de 90°00'00" e uma distância aproximada de 9.500 m (nove mil e quinhentos metros) até encontrar o ponto N° 27 de coordenadas geográficas 60°55'17"WGR e 01°47'14"N, daí por uma linha reta com azimute de 360°00'00" e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros) até encontrar o ponto N° 28 de coordenadas geográficas 60°55'17"WGR e 01°48'52"N, daí por uma linha reta com azimute de 270°00'00" e uma distância aproximada de 6.100 m (seis mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 29 de coordenadas geográficas 60°58'39"WGR e 01°48'52"N, daí por uma linha reta com azimute de 360°00'00" e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros) até encontrar o ponto N° 30 de coordenadas geográficas 60°58'39"WGR e 01°50'27"N, daí por uma linha reta com azimute de 89°12'49" e uma distância aproximada de 7.800 m (sete mil e oitocentos metros) até encontrar o ponto N° 31 de coordenadas geográficas 60°55'01"WGR e 01°50'30"N, daí por uma linha reta com azimute de 360°00'00" e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros) até encontrar o ponto N° 32 de coordenadas geográficas, distante 25.000 m (vinte e cinco mil metros), até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 1.291.912 ha. (Um milhão, duzentos e noventa e um mil, novecentos e doze hectares) e um perímetro de 608.900 m (seiscentos e oito mil e novecentos metros), tomando-se por base o mapa planimétrico do IBGE na escala de 1:1.000.000 e quadriculas do RADAM na escala de 1:250.000 publicadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, através do Ministério das Minas

e Energia-MME em 1975. Do total acima descrito no perímetro, deverá ser subtraída a área de 2.602,3035 ha (dois mil, seiscentos e dois hectares, trinta ares e trinta e cinco centiares) correspondente aos seguintes títulos expedidos pelo Estado do Amazonas: PRECIOSA - 900 ha (novecentos hectares); CANDAL - 900 ha (novecentos hectares); PAU-RAINHA - 802,3035 ha (oitocentos e dois hectares, trinta ares e trinta e cinco centiares), ficando aproximadamente uma área de 1.289.310 ha (Um milhão, duzentos e oitenta e nove mil, trezentos e dez hectares).

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, é de 1.002.373,6035(ha), que subtraindo-se 75.265,4718(ha) referentes a Terras indígenas, 164.363,2468(ha) de Projetos de Assentamentos e 5.672,2108(ha) de Imóveis Rurais, restam um remanescente de 757.072,6741 ha (setecentos e cinquenta e sete mil e setenta e dois hectares, sessenta e sete ares e quarenta e um centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

XVI – GLEBA QUITAUAU

Partindo do ponto nº. 01, localizado na confluência do rio Quitauau com o Rio Branco, sobe-se pela margem esquerda do rio Quitauau até atingir o ponto nº 2 localizado na confluência do referido rio com o igarapé Aturaiú, distando aproximadamente 94,500m (noventa e quatro mil e quinhentos metros); daí, sobe-se pela margem direita do referido igarapé até atingir o ponto nº 03 de coordenadas geográficas de 60°07'36''Wgr e 02°27'44''N, distando aproximadamente 14.500m (quatorze mil e quinhentos metros); daí segue-se por uma linha reta e seca com um azimute de 89°50'56'' até atingir o ponto nº 04 localizado na margem esquerda do rio Urubú de coordenadas geográficas de 60°01'17''Wgr e 02°27'45''N, distando aproximadamente 11,600m (onze mil e seiscentos metros); daí desce-se pela margem esquerda do referido rio até atingir o ponto nº 05 localizado na confluência do rio urubu com o igarapé Perequeté, distando aproximadamente 7.500m (sete mil e quinhentos metros); daí segue-se pela margem esquerda do rio urubu até atingir o ponto nº 6 localizado na confluência do rio urubu com o rio Tacutú, distando aproximadamente 11.600m (onze mil e seiscentos metros); daí sobe-se o rio Tacutú pela sua margem esquerda até o ponto nº 07 localizado na confluência do rio Tacutú com o igarapé Uaicuí, distando aproximadamente 41.000m (quarenta e um mil metros); daí sobe-se pela margem esquerda do referido igarapé até atingir o ponto nº 08 localizado na confluência com o igarapé da roda, de coordenadas geográficas de 59°55'17''Wgr e 02°17'40''N, distando aproximadamente 12.000m (doze mil metros); daí segue-se por uma linha reta e seca com um azimute de 248°11'55'' até atingir o ponto nº 9 de coordenadas geográficas de 59°57'52''Wgr e 02°16'38''N, distando aproximadamente 4.700m (quatro mil e setecentos metros); localizado na cabeceira do igarapé Cumatá, daí segue-se por outra linha reta e seca com azimute de 282°50'56'' até atingir o ponto nº 10 de coordenadas geográficas de 60°02'40''Wgr e 02°17'50''N, distando aproximadamente 9,300m (nove mil e trezentos metros) localizado na confluência de um igarapé sem denominação, com o rio urubu; daí sobe-se pela margem esquerda do referido rio até atingir o ponto nº11 de coordenadas geográficas de 60°00'18''Wgr e 02°07'02''N; distando aproximadamente 28,500m (vinte e oito mil e quinhentos

metros) ; daí segue-se por uma linha reta e seca com um azimute de 294°42'34" até atingir o ponto nº 12 de coordenadas geográficas de 60°22'26" Wgr e 02°17'14" N, localizado na nascente do rio Cujubim, distando aproximadamente 45,500m (quarenta e cinco mil e quinhentos metros) daí desce-se o rio por sua margem direita até atingir o ponto nº 13, localizado na confluência do rio Cujubim com o rio cachorro, distando aproximadamente 40,000m (quarenta mil metros), daí desce-se o rio cachorro por sua margem direita até atingir o ponto nº 14 localizado na confluência do referido com o rio branco, distando aproximadamente 54,000m (cinquenta e quatro mil metros) daí sobe-se pela margem esquerda do rio branco com uma distância aproximada de 10,800m (dez mil e oitocentos metros) , até atingir o ponto inicial da descrição deste perímetro.

A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 332,500 há (trezentos e trinta e dois mil e quinhentos hectares), tomando-se por base o mapa planimétrico do IBGE na escala de 1:1.00.000 e quadrículas do RADAN na escala de 1:250.000 publicado pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, através do Ministério de Minas e Energia em 1972.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 319.570,1711 ha, que subtraindo-se 21.336,5360 ha, referentes a terras indígenas, 60.987,8066 ha de Projetos de Assentamento e 40.302,7229 ha de Imóveis rurais, restam um remanescente de **196.943,1056 ha (cento e noventa e seis mil novecentos e quarenta e três hectares, dez ares e cinquenta e seis centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

XVII – GLEBA PEDRO CLEMENTINO

Partindo do entroncamento da Rodovia BR-174 e BR-210 (Perimetral Norte), pela Perimetral Norte, no sentido Manaus-Caracará até o 3º igarapé cortado pela Perimetral Norte, denominado 0. Do ponto 0 segue-se no azimute de 208°30' e 4.000,00 metros de comprimento até o ponto 1. Segue-se daí no azimute aproximado de 162°00'00" e 11.400,00 metros de comprimento até o ponto designado 2. Daí com azimute de 196°00'00" e 6.500,00 metros de comprimento até encontrar um ponto na margem esquerda de um afluente na margem direita do rio Anauá. Deste ponto denominado ponto 3, segue-se com azimute aproximado de 201°00'00" e 25.300,00 metros de comprimento até um ponto denominado ponto 4. Daí com azimute de 203°00'00" segue-se por uma linha de 18.300,00 metros até o ponto denominado ponto 5. Deste ponto com azimute de 125°00'00" aos 15.000,00 metros cruza-se a BR-174 na altura do km 70, prosseguindo-se a linha aos 31.500 metros chega-se ao ponto 6. Deste ponto segue-se até o ponto 7, com um azimute de 31°00'00" e 12.600 metros de comprimento até o ponto 7. Deste ponto com o azimute de 25°00'00" e comprimento de 10.000,00 metros até o ponto 8. Do ponto 8 segue-se no azimute de 22°00'00" e 6.600,00 metros de comprimento até o ponto 9. Do ponto 9 com um azimute de 18°00'00" e 9.200 metros de comprimento chega-se ao ponto 10. Do ponto 10 com um azimute aproximado de 18°30'00" e 9.300,00 metros chega-se ao ponto 11. Daí com um azimute de 10°00'00" e 15.400,00 metros de comprimento chega-se ao ponto 12. Do ponto 12 no azimute de 2°30'00" e 7.400,00 metros de comprimento chega-se a BR-210 no ponto denominado 13. Daí segue-se pela BR-210 no rumo de Caracará até o ponto inicial do presente Memorial Descritivo. As linhas acima descritas envolvem uma área aproximada de 200.000.000 (ha).

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 156.668,7453 (ha), (cento e cinquenta e seis mil seiscentos e sessenta e oito hectares, setenta e quatro ares e cinquenta e três centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

XVIII - GLEBA BALIZA

Partindo do ponto situado aproximadamente a 60°19'02" de longitude Oeste e a 01°08'11" de latitude Norte, (Perimetral Norte), sobe-se o referido rio pela margem citada até sua nascente principal localizada aproximadamente a 59°34'02" de longitude Oeste e a 1°43'13" de latitude Norte; deste ponto, segue-se pelo meridiano respectivo no rumo Norte, até encontrar a Fronteira Internacional Brasil - Guiana Inglesa; daí, segue-se por esta Fronteira no sentido Sudeste, cerca de 110 km aproximadamente, até encontrar o limite entre o Território Federal de Roraima e o Estado do Pará; deste ponto, localizado aproximadamente a 58°57'50" de longitude Oeste e a 1°18'59" de latitude Norte, segue-se pela linha divisória daquelas unidades da federação no azimuth de 177°00'00" na distância de 77 km aproximadamente, até encontrar a Rodovia BR-210 (Perimetral Norte) deste; deste ponto localizado a 58°55'59" de longitude Oeste e 0°36'52" de latitude Norte, segue-se no sentido Noroeste, acompanhando a Rodovia por cerca de 160 km aproximadamente, até encontrar a margem esquerda do rio Anauá, ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 760.158,0000 ha.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 883.966,1027(ha), que subtraindo-se 332.940,7270(ha) referentes a Terras indígenas, 52.967,4870(ha) de Projetos de Assentamentos, restam um remanescente de 508.057,8887(ha) (quinhentos e oito mil e cinquenta e sete hectares, oitenta e oitenta ares e oitenta e sete centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

XIX - GLEBA BR-210 - I

Partindo do ponto nº 1 de coordenadas geográficas aproximadas de 59°39'31" WGR e 00°52'54" N, situado na intercessão da BR -210 com o rio Jauaperi, segue-se a referida BR no sentido Caracará / Macapá, até o ponto nº 2 de coordenadas geográficas aproximadas de 58°55'58" WGR e 00°37'15" N, distando aproximadamente 85,8 km. Daí, segue-se uma linha seca de Az. aproximado de 177°27' até o ponto 03 de coordenadas geográficas de 58°55'50" WGR e 00°34'15" N, distando aproximadamente 5,6 km. Daí segue-se uma linha reta de Az, aproximado de 295°30' até o ponto nº 4 de coordenadas geográficas aproximadas de 59°00'00" WGR e 00°36'12" N, distando aproximadamente 8,5 km. Daí segue-se uma linha paralela a BR até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas de 59°08'02" WGR e 00°37'09" N, localizado a margem esquerda de um afluente sem denominação da margem direita do rio Jatapú, distando aproximadamente 15,2 km. Daí segue-se outra linha paralela a BR até o ponto nº 6 de coordenadas geográficas aproximadas de 59°17'27" WGR e 00°43'07" N, localizado a margem esquerda de um afluente sem denominação da margem direita do rio Jatapú, distando aproximadamente 20,4 km. Daí segue-se outra linha de Az. aproximado de 293°00' até o ponto nº 7 de coordenadas geográficas aproximadas de

59°21'20''WGR e 00°44'44''N, localizado a margem esquerda de um igarapé terciário sem denominação à direita do rio Jatapú, distando aproximadamente 7,6 km. Daí segue-se uma linha paralela a BR até o ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas de 59°26'52''WGR e 00°45'14''N, localizado a margem esquerda de um igarapé secundário sem denominação da margem direita do rio Jatapú, distando aproximadamente 10,4 km. Daí segue-se por outra linha paralela a BR até o ponto nº 9 de coordenadas geográficas aproximadas de 59°30'00''WGR e 00°45'48''N, distando aproximadamente 5,7 km. Daí, segue-se outra linha paralela a BR até o ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas de 59°41'55''WGR e 00°51'03''N localizado a esquerda da margem do rio Jauaperí, distando aproximadamente 23,6 km. Daí, sobe-se a margem esquerda do rio Jauaperí até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro, distando aproximadamente 6,4 km. A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 44.525,0000 (quarenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco hectares).

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 55.374,9777(ha), que subtraindo-se 26.799,9918(ha) referentes a Terras indígenas, 27.083,5047(ha) de Projetos de Assentamentos, restam um remanescente de **1.491.4812(ha) (um mil quatrocentos e noventa e um hectares quarenta e oito ares e doze centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

XX - GLEBA BR-210 - II

Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas de 61°07'24''WGR e 01°47'52''N, situado na margem esquerda do rio Branco, segue-se por uma linha paralela a BR-210, no sentido Caracará / Macapá, até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas de 60°11'16''WGR e 01°09'32''N, ponto situado na margem direita do rio Anauzinho, distando aproximadamente 135,0 km, daí desce-se pelo referido rio e pela mesma margem, até sua foz, no rio Anaua, daí descendo pelo rio Anaua e pela sua margem direita, até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas de 60°13'40''WGR e 01°08'15''N, situado na intercessão do referido rio com a BR-210 distando aproximadamente 6,9 km. Segue-se então a BR - 210 no sentido Macapá - Caracará, até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas de 61°08'17''WGR e 01°44'19''N, situado na margem do rio Branco, distando aproximadamente 133,2 km. Daí sobe-se o referido rio pela mesma margem até o ponto 01 início deste memorial, distando aproximadamente 7,4 km. A área contida nos limite acima descritos é de aproximadamente 65.010,0000 ha.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 67.454.6260(ha), que subtraindo-se 3.570,8635(ha) de Projetos de Assentamentos, 5.804,0700(ha) de Imóveis Rurais, restam um remanescente de **56.079,6925(ha) (cinquenta e seis mil setenta e nove hectares, sessenta e nove ares e vinte e cinco centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

XXI - GLEBA BRANQUINHO

Partindo do ponto No 01, localizado na margem esquerda do Rio Jauaperi de coordenadas geográficas 59°40'43" WGR e 00°50'07"N, segue-se por uma linha sinuosa e paralela a BR-210 equivalente 5.000 m (cinco mil metros) da referida BR, até encontrar o ponto No 02 de coordenadas geográficas 58°55'52" WGR e 00°34'17" N, distando aproximadamente 90.000 m (noventa mil metros); daí, segue-se por uma linha reta e divisa entre o Estado do Pará e o Estado de Roraima até encontrar o ponto No 03 de coordenadas geográficas 58°55'27"WGR e 00°13'18"N, distando aproximadamente 39.400 m (trinta e nove mil e quatrocentos metros); daí segue-se por outra linha reta, divisa entre o Estado do Amazonas e o Estado de Roraima até encontrar o ponto No 04 de coordenadas geográficas 60°00'00"WGR e 00°13'18"N, distando aproximadamente 119.600 m (cento e dezenove mil e seiscentos metros); daí, segue-se pelo meridiano 60°00'00"WGR e no sentido SUL/NORTE até encontrar o ponto No 05 localizado na margem esquerda do Rio Jauaperi de coordenadas geográficas 60°00'00"WGR e 00°47'09"N, distante aproximadamente 63.000 m (sessenta e três mil metros); daí segue-se pela margem do referido rio no sentido jusante, distando aproximadamente 42.000 m (quarenta e dois mil metros) até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 685.476 ha (seiscentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e setenta e cinco hectares), e um perímetro de 354.000 m (trezentos e cinquenta e quatro mil metros), tomando-se por base o Mapa Planimétrico do IBGE na escala de 1: 1000.000 e quadriculas do RADAM na escala de 1:250.000, publicadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, através do Ministério das Minas e Energia - MME, em 1972.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, é de 629.463,3923(ha), que subtraindo-se 427.043,4522(ha) referentes a Terras indígenas, 87.885,9945(ha) de Projetos de Assentamentos, restam um remanescente de 114.533,9456(ha) (cento e quatorze mil quinhentos e trinta e três hectares, noventa e quatro ares e cinqüenta e seis centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

XXII - GLEBA NOVO PARAISO

Partindo do ponto N° 01 de coordenadas geográficas 60° 31'37" WGR e 01°16'53"N, localizado na margem direita da BR-210 sentido Caracarai/Macapá, segue-se por uma linha reta e seca azimuth de 182°30'00" até Atingir o ponto 02 de coordenadas geográficas 60°32'28"WGR e 00°59'27"N, localizado na margem direita do Rio Anauá, distando aproximadamente 32.000m (trinta e dois mil metros); daí desce-se o Rio Anauá pela margem direita até o ponto 03 localizado na sua confluência com o Rio Barauana distando aproximadamente 77.000m (setenta e sete mil metros); daí sobe-se o Rio Barauana por sua margem esquerda até o ponto 04 onde a BR-210 cruza o referido rio, distando aproximadamente 58.000m (cinqüenta e oito mil metros); daí segue-se a diretriz da referida BR pela margem direita no sentido Caracarai/Macapá numa distancia de aproximadamente 45.000m (quarenta e cinco mil metros), até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima é de aproximadamente 188.000 há (cento e oitenta e oito mil hectares) e um perímetro

de 212.000m (duzentos e dose mil metros), tomando-se por base quadricula do RASDAM na escala de 1:250.000 publicado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, através do Ministério das Minas e Energia em 1972.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 201.407,1699(ha), que subtraindo-se 16.979,4381(ha) de Projetos de Assentamentos, 4.898,2798(ha) de Imóveis Rurais, restam um remanescente de **179.529,4520(ha)** (cento e setenta e nove mil quinhentos e vinte e nove hectares, quarenta e cinco ares e vinte centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

XXIII - GLEBA CARACARAÍ

Partindo de um ponto situado à margem esquerda do Rio Ajarani em sua foz no Rio Branco, segue-se por esta margem no rumo de sua nascente até encontrar o paralelo 2°N; daí rumo Oeste segue-se este paralelo por uma reta de aproximadamente 80.000m lineares até encontrar o Meridiano 62°00'00"WG.; daí rumo Norte por uma reta de 77.800,00m lineares aproximadamente, seguindo este meridiano até encontrar o Rio Mucajaí, em sua margem direita; descendo este Rio, ainda por esta margem até encontrar o paralelo 2°30'N; daí rumo Oeste, segue por este paralelo até encontrar o igarapé Repartimento em sua margem direita numa distancia de aproximadamente 7.500,00m lineares; daí subindo pela margem direita deste igarapé até encontrar o paralelo 2° 24'N; segue-se no sentido Leste por este paralelo numa distancia de aproximadamente 8.750,00m lineares, até encontrar a margem direita do Rio Branco; descendo por este rio, ainda por sua margem direita até encontrar a linha Norte que delimita o 1° distrito da Cidade de Caracaraí (latitude 1°54'N); segue-se por este paralelo no sentido Oeste por uma reta de aproximadamente 18.000,00m lineares até encontrar o Meridiano 62°12'WG.; daí por este Meridiano no rumo Sul numa distancia de 21.875,00m lineares até encontrar a margem direita do Rio Branco; descendo por esta margem até encontrar a foz do Rio Quitauaú, digo, do Rio Ajarani no ponto inicial no presente memorial. A área descrita apresenta 1.181.000,0000 há de terras aproximadamente.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 1.142.191.0000(ha), que subtraindo-se 136.761,4849(ha) referentes a Terras indígenas, 268.750,6775(ha) de Projetos de Assentamentos, 82.029,9900(ha) de Imóveis Rurais, 85.473,8809(ha) do IBAMA e 1.770,1843(ha) de Áreas militares, restam um remanescente de **567.412,8824(ha)** (quinhentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e doze hectares, oitenta e oito ares e vinte e quatro centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

XXIV - GLEBA JAUAPERÍ

Partindo do ponto nº 01 de coordenadas geográficas 60°43'28" WGR e 00°12'27"N, localizado na ponte da BR-174, sobre o Rio Jauaperí; segue-se a BR-174 pela sua margem direita no sentido Manaus/Boa vista até o ponto nº 20 de coordenadas geográficas 60°33'10" WGR e 00°42'34"N, distando aproximadamente 61.800m

(sessenta e um mil e oitocentos metros); daí por uma linha reta com azimuth de $115^{\circ}53'03''$ até o ponto nº 03 de coordenadas geográficas $60^{\circ}25'16''$ WGR e $00^{\circ}38'44''$ N, distando aproximadamente 18.000m (dezoito mil metros); desse ponto, por outra linha reta com o azimuth de $28^{\circ}18'03''$ até o ponto nº 04 de coordenadas geográficas $00^{\circ}19'40''$ e $00^{\circ}19'08''$ N, distando aproximadamente 18.200m (dezoito mil e duzentos metros); daí por uma linha reta com azimuth de $19^{\circ}09'34''$ N até o ponto nº 05 de coordenadas geográficas $60^{\circ}16'23''$ WGR e $00^{\circ}58'35''$ N, distando aproximadamente 18.600m (dezoito mil e seiscentos metros); desse ponto, segue-se por uma linha reta e seca com azimuth de $60^{\circ}14'54''$ WGR e $01^{\circ}06'54''$, distando aproximadamente 15.400m (quinze mil e quatrocentos metros); desse ponto, segue-se por uma linha reta com azimuth de $02^{\circ}23'09''$ até o ponto nº 07 de coordenadas geográficas $60^{\circ}14'47''$ WGR e $01^{\circ}09'42''$ N, localizado na margem direita da BR-210, distando aproximadamente 5.200m (cinco mil e duzentos metros); desse ponto, segue-se pela margem direita da BR-210 no sentido Caracará/Macapá até o ponto nº 08 de coordenadas geográficas $59^{\circ}39'16''$ WGR e $00^{\circ}52'38''$ N, localizado na margem direita do Rio Jauaperí sob a ponte de BR-210, distando aproximadamente 80.000m (oitenta mil metros); desse ponto, segue-se pela margem direita do referido Rio no sentido jusante até encontrar o ponto nº 09 de coordenadas geográficas $60^{\circ}03'26''$ WGR e $00^{\circ}43'55''$ N, distando aproximadamente 50.000m (cinquenta mil metros); daí por uma linha reta com azimuth de $27^{\circ}00'00''$ e uma distância aproximada de 5.500m (cinco mil quinhentos metros) até encontrar o ponto nº 10 de coordenadas geográficas $60^{\circ}06'23''$ WGR e $00^{\circ}43'55''$ N, daí por uma outra linha reta no azimuth $195^{\circ}22'35''$ e uma distância aproximada de 2.700m (dois mil setecentos metros) até encontrar o ponto nº 11 de coordenadas geográficas $60^{\circ}06'45''$ WGR e $00^{\circ}42'35''$ N, daí segue-se por uma linha reta com azimuth de $180^{\circ}00'00''$ até a margem esquerda de um igarapé sem denominação, onde se localiza o ponto nº 12 de coordenadas geográficas $60^{\circ}06'35''$ WGR e $00^{\circ}40'55''$ N, daí distando aproximadamente 3.000m (três mil metros); daí segue-se pela referida margem do igarapé no sentido montante até encontrar o ponto nº 13 de coordenadas geográficas $60^{\circ}07'33''$ WGR e $00^{\circ}41'17''$ N, localizado na foz do igarapé do João Miri, distando aproximadamente 1.900m (hum mil e novecentos metros); daí atravessa o igarapé sem denominação e segue o azimuth de $180^{\circ}00'00''$ e uma distância aproximada de 4.600m (quatro mil e seiscentos metros), até encontrar o ponto nº 14 de coordenadas geográficas $60^{\circ}07'33''$ EGR e $00^{\circ}38'52''$ N, daí segue-se com azimuth de $90^{\circ}00'00''$ e uma distância aproximada de 6.600m (seis mil e seiscentos metros), até encontrar o ponto nº 15 de coordenadas geográficas $60^{\circ}04'04''$ WGR e $00^{\circ}38'22''$ N, localizado na margem direita do Rio Jauaperí, deste ponto segue-se pela referida margem numa distância de 135.000m (cento e trinta e cinco mil metros), até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro. A área nos limites acima descritos é de aproximadamente 312.491 há (trezentos e doze mil quatrocentos e noventa e um hectares) e um perímetro de 426.500m (quatrocentos e vinte e seis mil e quinhentos metros), tomando-se por base quadriculas do RADAR na escala 1.250.000, publicado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, através do Ministério de Minas e Energia em 1972.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 230.762,5425(ha), que subtraindo-se 95.417.9738(ha) de Projetos de Assentamentos, restam um remanescente de 135.344,5687(ha) (cento e trinta e cinco mil trezentos e quarenta e quatro hectares,

cinquenta e seis ares e oitenta e sete centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

Art. 2º - Da área de terras contida no perímetro de cada Gleba descrita no Art. 1º, estão excluídas, mediante georeferenciamento, as terras especificadas no anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º - Ficam excluídas da transferência de que trata o Art. 1º as seguintes áreas:

I – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

II – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam à território estrangeiro ou dele provenha, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

III – as ilhas fluviais e lacustres nas somas limítrofes com outros países;

IV – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

V – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré – históricos;

VI – as terras indígenas registradas em nome da União;

VII – as terras já destinadas pela União a outros fins ou necessidade de utilidade pública:

- a) entende-se como terras destinadas pela União a outros fins de utilidade pública as previstas no Art.5º do Decreto – Lei Nº 3.365 de 21 de junho de 1941.

Art. 4º – O Governo do estado de Roraima por seu Órgão Estadual de Terras, promoverá as averbações necessárias e os devidos registros nos Cartórios Imobiliários das respectivas jurisdições.

Art. 5º - As terras transferidas ao domínio de Estado de Roraima serão utilizadas em atividades de desenvolvimento econômico e social, compatibilizando-se às políticas agrícola e de reforma agrária estadual, observadas as disposições constantes do Artigos 187, 188 e 189 da Constituição Federal e da Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964.

Art. 6º - O INCRA repassará ao estado de Roraima todo o acervo relacionado com a regularização de titulação dos imóveis inseridos nas porções de terras ora transferidas.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília- DF, de de 2007.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE RORAIMA

Governo do Estado de Roraima

Palácio Senador Hélio Campos

Praça do Centro Cívico s/n - Centro

CEP.: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil

Tel: (95) 3621- 1410 3623- 1663 3623-1925 Fax: (95) 3623-4743

Site: www.portal.rr.gov.br

Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN

Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro

CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil

Tel: (95) 3623-1909 3623-1845 Fax: (95) 3623-2209

Site: www.seplan.rr.gov.br

Departamento de Estudos Econômicos e Sociais – DEES/SEPLAN

Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro

CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil

Tel: (95) 3623-2347

E-mail: dees@seplan.rr.gov.br

Site: www.seplan.rr.gov.br

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR)

– Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que me traz aqui parece corriqueiro, de todos os dias. Falar de violência é falar da nossa vida diária, é falar do que vive a população brasileira nos pequenos e grandes centros.

Violência não significa apenas aquilo que às vezes a imprensa mostra: do grande eixo Rio–São Paulo, das cidades maiores. A violência está em toda parte, inclusive nas cidades pequenas. Ontem, por exemplo, li, na grande mídia, notícia referente a uma cidade do interior do Nordeste, pequenininha, com todo um aparato, mais de 40 pessoas envolvidas em extermínio, sendo pagas para matar outras. Isso, em cidades pequenas.

Sr. Presidente, eu vim aqui falar que sentimos, às vezes, que os Governos estaduais estão manietados, estão perplexos, e que o Governo Federal não tem um plano exequível, coordenado, para que possamos diminuir a violência.

E quero dizer aqui que vim falar hoje sobre uma cidade do meu Estado chamada Dourados. É a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, uma cidade rica, próspera, uma cidade do agro-negócio, um pólo agrícola importante, um centro e um pólo universitário. É uma cidade boa, próspera.

E o que estamos vendo em Dourados? No último mês, vimos uma guerra em Dourados, uma cidade de 200 mil habitantes, uma guerra com crimes passionais absurdos, com chacinas por motivos fúteis.

Imaginem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma família inteira ser chacinada, pai, mãe e filhos, porque reclamaram aos adolescentes da casa vizinha do som alto de uma festa. Todos foram exterminados.

Nos dias seguintes, dias próximos, em uma escola de Dourados, dentro da escola, no corredor da escola, um garoto de 14 anos mata o outro, de 15 anos, com 9 facadas, porque ele duvidou da sua sexualidade.

E mais do que isso, Senador Mão Santa, um senhor foi morto nesta semana por uma dívida de R\$20,00. Era um comerciante conhecido na cidade.

Falar de algo como isso pode parecer comum para qualquer cidade, por causa da violência que estamos vendo. Mas, Sr. Presidente Mão Santa, 13 assassinatos em duas semanas é uma guerra. É uma guerra!

Ouvimos todos estarecidos que, ontem, no Iraque, jogaram uma bomba dentro do Parlamento. Foi algo inadmissível; morreram várias pessoas. E, em Dourados, foram 13 pessoas em duas semanas. É

uma guerra. E o que vamos fazer? A população está estarecida.

Eu gostaria, então, de fazer algumas colocações em relação ao perigo do esgarçamento social, quando a sociedade começa a não ter mais chão, começa a não ter mais rumo, começa a não ter mais limites, começa a achar que, por meio da violência, da eliminação de todos os problemas, sem diálogo, sem negociação, é que vamos resolver os problemas.

Quando a sociedade começa a achar isso, é porque não estamos dando a ela condições de ter uma linha de cidadania possível para que possa resolver os seus problemas. Não há escoadouro. Ela não acredita mais. A impunidade campeia e, principalmente, há o desgoverno. Isso é muito perigoso.

A falta de sintonia do Governo com a sociedade vai fazendo com que a sociedade comece, ela própria, a resolver os seus problemas da forma como bem entende. E quando esse sentimento animalesco que temos dentro de nós às vezes aflora – e não há barreiras que o impeçam –, acontecem casos como esse que eu relatei na cidade de Dourados.

Esta semana todos nós lemos que o País ficou feliz porque, nos últimos dez anos, com todos os projetos do Governo Fernando Henrique, continuados no atual Governo, sete bilhões de pessoas foram incorporadas à área produtiva do País. Saíram da indigência, melhoraram de vida. É claro que ficamos felizes; é impossível não ficar feliz com isso. Mas precisamos muito mais: não só dar condições econômicas, mas dar condições morais. E isso se faz por meio da educação. Não acredito que possamos mudar este País se não trabalharmos bem a questão da inclusão por meio da educação.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que fazer numa situação dessas? Acabamos de ver os Prefeitos todos vindo a Brasília por uma marcha de Prefeitos. Foi magnífica! Não vi nenhum orador deixar de vir a esta tribuna e dizer aos Prefeitos que valia a pena eles estarem aqui e lutarem por aquilo que eles precisam para os seus Municípios. Afinal de contas, eles são responsáveis por mais de 5,5 mil Municípios deste País.

Em relação a isto, Sr. Presidente, faço uma observação: o que os Prefeitos pediram? Discutiram a educação, a saúde e a possibilidade de mais recursos. O que eles discutiram de educação? A possibilidade de o Fundeb oferecer aos Municípios mais recursos naqueles níveis que a eles cabe oferecer à população. O que é isso? É falar de educação infantil, de creche e pré-escola e de ensino fundamental. E têm razão, precisam lutar. Os Governadores estão lutando para ter mais recursos para o ensino médio porque cabe ao Governo Estadual cuidar disso.

Por que os Prefeitos saíram daqui reclamando do Congresso? Reclamaram, e não vi os Prefeitos reclamarem do Presidente da República. Porque têm uma expectativa de ganhar 1% do FPM. Mas reclamaram do Congresso, porque a Câmara dos Deputados não votou aquilo que eles esperavam – mais recursos para a educação infantil e para o ensino fundamental. Segundo os Prefeitos, privilegiaram os Governos dos Estados, oferecendo mais recursos para o ensino médio. Esta é uma questão que deve ser discutida, porque é na base que se forma a cidadania; é de pequenininho, como dizia a minha avó, que se torce o pepino, para que ele cresça ereto, certo, compacto.

Os Prefeitos discutiram aqui a possibilidade de terem mais recursos para a saúde, por meio da CPMF. O meu Partido trabalha no sentido de colocar na CPMF uma divisão equitativa: 70% para a União, 20% para os Estados, 10% para os Municípios. Para quê? Para a área da saúde, para que eles possam trabalhar melhor a saúde dos seus Municípios.

O que tem a ver isso com o meu discurso sobre violência? Principalmente, Sr. Presidente, porque temos de cuidar não só da saúde física, mas também da saúde mental e psicológica da nossa população.

Como se quer que jovens que passam os dias na frente da Internet, que formam suas gangues, suas turmas, seus grupos, não tenham numa época como a de hoje algo que talvez não precisássemos em nossa época? Talvez não precisássemos de um atendimento psicológico tão sério, tão pronto, tão momentâneo, como estamos precisando agora.

Os nossos jovens precisam sim ter um acompanhamento que as nossas escolas não lhes dão e que nem sempre a família está pronta para lhes dar. Porque antigamente éramos criados em famílias maiores, e poucas mães trabalhavam fora de casa. Havia todo um aparato familiar. Tínhamos as avós e as tias morando junto. Havia uma família maior. Hoje, elas são mononucleares, são pequenas, e as nossas crianças não têm o apoio psicológico que deveriam ter.

Portanto, Sr. Presidente, é importante que tenhamos em nossas escolas um psicólogo. É importante darmos às nossas crianças e aos nossos jovens condições de poder elaborar os seus conflitos internos, para que não fiquem colocando para fora questões ligadas à sua violência, e não ao diálogo, não à conversa.

O diálogo com os filhos, em uma família, é essencial; mas também é essencial o diálogo entre o Governo e a sociedade. A partir do momento em que não há esse diálogo, estamos entrando na barbárie. E é o que estou vendo hoje, por exemplo, nessa cidade do meu Estado.

Então, Sr. Presidente Mão Santa, eu queria dizer que mais recursos é importante, mas gerenciamento também. Se os nossos Municípios, o Governo do Estado e a União não trabalharem com gerenciamento efetivo, de modo que a população sinta que há um poder, se esta Casa não assumir a responsabilidade de fazer valer a sua força, a força do seu trabalho, vamos ver o que a pesquisa está indicando: o maior e mais baixo nível de aceitação do Congresso Nacional pela sociedade. Isso dói em todos nós que fomos eleitos com uma bandeira de auxiliar e de apoiar a sociedade brasileira. Como é que vamos apoiá-la, se a mesma sociedade está nos dando o recado dizendo que não está satisfeita com o trabalho que estamos fazendo? Por isso, reputo como fundamental essa participação da sociedade, esse planejamento integrado.

Portanto, Sr. Presidente, o que me trouxe hoje aqui foi justamente isto: mostrar a minha indignação com a violência que está ocorrendo na cidade de Douros, o absurdo e a guerra que estamos vendo, com assassinatos absurdos, a maioria de jovens abaixo de 24 anos. Algo tem de ser feito.

Nesta Casa, se não ajudarmos a mostrar qual é o caminho, não sei o que estamos fazendo aqui. Acredito que é discutindo mais educação, é propondo maior apoio às Prefeituras, para que elas sintam que, nesta Casa, elas estão sendo acolhidas em seus propósitos de fazer o melhor pela sociedade...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Marisa Serrano, permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A presença de V. Ex^a é muito importante neste Congresso. Primeiro, por ser mulher. Mulher é mais valorosa, tem mais coragem, mais dignidade do que nós homens. Basta interpretarmos o maior drama da humanidade, a crucificação de Cristo. Todos os homens falharam: Anás, Caifás, Pilatos – político como nós, foi Governador. Todos eles fraquejaram; o pai de Jesus, os amigos que com ele se banquetevavam; Pedro, que era forte. Todos eles fraquejaram! A mulher não! Verônica, enxugando as lágrimas; as três Marias, no momento do sofrimento; outras anunciando que ele havia ressuscitado. Por isso, acreditamos, pois foi uma voz de mulher. Se fosse a de um homem, certamente ele estaria bêbado. Ninguém acreditaria? Portanto, aqui, V. Ex^a transmite essa voz feminina da verdade. Primeiro, V. Ex^a analisa o maior drama. Olha, vim do meu Piauí e lá aprendi – não sei se o Lula aprendeu, porque ele saiu de lá cedo –, e tenho orgulhoso de ser do Nordeste. Talvez ele não tenha aprendido nada no Nordeste; ele foi vítima, ele não tinha pai, mas, lá, aprendi um ditado, que diz: “É mais fácil tapar o sol com uma peneira

do que esconder a verdade". Lá, com os caboclos do Nordeste. Como os ensinamentos da mãe de V. Ex^a. Daí a importância desses fundamentos. O Presidente Lula, ele mesmo disse, que está rodeado de aloprados por todos os lados, que mentem, que enganam, que o ludibriam. A violência está aí. V. Ex^a acaba de dar o testemunho. Olha, eu não votei em Fernando Henrique Cardoso. Na primeira, não, porque sou do PMDB e tinha candidato: o Quércia. Votei firme nele. Quércia e Iris Rezende. Na segunda, votei no Ciro, porque era do Nordeste e tal. Então, não votei no Fernando Henrique. Mas que o Fernando Henrique Cardoso é um estadista, ele é, Presidente Lula da Silva! Que ele é um homem preparado é – V. Ex^a, Senadora, é do PSDB. Portanto, cada governante, Presidente Lula da Silva, tem a sua missão. Vossa Excelência não pode fazer comparação. Seria o mesmo que eu me comparar, no Piauí, com Petrônio Portella. Petrônio Portella foi o maior símbolo dessa democracia! O melhor Presidente desta Casa na ditadura; um ícone! Fez a redemocratização, sem uma bala, sem um tiro, sem truculência. São épocas diferentes. Consegui criar 400 faculdades e 78 cidades! Era outra época. Eu não posso me comparar a Petrônio Portella. Então, ele fica se comparando aí, dizendo que é o maior. Fernando Henrique cumpriu a destinação dele, assim como a Princesa Isabel, mulher brava como V. Ex^a, que libertou os escravos em poucos instantes em que governou – uma mulher neste País. V. Ex^a, dessa tribuna, diz a verdade sobre a violência. *Pares cum paribus facillime congregantur* – os iguais facilmente se congregam. Foi o que disse Cícero, no Senado romano, em uma tempestade. Então, a Pedro I cabia garantir a unidade, a independência; a Pedro II, a educação, tanto que trouxe os portugueses para essa burocracia. Cada um teve a sua época. O Deodoro e o Floriano trouxeram a democracia; Juscelino, o desenvolvimento; Getúlio, o trabalho; Sarney, a redemocratização. Cada um teve a sua missão. Fernando Henrique teve a dele: o monstro era a inflação. Ele e Itamar; Itamar e ele – o problema é de DNA. Mas a inflação era um problema. Ele trouxe a responsabilidade fiscal, o desenvolvimento educacional, com o Fundef, o Bolsa-Escola moralizado, sério, correto, dedicado à educação, e não essa fraude, esse estelionato eleitoral a que presenciamos. Ele cumpriu a missão dele. O Presidente Lula da Silva, é preciso humildade! A humildade une os homens; o orgulho, os divide. E não deve pensar que tomou todo o mundo. Isso é mentira. No jantar, pergunte quantos Senadores não foram, do PMDB? Senadores de alto valor moral. Quantos não estavam lá? Veja quantos Senadores do PMDB dos autênticos, de Ulysses, de Tancredo e de Teotônio, em quem o Brasil acreditou, assinaram a CPI? Essa CPI só existe porque os peemedebistas daqui, de vergonha,

assinaram o requerimento! Esta é a verdade, Presidente Lula da Silva! O Fernando Henrique Cardoso, em sua pureza de estadista, deu uma entrevista. Eu a li. É bom trazer esse assunto a V. Ex^a que pesquisa – estou ensinando até os tucanos a aproveitarem o estudo. Nessa entrevista, ele, como estadista, com a satisfação do cumprimento de sua missão, dizia: "Lula, o problema é a violência. Ou cuida, ou o monstro está aí". V. Ex^a traz o tema com sua coragem de mulher. Ontem, apresentei o seguinte dado: no Rio de Janeiro, houve 597 assassinatos no mês de janeiro. Foram 597 assassinatos! É outra Bagdá. É outro Iraque. No Iraque, foram 1,8 mil assassinatos em janeiro. No entanto, se somarmos os seus 13, com os 12 ocorridos aqui no fim de semana, mais os do Piauí, porque os todos agentes policiais estão em greve, porque o PT governa, e os bandidos saíram, estão matando e por aí vai. Estamos concorrendo com o Iraque. É a violência! Norberto Bobbio, Lula da Silva, Senador vitalício, na Itália do Renascimento, disse: "O mínimo que se tem de exigir de um Governo é a segurança à vida, à liberdade e à propriedade". É o que V. Ex^a denuncia. V. Ex^a fala do amor, da educação. A presença de V. Ex^a me faz lembrar daquela mulher, a melhor de todas que aqui estiveram, mulher corajosa, vítima do PT, que pára tudo se o caso for incompetência, corrupção, enganação: Heloísa Helena. Cheguei até, entusiasmado que estava, a dizer que a palavra "homem" se escreve com um "h"; "mulher", com dois: Heloísa Helena. Portanto, V. Ex^a traz essa força da mulher, da coragem de alertar o Brasil. E o Congresso é para isto: para advertir, para mostrar a verdade ao País. Então, V. Ex^a aqui fala pela Oposição. Brossard, que se eternizou, disse que ninguém pede licença para fazer oposição. Oposição pode ser até solitária, como a que fazemos hoje aqui. Oposição é o que está na Bíblia: é a porta estreita da vergonha, da dificuldade por que estamos passando. Não queremos a porta larga do mensalão, da corrupção, da falta de vergonha. Estamos na porta estreita. E V. Ex^a faz renascer a esperança neste Brasil, com a participação da mulher, que é pura e digna.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, V. Ex^a tem apresentado, quase todos os dias, desta tribuna, suas idéias. E sua voz é ouvida. Tenho visto, e sou testemunha disso no meu Estado. V. Ex^a se tornou conhecido neste País por ter coragem de expor suas idéias, por defendê-las, por ter um rumo. A população sabe das pessoas que têm um rumo e seguem seu caminho. Fico muito contente em ouvi-lo. Agradeço as palavras de V. Ex^a.

E V. Ex^a se reportou à cidade do Rio de Janeiro, por isso, lembrei-me de que o Presidente Lula, esta semana, esteve lá para encontrar, Senador Wilson Matos,

com quase 12 mil jovens que vão trabalhar no Pan, que terá lugar naquela cidade. E, pasmem: houve brigas de gangues entre os jovens enquanto o Presidente estava lá. Fico imaginando: se há brigas de gangues na presença da personalidade maior do País, que é o Presidente da República, o que não vai haver quando chegarem os atletas, que têm menos força, talvez, de governo do que o Presidente da República? Fico imaginando o que pode acontecer neste País.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Marisa, ontem eu me pronunciei sobre uma pesquisa que dizia que houve, em janeiro deste ano, 597 assassinatos no Rio de Janeiro, na cidade maravilhosa. Quando eu saí, um jornalista atento me disse que esse número era o oficial, porque há aqueles assassinatos que não se contam, daqueles que são jogados no fundo do mar ou algo assim. Então, vivemos essa barbárie que V. Ex^a, com sua coragem de mulher, denuncia ao Brasil, que é o mais grave problema deste País. Se V. Ex^a somar os 600 do Rio, no mês de janeiro... O Governador Sérgio Cabral, meu amigo, do meu Partido, do PMDB, Senador como nós, perdeu para a mulher do Garotinho. A criminalidade no Rio aumentou 10%. Para o Lula levar a Polícia Federal oficial, ele a tirou de Brasília, de Dourados, do Piauí. Se somarmos os assassinatos do Rio de Janeiro, de Dourados, da nossa Pátria, que V. Ex^a defende e denuncia, estamos concorrendo com o Iraque em criminalidade. Isso que vivemos é uma barbárie.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Concorde, Senador.

Presidente, minha fala era para expor minha preocupação, para dizer que o nosso País precisa e tem o direito de ter uma política de segurança que não se restrinja apenas a cuidar de equipar mais a Polícia, de remunerar melhor os policiais, de manter os policiais ativos e competentes. Isso é importante, mas só isso não basta.

Há que se fazer toda uma teia, todo um planejamento específico de segurança, para que o povo brasileiro sinta que é chegada a hora de se tomar uma atitude neste País. Significa que todos os organismos vivos da sociedade devem ser chamados pelo Governo Federal, que é o maior responsável pelo que acontece neste País – foi por isso a população votou no Governo que aí está, pedindo providências para suas mazelas –, para que o Governo Federal mostre à sociedade brasileira o caminho a ser percorrido para que os nossos jovens não morram em tão tenra idade, tendo uma vida toda para ser construída.

Que Deus ilumine o povo brasileiro numa época tão difícil com esta que estamos vivendo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR) – Senadora Marisa, são muito boas as suas colocações quanto à questão da segurança e da educação.

Eu estive na Colômbia há um mês para conhecer o sistema de transporte de massas, que é modelo para o Brasil. Lá eles conseguiram reduzir a criminalidade de mais de 200 assassinatos para cada 100 mil habitantes por ano para 25 assassinatos para cada 100 mil habitantes por ano, num período de quatro anos.

Vontade política e gestão, pulso forte a partir da autoridade maior é que deve permear todos os segmentos da sociedade, claro que respeitando os direitos individuais. Sobretudo, Senadora, para mim, isso passa, fundamentalmente, pela questão da educação brasileira. O nosso projeto pedagógico brasileiro não leva a sociedade a um compromisso efetivo com a educação. Ela não transforma, não muda a nossa sociedade no sentido de convertê-la ao conhecimento. Muitos países venceram a barreira da educação e se converteram ao conhecimento por meio de lideranças fortes que gritaram por isso e mostraram a importância do conhecimento.

Senadora, nossa escola tem somente 200 dias letivos, nossa aula não é de sessenta minutos, mas de cinquenta, o aluno brasileiro pode faltar a 25% das aulas, ou seja, pode faltar a cinquenta dias dos duzentos dias de aula que temos. Tudo isso é muito sério e tem de ser mudado. O aluno brasileiro fica, no máximo, quatro horas na escola, o que faz com que a juventude fique numa enorme ociosidade.

Precisamos avançar, fazendo com que a educação brasileira seja agente de mudança da nossa sociedade. Da forma como ela está, ela está sendo agente reprodutora da sociedade que temos. A própria sociedade clama por mudanças urgentes e vamos conseguir isso por meio de leis que possam fazer com que tenhamos uma educação mais efetiva.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – É verdade, Sr. Presidente.

Confio no seu trabalho, no seu discernimento e no seu conhecimento, para que, juntos, possamos pelo menos mostrar à sociedade um rumo melhor para que o nosso País realmente consiga ter menos desigualdades regionais e para que, principalmente, possamos ter uma vida mais digna.

Agradeço, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, concedo-lhe a palavra. Em seguida, falará o Senador Mão Santa, pela ordem das inscrições aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Wilson Matos, Srs Senadores Mão

Santa, Mozarildo Cavalcanti, Gilvam Borges, logo após o pronunciamento do Senador Wilson Matos tive que sair para um encontro com o Ministro do Trabalho, Dr. Carlos Lupi, para tratar exatamente da Emenda nº 3.

Fui ao Ministério do Trabalho fazer um convite ao Ministro Carlos Lupi para que ele venha a esta Casa a fim de debatermos, numa audiência pública, a Emenda nº 3. Falei a ele inclusive do seu pronunciamento e o do Senador Mão Santa; Comentei da fala que V. Ex^a teve comigo, aqui, da importância de construirmos uma proposta alternativa que modernize as relações de trabalho sem suprimir direitos de ninguém, nem do empregador e nem do empregado.

O Ministro ficou muito satisfeito com o convite feito e virá, provavelmente daqui a duas semanas, à audiência pública, para apontarmos, para construirmos uma saída alternativa à Emenda nº 3 que evite simplesmente o confronto do veto pelo veto.

Sei também, Senador Mão Santa, Senador Gilvam Borges, que é a vontade do próprio Presidente da República que construamos o acordo, que construamos esse entendimento, o que faço com muita tranquilidade. Tenho mais de trinta anos da minha vida ligados ao movimento sindical, tenho dialogado muito com as centrais sindicais e com as confederações. Ainda ontem eu falava com os líderes de três centrais sindicais, que também demonstraram sua disposição de construirmos um grande acordo que vai ser bom para o País, para o trabalhador, para o empregador, e para a formalidade no emprego, e que sirva também esse debate como fonte geradora de mais postos de trabalho.

Voltei satisfeito dessa conversa que tive com o Ministro Carlos Lupi e com sua intenção de ser o mediador, ouvindo, de forma diplomática, todos os setores, colaborando para essa alternativa. Repito que essa também é a vontade do Presidente Lula, pelas informações que recebi, tanto no jantar que tivemos com o Presidente Lula, como também da própria Líder Ideli aqui no Senado, como também do Senador Mercadante, que pediram que eu tratasse desse tema em nome da Bancada aqui no Senado, o que estou fazendo de uma forma muito tranquila, na linha do diálogo, e não do confronto. Acho que nós vamos avançar.

Mas, Senador Wilson, para mostrar essa minha boa vontade, vou dar um outro depoimento aqui, rapidamente. Fui procurado pelos quilombolas do Espírito Santo. Ao ouvir sua situação, eu disse a eles que ligaria para a empresa Aracruz Celulose para tratar de um conflito que estava se instalando na região.

A direção da empresa veio a Brasília, e ao meu gabinete, fiz contato com o Delegado Regional do Trabalho no Espírito Santo, o Sr. Tarcísio Celso Vieira de Vargas. Articulamos uma reunião para a terça-feira

que passou com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com a Seppir, com a Fundação Palmares, com a alta direção da empresa Aracruz Celulose. Para alegria nossa, eu, daqui de Brasília, indiretamente, contribuí para que essa reunião de busca de entendimento fosse construída.

O Delegado do Trabalho daquele Estado, repito, Tarcísio Celso Vieira de Vargas – que quero elogiar, porque, de pronto, ele abriu as portas da delegacia, chamando todos os setores, inclusive o Secretário do Trabalho e Ação Social do Estado do Espírito Santo – passou-me um relatório, segundo o qual foi acordado o seguinte encaminhamento: manutenção, por parte da Aracruz, do acordo com os quilombolas, permitindo que os resíduos de eucaliptos sejam retirados; a Delegacia Regional do Trabalho do Espírito Santo servirá como ponto de diálogo, de entendimento, de referência para as duas partes; a criação de uma comissão, composta por representantes tanto da empresa como dos trabalhadores em outros setores envolvidos para construir um projeto de desenvolvimento local sustentável, que atenda, inclusive, ao interesse dos quilombolas.

Para tanto, ficou acertada a celebração de um termo de compromisso assinado por todos os participantes e as entidades.

Quero deixar, nesta Casa, a Ata registrada na íntegra, Sr. Presidente, porque foi um momento histórico.

V. Ex^a mesmo falava que já está meio superada essa história de capital e trabalho; está meio superada essa história de empregado e empregador, porque sabemos que o interesse tem de ser comum: do capital e do trabalho; do empregado e do empregador. Quando digo isso, Senador Mão Santa, deve-se entender o seguinte: faz parte do sistema inclusive o lucro. Quando eu era Deputado – e também aqui, no Senado –, apresentei um projeto que estabelecia a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Já existe, inclusive, formulação de lei nesse sentido, mas estou aprimorando esse debate. A participação dos trabalhadores no lucro das empresas é ainda da época que antecede Napoleão Bonaparte.

Se avançarmos na linha de que empregado e empregador, pelo aspecto legal, devem começar a exercitar mais o instrumento da lei, da participação do trabalhador no lucro da empresa, para mim, isso é modernidade. Por menor que seja a empresa ou se ela tiver 200, 300 ou 400 mil empregados; se a empresa melhorou, se aumentou a produtividade e, conseqüentemente, a qualidade; se a empresa passou a vender mais, ora, o trabalhador deve ter também participação nesse lucro, segundo a forma acordada entre as partes.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, eu o estava aguardando, e o País também. V. Ex^a tem uma grande responsabilidade: primeiro, porque representa o Rio Grande do Sul, e quero crer na história trabalhista do País. Devemos muito ao Rio Grande do Sul: a Alberto Pasqualini, a Getúlio Vargas, a João Goulart, a Lindolfo Collor e a V. Ex^a. O País é testemunha de que, quando começamos o nosso mandato – aí está o Senador Mozarildo –, o salário mínimo era menos de US\$ 70,00. Se, hoje, ele é maior, o ícone foi V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Hoje, ele é de quase US\$ 200,00; é de US\$ 180,00.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas V. Ex^a liderou essa luta, e eu participei dela.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acho que nós todos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Lutamos, isso foi uma vitória do Congresso. Todos sabemos que, no mundo, houve muitos acontecimentos: a história da Grécia, da democracia; o lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade, da Revolução Francesa; a revolução industrial da Inglaterra; a liberdade dos Estados Unidos da Inglaterra. Não podemos pensar como na época daquelas conquistas que vieram da revolução industrial, realizadas pela Inglaterra. Quero crer que, desse jeito, está diminuindo a possibilidade de trabalho. Há um americano que é autor de um livro que eu citaria a V. Ex^a, que também é autor de outros livros e é um profundo conhecedor do assunto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a sugeriu que eu leia dois livros!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Um é *O Fim dos Empregos* e o outro é *O Mundo é Plano*, que mostram uma visão moderna do trabalho. Tenho a concepção de que o Presidente Lula da Silva está errado. O Lula da Silva, *errare humanum est*. Foi Cícero que o disse no Senado romano, dos latinos. Ele está errado. Pode-se derrubar veto; é para derrubar veto. O Presidente não se diminui. Fui prefeito da cidade de Parnaíba, e os Vereadores de lá, da minha cidade, eram melhores do que os Congressistas daqui. Eles derrubavam veto. Fui governador do Estado do Piauí, o Senador Mozarildo foi governador, e se derruba. São 30 Deputados, que podem ter uma visão maior.

Isso faz parte do jogo. O Presidente Lula da Silva não está entendendo bem. E isso não o diminui, não o estou diminuindo. Vereadores já derrubaram vetos meus; e creio que o fato de os Deputados terem derrubado veto não diminui ninguém. Isso fez parte. Eu me curvei. Quando Mitterrand estava para morrer, escreveu um livro, acompanhado por um amigo que era Prêmio Nobel de Literatura. Disse Mitterrand: “A mensagem que deixo é que os governantes fortaleçam-se com os outros poderes”. O Lula tem de fortalecer. Há vetos que têm de ser estudados, analisados e discutidos. Poderão até ser derrubados, assim como poderão ser defendidos, como V. Ex^a diz. Mas busco a sabedoria

bíblica, que diz que a verdade está no meio, e V. Ex^a tem esse dom de dialogar. Esta Casa é para o debate, é para o Parlamento, vem de *parla*, do entendimento. Então, que busquemos o entendimento, porque, do jeito que estão as leis trabalhistas, ô Paim, não dá! O empregado e o empresário são heróis anônimos: pagam dobrado. Temos 76 impostos. O empregado paga 106%, devido aos impostos que paga ao País. Isso tem de ser analisado. Creio que foi um erro do Lula, outro erro do Lula. Não sei nem quem é o Ministro do Trabalho, porque muda tanto, há tanto Ministro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Ministro do Trabalho é o Dr. Carlos Lupi, do PDT, que tem uma história muito bonita na linha do entendimento e da negociação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas toda hora muda! Eu sabia quando eram 15. Estou na média do brasileiro: eu gostaria de ver qual é o brasileiro que sabe o nome de 10 ministros. Ninguém sabe! Mas penso que ele errou. Ele deveria ter buscado entendimento no Partido dele. Aí está o Ministro Paim. Que beleza, Lula, de Ministro do Trabalho seria o Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o Ministro Carlos Lupi – quero fechar este assunto – virá aqui; fará uma visita aos Senadores, ao Presidente Renan Calheiros e, com certeza, dará uma bela contribuição para que cheguemos a um grande acordo.

Sr. Presidente, não posso deixar de falar – sempre digo que recebo milhares de correspondências – sobre a situação dos nossos aposentados e pensionistas. O salário mínimo, que o Senador Mão Santa aqui destacou, teve um reajuste de 8,51%; e os aposentados, 3,3%. Trabalhei muito, dialoguei muito para construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo que fosse vinculado ao PIB, à produtividade e que tivesse, efetivamente, um aumento real, acima da inflação. Foi nessa lógica que conseguimos, inúmeras vezes, assegurar ao mínimo a inflação e mais do que o dobro do PIB. Mas ainda temos uma dívida muito grande com os aposentados e com os pensionistas.

Se não houver uma política permanente de recuperação dos benefícios – falam-se tanto nos idosos, nos aposentados e pensionistas –, não dou seis anos para que todos estejam ganhando somente um salário mínimo.

É com essa visão, meu caro Senador, que, da mesma forma que fui ao Ministro Lupi, para dialogar sobre a Emenda nº 3, pretendo dialogar com o Ministro Luiz Marinho, da Previdência, para que nos sentemos com as entidades dos aposentados e pensionistas, a fim de construirmos uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Se estivéssemos aqui numa assembléia de idosos e perguntássemos a eles quantos se aposentaram ganhando cinco salários mínimos e que, hoje, estão ganhando dois ou três salários mínimos, 90% diria que estão ganhando a metade do valor em salários

mínimos que recebiam à época da aposentaria. Então, se já perderam 60%, 70%, é o momento de estabelecermos uma política de recuperação dos valores do salário mínimo.

Senador Wilson Matos, quando eu fui Relator da Comissão Mista, composta de 11 Deputados e 11 Senadores, nós aprovamos, por unanimidade, uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, em cinco anos. Criamos um instrumento de correção dos valores dos benefícios da Previdência.

Espero que essa proposta, que levarei ao Ministro Marinho, seja o instrumento que garanta ao nosso idoso olhar para o Congresso, olhar para o Executivo, olhar para o Judiciário e lhe permita dizer que todos nós estamos efetivamente preocupados com esse debate sobre o avanço da idade, do avanço nos preços dos remédios. Eu sempre digo que o custo de vida para o idoso é muito maior do que o do cidadão mais jovem.

Sr. Presidente, porque já usei da boa vontade de V.Ex^a extrapolando o meu tempo, peço-lhe que considere como lido, na íntegra, o meu pronunciamento.

A melhor forma de eu responder a tantos aposentados é dizer que vamos dialogar com o Ministro Marinho, para construirmos uma proposta de recuperação dos benefícios deles, em defasagem há décadas.

É essa política de recuperação que lhes permitirá dizer, no futuro, que efetivamente o seu poder de compra foi atualizado de acordo com aquilo que recebiam à época em que se aposentaram.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na quarta-feira da semana passada, dia 4, estivemos reunidos com representantes da Aracruz Celulose para discutir uma forma de resolver um problema que remanescentes quilombolas vêm enfrentando no Espírito Santo.

A reclamação dos cerca de 459 quilombolas catadores de resíduos de eucalipto (pontas dos galhos), das regiões de São Mateus e Conceição da Barra, era de que sua subsistência estava ameaçada. A razão: a Aracruz havia determinado não permitir mais a retirada desse material da área da empresa.

Os quilombolas reclamam de não terem mais acesso aos resíduos e também da diminuição do tamanho dos mesmos. O usual é a retirada de pontas com cerca de 7 centímetros de diâmetro. O que correspondia cerca de 25 metros por hectare.

Como o tamanho dessas pontas diminui em razão da tecnologia utilizada pela empresa, atualmente os quilombolas conseguem cerca de quatro metros por hectare.

De acordo com as associações que representam esses trabalhadores, cerca de 800 famílias estariam sendo prejudicadas. Com muitas pessoas, inclusive, passando fome.

Felizmente, atendendo a um pedido nosso, na última terça-feira (10), os representantes da Aracruz Celulose reuniram-se com os representantes dos quilombolas, da Fundação Palmares, da Seppir, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, da Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Espírito Santo, a fim de encontrar meios de solucionar a questão. O debate foi mediado pelo Delegado Regional do Trabalho do Espírito Santo, Tarciso Celso Vieira de Vargas.

Pelo que me foi passado, os resultados foram bastante satisfatórios. Aqui listo as propostas que foram apresentadas:

- A manutenção, por parte da Aracruz Celulose, do acordo com os quilombolas, permitindo que os resíduos de eucalipto sejam retirados. Pelo menos até que um Projeto de Desenvolvimento Local seja implantado;

- A Delegacia Regional do Trabalho do Espírito Santo servirá como ponto de referência para desenvolver um projeto de resolução para a problemática.

- A criação de uma comissão composta por representantes de todos os órgãos e entidades presentes, a fim de elaborar e acompanhar a implantação de um projeto de Desenvolvimento Local Sustentável.

Para tanto ficou acertada a celebração de Termo de Compromisso firmado por todos participantes e entidades.

A proposta contendo esses pontos foi encaminhada à direção da Aracruz Celulose que ficou de dar um parecer até o fim da tarde de hoje sobre a questão.

Esperamos que a decisão seja em favor dos quilombolas. Não podemos nos esquecer que essas pessoas tentam a duras penas manter suas tradições, seus costumes e, principalmente, suas famílias.

Como eles mesmos disseram: não buscam as indenizações que porventura têm direito, mas sim uma forma de sustento.

Sr. Presidente, solicito que fique registrado nos anais da Casa o relatório dessa importante reunião, enviado pelo Delegado Regional do Trabalho do Espírito Santo Tarciso Celso Vieira de Vargas.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RELATORIO DA REUNIÃO COM OS QUILOMBOLAS - DRT/ES
10 DE ABRIL DE 2007 – 14:00 HORAS

ACORDAMENTO A QUE SE PASSOU

Nesta data, aconteceu a reunião para mediar a questão da problemática dos quilombolas dos municípios de S. Mateus e Conceição da barra. Foi iniciada pelo Delegado Regional do Trabalho, Tarciso Celso Vieira de Vargas, que agradeceu a presença de todos, e explicou que a DRT/ES mediará a questão. Informou ainda, que a realização desta reunião havia sido solicitada pelo Senador Paulo Paim.

Ainda com a palavra, o Sr. Tarciso, colocou que foram convocados órgãos públicos Municipais, Estaduais e Federais fundamentais à questão, bem como a Aracruz Celulose, e salientou que a participação na reunião não ficaria fechada a ninguém. Da mesma forma foram convidados representantes das comunidades Quilombolas de Conceição da Barra e São Mateus.

Foi pedido, pelo Sr. Tarciso, para que todos se apresentassem e dissessem a qual órgão pertencia, logo após, abriu a palavra para quem quisesse falar.

O Sr. Domingos Firmino, da Associação de Pequenos Agricultores Quilombolas de Conceição da Barra, falou sobre o impacto da Aracruz Celulose na sociedade quilombola, e da criação da Associação para defender os direitos dos quilombolas. Salientou que a comunidade está revoltada pelo fato da empresa Aracruz Celulose ter decidido não mais deixar que os quilombolas fizessem proveito das pontas de galhos de eucalipto. Explicou que eles, os quilombolas, estão defendendo os costumes de seus ancestrais, e que as famílias estão passando necessidade.

Antonio Jorge, da Associação de Pequenos Agricultores e Lenhadores Quilombolas de Conceição da Barra, disse que em relação ao aproveitamento das pontas de galhos, que antes era de 25m por hectare, hoje é de apenas 4m por hectare.

Valdemir, da Comissão Quilombola, falou que eles estavam no limite final. Que a comissão representava 800 famílias que dependiam das pontas de galhos, e que não era contra a expansão da empresa. Mas, por que a empresa que possui milhões de hectares está tirando o sustento de várias famílias? Disse ainda, que gostaria de sair da reunião com alguma solução. Que em São Mateus, 20% a 30% das famílias quilombolas estão passando fome.

O Sr. Manuel Pedro Serafim, falou que ultimamente a relação com a Aracruz está os amedrontando.

Sr. Altino, da Comissão dos Quilombolas, salientou que a comunidade quilombola não precisa apenas comer, mas tomar banho, comprar roupa, etc. E na região, só existem eucalipto e cana para combustível.

Bernadete da Fundação Palmares disse que foram presos 84 quilombolas e isso foi denunciado e terminou dizendo que os quilombolas não podem ser tratados como marginais e a forma hostil como os policiais agem é inadequada, e que tem esperança que essa situação seja resolvida.

Marcos Rezende, da FUNASA, disse que o órgão desenvolveu em 2006 um trabalho nas comunidades quilombolas de São Jorge e Divino Espírito Santo, com atividades na área de saneamento básico, e que em 2007 dariam continuidade não só nessa área, como também, na qualidade da água, principalmente nas regiões desassistidas pelo Poder Público. Que as condições sanitárias e habitacionais dessas regiões são extremamente precárias, é preciso buscar soluções, independente da questão fundiária.

Luis Carlos Oliveira do CECUN falou que existe a lei 7223 (de igualdade racial) e que precisa ser cumprida. É uma questão social e racial.

Sra. Ivonete Carvalho, da SEPIR, falou que a reunião era importantíssima, mas, esse seria o primeiro passo. Colocou que deveríamos achar uma solução em conjunto com comprometimento dos Governos Federal, Estadual e Municipal. A porta que está se abrindo aqui é um espaço estratégico, e seria interessante ouvirmos a Aracruz Celulose para consolidarmos passos importantes para resolver a questão. Fez questão de lembrar que o senador Paulo Paim está solidário com a questão dos quilombolas do espírito santo.

Paulo Gobira, do Luz para Todos, falou que a preocupação do Governo Federal reflete-se no Ministério das Minas e Energia. O programa Luz para Todos atinge, não só as áreas quilombolas como também as indígenas, é preciso uma ação conjunta de diversos órgãos. Só conseguiremos fazer as coisas juntos, pensando coletivamente. Porém, o Governo Federal faz uma integração das políticas públicas, e isso tem que ser destacado. Falou ainda, que temos que evoluir para uma negociação séria e concreta.

Marta, do CDDH, falou da luta das comunidades quilombolas e indígenas. Que o problema mais grave diz respeito aquelas pessoas que batalham pela terra, pela água, pela vida, pelo sustento.

Martin Covre, falou que não podemos nos deparar com situações de desigualdades como foram relatadas nesta reunião, e que num estado em pleno crescimento como o Espírito Santo, é inadmissível que isto ocorra. Essas denúncias tem de ser apuradas pelo Governo do Estado, e tem que ser feito alguma coisa.

Carlos Casteglione, da SETADES, disse que ocupou a pasta da Secretaria a 20 dias e que foi designado para esta reunião. Que conhece todo o pleito, e é preciso caminhar para um acordo. Identificou algumas reclamações dos quilombolas, no que diz respeito à segurança pública, o problema do aproveitamento das pontas de galhos e os problemas sociais que atingem as comunidades. Disse que deve-se discutir o comportamento abusivo das polícias, viabilizar um acordo com a Aracruz e buscar formas e meios de minimizar esses problema e articular ações para diminuir essas questões.

Jessé, da Aracruz Celulose, falou que conversou com as comunidades quilombolas várias vezes. A Aracruz reconhece quem reside na região e tem respeito e cordialidade para com essas pessoas, nossa proposta era tornar o território auto-suficiente, independente da questão racial. Foi feito um convênio com a Prefeitura de Conceição da Barra, onde esta faria a segurança da comunidade e a Aracruz seria responsável pela segurança de sua área. A

empresa tem conseguido conversar e buscar alternativas. Informou que existe um projeto onde a empresa injeta 100 mil reais na criação de mudas de eucalipto, e que conhece a falta de estrutura da comunidade quilombola. Existem outras iniciativas, como a reforma da farinheira da comunidade de Linharinho. Em relação às pontas de galhos, Jessé salientou que o que está por traz disso é o aumento do preço da madeira para o aquecimento de ferro gusa e ainda o encarecimento do carvão vegetal em Minas Gerais, o que leva a uma corrida atrás dessa matriz energética no Espírito Santo. A matéria prima é escassa e quando o preço cair, as pontas de galhos vão deixar de ser atrativas para a comunidade. Jessé finalizou dizendo que a empresa participa de programas sociais como o Menor Aprendiz, que inclusive atende às crianças da comunidade quilombola.

José Maria, da Aracruz Celulose, explicou o motivo da redução do diâmetro das pontas de galhos se deu em função do desenvolvimento tecnológico.

Encerrando, o Delegado Tarciso Vargas, apresentou as seguintes propostas:

1 – Que a DRT/ES seja um ponto de referência, para desenvolver um projeto de resolução para a problemática das pontas de eucaliptos, em questão. Em relação à questão econômica e social, ressaltou que se não houver um projeto a médio e longo prazo, o mesmo não se resolverá. Propôs ainda a constituição de uma comissão composta pelos órgãos/entidades, presentes, para elaborarem e acompanharem a implantação de um projeto de Desenvolvimento Local;

2 – Quanto à questão de violência contra os quilombolas, o Secretário de Estado do Trabalho, Desenvolvimento e Ação Social ficou responsável de dialogar com o Governo do Estado.

3 - A celebração de um Termo de Compromisso firmado por todos os participantes e entidades que compareceram a esta reunião, com cronograma de ações e detalhamento das responsabilidades dos diversos atores participantes, visando a implantação de um projeto de desenvolvimento local, buscando a solução definitiva deste grave problema secular que aflige as comunidades quilombolas da região norte do ES.

4– Propôs ainda que a Aracruz Celulose considere a possibilidade de uma trégua na questão do aproveitamento das pontas de eucaliptos por parte da comunidade quilombolas, ate que seja elaborado e implatado um Projeto de Desenvolvimento Local, com os impactos econômicos e sociais desejados.

O representante da empresa Aracruz Celulose, Sr. Jessé, concordou que seja encaminhado um relatório da discussão, bem como propostas da conclusão para a empresa, sendo que o mesmo dará um parecer em 48 horas.

Sendo assim, o Delegado Regional do Trabalho no Estado do Espírito Santo, Tarciso Celso Vieira de Vargas, agradeceu a presença de todos e deu por encerrado a presente reunião.

Vitória-ES, 11 de abril de 2007

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “3,3%”. Confesso que estou constrangido. Enquanto as manchetes dos jornais anunciam aumentos salariais que poderão chegar a mais de 50% a diversas categorias, o salário mínimo teve um reajuste de 8,51% e os aposentados e pensionistas recebem apenas 3,3%.

Mais uma vez os aposentados que ganham pouco mais que o salário mínimo recebem um percentual que não chega a ser nem a metade do reajuste dado ao mínimo.

Lamentavelmente esse é o reajuste anunciado pelo Ministério da Previdência.

O aumento teve por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de abril de 2006 a março de 2007.

Senhor Presidente, é minha intenção pedir uma audiência ao ministro da Previdência, Luiz Marinho, para que possamos discutir a formulação de uma política permanente de reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas, tal como foi feito com o salário mínimo.

A forma como, nas últimas décadas, vem sendo praticada a política de reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas desgosta a todos.

Cada ano que passa o número de aposentados e pensionistas que passam a receber o salário mínimo aumenta. A continuar esta fórmula do reajuste, em pouco mais de cinco anos todos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência estarão ganhando apenas um salário mínimo.

Sr. Presidente, quero aqui registrar que no dia 19 de abril, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, a COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos estará realizando o Fórum COBAP de Previdência Social.

A Cobap e todas entidades de aposentados e pensionistas do país reivindicam, suplicam, eu diria, imploram para que sejam assegurados a eles os mesmos 8,57% concedidos ao mínimo.

Sr. Presidente, esses 3,3% não recuperam o poder de compra dos nossos aposentados e pensionistas. Muitos remédios, por exemplo, subiram mais que isso e sem falar nos aumentos dos planos de saúde. Eles aguardam a recuperação do poder de compra.

Precisamos devolver o poder aquisitivo para uma categoria que contribuiu durante toda sua vida, a fim de que possam viver com dignidade o momento de suas aposentadorias.

Conforme levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT), há várias formas de reajuste dos benefícios previdenciários praticada pelos países membros do Mercosul.

Uns utilizam o reajuste anual pelo índice de custo de vida, ou seja, pela inflação anterior; outros, têm os benefícios ajustados anualmente, conforme variação no salário mínimo; e há aqueles em que os benefícios são ajustados, também anualmente, conforme variação nos salários dos ativos.

Como vemos, não é nada irreal, como alguns colocam quando eu insisto dessa tribuna e em todos os debates que participo, que os aposentados e pensionistas devem ter seus vencimentos corrigidos com os mesmos percentuais de aumento do valor do salário mínimo.

Nótem que não estou propondo o mesmo reajuste dos trabalhadores da ativa – que seria o ideal.

Todos sabem que essa é uma bandeira histórica da minha vida pública. Por isso, a minha alegria com o trabalho da Comissão Mista do Salário Mínimo, da qual fui relator.

A Comissão ouviu todos os segmentos da sociedade e apresentou projetos que resgatam o poder de compra dos nossos aposentados e pensionistas.

A Comissão encaminhou ao plenário da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 101/07 que dispõe sobre regra permanente para o reajuste anual do salário mínimo.

O percentual, a título de correção monetária, será aferido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou de índice similar, de forma a refletir a inflação dos últimos doze meses e o aumento real será equivalente, no mínimo, ao dobro da variação positiva do produto interno bruto no exercício anterior.

Esse projeto garante que os benefícios mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social serão majorados na mesma data e com o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo.

Foi encaminhado pela Comissão ao plenário do Senado o PLS nº 24/07, que prevê a alteração da Legislação Tributária Federal para reduzir a contribuição social incidente sobre a folha de salários e aumentar a incidente sobre a receita bruta.

O projeto proposto prevê o estabelecimento de contribuição sobre faturamento das empresas, onerando, sobretudo, aquelas que tenham faturamento maior,

e reduzindo, de 20% para 15%, os encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de salários.

A idéia é desonerar as empresas que mais empregam e que, portanto, cumprem uma função social importante e, ao mesmo tempo, obrigar as empresas mais intensivas em capital, a participar mais fortemente do financiamento do sistema previdenciário.

E, uma grande conquista para nossos tão sacrificados aposentados e pensionistas: Cria mecanismo de recuperação do valor das aposentadorias que hoje estão sofrendo uma cruel defasagem.

Foi aprovado pela Comissão Mista do Salário Mínimo e encaminhado ao plenário do Senado o PLS 23/07. Com a aprovação desse projeto, será criado o índice de correção previdenciária. Esse índice tem como objetivo restabelecer o valor da aposentadoria em termos do número de salários mínimos, correspondentes ao benefício no momento da aposentadoria.

A aplicação do índice de correção previdenciária garante, que no decorrer de cinco anos (período de transição), o valor dos benefícios seja gradativamente majorado até recuperar seu valor original em salários mínimos.

Após o período de transição, o projeto de lei vai assegurar que os benefícios preservem seus valores em salários mínimos.

Supondo, por exemplo, que um cidadão se aposentou há dez anos e, na época, seu salário de benefício correspondia a 10 salários mínimos (esse é seu índice de correção previdenciária).

No entanto, seu salário de benefício hoje corresponde a cinco salários mínimos. Se o projeto em pauta for aprovado em 2007, o benefício desse cidadão será majorado da seguinte forma (1/5 por ano):

Ano	Valor do benefício (em salários mínimos)
2007	06
2008	07
2009	08
2010	09
2011	10

Assim, em 2011, o cidadão voltaria a ganhar a mesma quantidade de salários mínimos de quando se aposentou tendo, a partir daí, o valor de seu benefício preservado.

Lutamos e conseguimos que no relatório aprovado na Comissão Mista do Salário Mínimo também fosse incluído o fim do fator previdenciário.

Foi encaminhado ao plenário da Câmara dos Deputados o PL 100/07 que prevê a revogação do referido fator. Portanto, este projeto se junta ao PLS 296/03, de nossa autoria, que também prevê a derrubada do referido Fator.

A Comissão Mista do Salário Mínimo recomendou a aprovação na Câmara dos Deputados da PEC – Proposta de Emenda Constitucional nº 228/04 que aumenta em 1% a arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios.

Para nossa alegria, também foi recomendado para 2007 o salário mínimo no valor de R\$400,00, pago a partir de 1º de março, e assim, sucessivamente, até chegar janeiro e a aprovação da PEC 24/03, de nossa autoria, que proíbe que os recursos da seguridade social sejam desviados.

Foi recomendada também a aprovação da PEC 24/05 que dispõe sobre o FUNDEP – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissionalizante.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minha missão é, e sempre será, a de defender os aposentados e pensionistas clamando pela equiparação dos reajustes dos benefícios das aposentadorias e pensões, de forma que garanta as necessidades essenciais de uma vida digna para os nossos idosos.

Sr. Presidente, é preciso que o Executivo, o Legislativo e o próprio Judiciário demonstrem a sua sensibilidade com os nossos idosos, ou seja, com os nossos aposentados e pensionistas.

Eu não diria que nós temos de ouvir simplesmente o clamor das ruas. Sou obrigado a dizer: vamos ouvir o grito, o choro do nosso povo que, desesperadamente, apela a todos nós para que tenhamos a responsabilidade social tão falada, tão aclamada, tão discursada.

É uma situação grave, muito grave. Muitos não estão percebendo que a inflação do idoso é muito mais alta do que a que atinge os mais jovens. Isso conforme dados da própria Fundação Getúlio Vargas.

Como disse, na Comissão Mista aqui no Senado eu já aprovei política de reajuste dos benefícios de acordo com o reajuste dado ao salário mínimo. Espero que a Câmara dos Deputados agora faça a sua parte.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) –Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, solicito a palavra como Líder do PSDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a palavra pela Liderança do Governo, para fazer um esclarecimento sobre uma questão abordada aqui em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR) – Pois não, Senador. Primeiramente, darei a palavra ao Senador Arthur Virgílio como Líder, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, será menos que cinco minutos.

Requeiro voto de aplauso ao Comando Militar da Amazônia pelas ações dos pelotões especiais de fronteira, desenvolvidas nas áreas fronteiriças da minha região.

Peço, portanto, que isso seja levado ao conhecimento do Comandante Militar da Amazônia, General-de-Exército Enzo Martins Peri, e, por seu intermédio, aos integrantes dos valorosos pelotões especiais de fronteira.

Requeiro também voto de aplauso pelo Dia Mundial da Voz, que gostaria fosse levado ao conhecimento da Presidenta da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, Dr^a Fernanda Dreux Miranda Fernandes, e, por seu intermédio, a todos os fonoaudiólogos do País.

Sou um paciente da voz, Sr. Presidente. Tive na minha vida três fonoaudiólogos. Um, é o Dr. Simon Wajntraub, e quem me clinicava era o Silvio, uma figura que, inclusive, cortou-me bastante a minha inibição. Depois, duas profissionais do melhor calibre: Glória Beuttenmüller; atualmente, Maria Lúcia Graziano Magalhães Torres, que me acompanha até hoje e conhece os meus defeitos de voz. Em outras palavras, me ajuda a sustentar, depois de tantos anos de uso desse material de trabalho meu, firme no que é possível e de maneira a mais clara possível a minha própria voz.

Eu era taquilálico, Senador Mão Santa – e se eu ficar nervoso, volto a ser. Eu tinha dificuldade de pronunciar a última sílaba. O estado emocional me levava a engolir as palavras. Eu juntava a penúltima sílaba com a primeira sílaba da palavra seguinte, tornando menos compreensível a minha expressão. Corrigi a taquilalia, assim como procurei manter o mais possível vital a minha voz, ou seja, o ideal é manter-se a voz sempre mais jovem do que a sua idade. E isso devo muito a

esses três profissionais. Por isso, quero, de fato, homenagear a Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia pelo dia 16 de abril.

Sr. Presidente, minha solidariedade inteira ao povo de Manaus, que sofre os efeitos das inundações desses últimos dias. Daqui a pouco, estarei viajando para lá, a fim de acompanhar de perto as providências adotadas para atender as populações desabrigadas.

No meio desta semana, nada menos que 140 famílias ficaram desabrigadas com inundações causadas pelas chuvas torrenciais de 3 horas de duração.

Há desabamentos e inundações nas zonas norte, centro-oeste e oeste de Manaus, em consequência do transbordamento dos igarapés do Mindú, na zona centro-sul; do Passarinho, na zona norte; da Sapolândia, no centro-sul, e São Raimundo, na zona oeste. Praticamente todas as ruas das proximidades transformaram-se em extensões desses igarapés.

O quadro que vi pela televisão mostrava o desespero dos desabrigados, com muita gente nos telhados de residências. Pelo que estou informado, o atendimento às populações que sofrem com as inundações, felizmente, foi imediato. Além de providenciar alojamentos provisórios, o Prefeito Serafim Corrêa determinou a distribuição de cestas básicas às famílias atingidas. Também a Defesa Civil estaria atuando de maneira bastante intensa.

No meu retorno de Manaus, na próxima segunda-feira, farei um relato minucioso dessa calamidade.

Nesta manhã, antes de minha viagem para lá, peço sejam inseridos nos Anais da Casa, trechos dos jornais de Manaus, para conhecimento do Senado. Todas essas matérias estão sendo anexadas para que passem a constar dos Anais do Senado.

Sr. Presidente, finalmente, eu disse até para o Senador Romero Jucá que, como há muito tempo não freqüento a minha fonoaudióloga, ela daqui a pouco vai ligar dizendo que a minha voz não está boa. Parece que estou vendo.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

SENADO DO MINDO

Apartamentos e carros inundados

Doze apartamentos inundados pela enxurrada, dois carros parcialmente submersos e um prejuízo incalculável. Moradores do condomínio Recanto do Mindu, nas proximidades do Passeio do Mindu, estacionaram os carros na rua com medo da água, que invadiu o estacionamento, e enguiaram todos os móveis para livrá-los da inundação, que atingiu a marca de um metro dentro dos apartamentos do térreo em vários blocos. O Passeio do Mindu, do outro lado da avenida Paraíba, desapareceu em meio à enxurrada. "Nunca tinha visto uma coisa assim aqui no Passeio", disse uma moradora do bairro Ana Cristina Garcia, 36. Pela manhã, o igarapé transbordou e ocupou as pistas de caminhada, parques e ruas do Passeio. Casas próximas ao parque também foram atingidas pela inundação. A bancária Gilcimar Martins, 44, disse acreditar que as obras do complexo turístico Ephigênio Salles colaboraram para a inundação.

VILA AMAZONAS

Moradores esperam socorro no telhado

Cerca de nove horas depois do início do temporal de ontem, moradores de mais de 50 casas na Vila Amazonas, bairro Vieira Alves, zona Centro-Sul, aguardavam, na laje e nos telhados das casas, a água baixar para que eles pudessem recuperar os móveis que não foram destruídos pela água. A situação mais grave foi registrada na rua do Igarapé, que foi transformada em uma extensão do igarapé do Mindu. O Corpo de Bombeiros, com 60 soldados e duas lanchas, ajudava a retirar as pessoas "ilhadas" de dentro das casas inundadas. Três pessoas foram resgatadas, segundo o coronel Almeida: uma delas era idosa, uma mulher grávida e outra mulher, que não conseguia sair da casa por causa da correnteza. "O prejuízo das famílias foi muito grande em todo o entorno do igarapé do Mindu. Muitas pessoas perderam tudo", disse o coronel. Na rua Doutor Thomas, também Vila Amazonas, um casal de aposentados foi retirado de dentro de casa pelo filho, Rosivaldo Aienar, 32, quando a água já ultrapassava o nível de um metro dentro das casas.

A chuva de ontem provocou alagações e desabamentos nas zonas Norte, Centro-Sul, Centro-Oeste e Oeste de Manaus. A reportagem fez um sobrevôo, ontem à tarde, na cidade e verificou que os igarapés do Mindu, zona Centro-Sul; Passari-nha, zona Norte; Sapolândia, zona Centro-Oeste; e São Raimundo, zona Oeste, transbordaram, e o volume de água continuava forte por volta de 16h. Nestes locais, as ruas viraram prolongamentos dos igarapés e, em muitas casas, apenas os telhados ficaram fora da água.

De acordo com o plantão do Corpo de Bombeiros, o lugar que concentrou o maior número de chamadas de socorro, ontem à tarde, foi o bairro Vila Amazonas, zona Centro-Sul. Equipes do Corpo de Bombeiros estiveram a tarde na Vila Amazonas para fazer o resgate de moradores que estavam isolados e não conseguiram sair da casa deles, informou o plantão dos Bombeiros. Os fundos e uma quadra de futebol de um condomínio na Vila Amazonas também ficaram tomados pela água e lama.

Ontem à tarde, a correnteza no igarapé do Mindu ainda era forte, pedaços de árvore e lixo eram levados pela água. Por todo o caminho do igarapé do Mindu havia casas, carros e quintais alagados.

Em uma loja de lanchas, na avenida Ephigênio Salles, as pequenas embarcações flutuavam na água da chuva. Uma casa que fica às margens do igarapé do São Raimundo desabou durante o temporal, pela manhã. Por volta de 14h20, pedaços de madeira da casa ainda cediam e caíam no igarapé.

Nos bairros João Paulo, Nova e comunidades que ficam próximas a esses locais, na zona Norte, muitas casas e ruas também ficaram alagadas.

O comandante da 2ª Companhia Interativa Comunitária (2ª Cicom), major Aldo Albuquerque, informou que a área da Avenida Torquato Tapajós, próxima ao Depósito Gurgel, cedeu por baixo e foi interditada para os moradores.

Parte da pista, sentido Centro-bairro, da avenida Grande Circular 2, zona Norte, desabou com a chuva.

A chuva de três horas deixou 140 famílias desabrigadas e duas mil pessoas transferidas das áreas de risco para a casa de familiares ou amigos, segundo o balanço da Prefeitura de Manaus. Os bairros em situação mais crítica foram os situados nas zonas Norte, sobretudo ao longo do Igarapé do Passarinho, e Centro-Sul, por causa do Igarapé do Mindu. Ruas ficaram alagadas, o trânsito interditado. Na zona Norte, protesto dos moradores tumultuou ainda mais o tráfego de veículos.

A Secretaria Municipal de Defesa Civil (Semdec) atendeu, durante o dia de ontem, a cerca de 300 ocorrências decorrentes da forte chuva. A quantidade de atendimentos foi mais de quatro vezes maior que a média de ocorrências em dias de pico, que é de 70 atendimentos.

De acordo com o secretário municipal de Defesa Civil, Júlio César Corrêa, metade dos 300 atendimentos foram casos de alagação. A maior parte dos desabamentos e de casas alagadas ocorreu em áreas de ocupação irregular, nas margens de Igarapés, sem a distância mínima de 30 metros prevista no Código de Posturas do Município, disse Corrêa. Segundo ele, a zona Norte foi a mais atingida.

As 140 famílias, que não tinham para onde ir, estão abrigadas em três escolas municipais. Júlio César Passos, no Riacho Doce 3, é jornalista Sabá Raposo, no Manoá, ambas na zona Norte de Manaus, e Arthur Reis, no Parque Dez, zona Centro-Sul. As rotinas de aula nestas escolas serão alteradas nos próximos dias.

O prefeito Serafim Corrêa disse ontem que cerca de 300 cestas básicas foram distribuídas às famílias desabrigadas, além de colchões, redes, fogões e outros itens emergenciais.

A maior dificuldade, de acordo com o secretário da Semdec, foi atender a todas as ocorrências emergenciais ao mesmo tempo. O mais difícil é definir prioridades, porque não é possível, diante da dimensão que teve a chuva de hoje (ontem), fazer todos os atendimentos de uma vez só.

Corrêa disse que as equipes da Defesa Civil vão retornar hoje aos locais de ocorrências para definir a dimensão dos danos e determinar como será o procedimento a partir de agora. "Em 48 horas, pretendemos estar com a cidade plenamente normalizada", disse.

Ele orientou ainda as famílias que estão em áreas de risco que procurem a Defesa Civil, pelo telefone 199, para que possam ser removidas, antes que desabamentos ou alagações ocorram.

ZONA LESTE

Parte da Grande Circular 2 cede

Parte da pista, sentido Centro, bairro da avenida Grande Circular 2, zona Norte, desabou com a chuva. Nos bairros João Paulo, Terra Nova e comunidades que ficam próximas a esses locais, na zona Norte, muitas casas e ruas também ficaram alagadas. Os igarapés do Mindu, zona Centro-Sul, Passarinho, zona Norte, Sapolândia, zona Centro-Oeste, e São Raimundo, zona Oeste, transbordaram e o volume de água continuava forte por volta de 16h. Nestes locais, as ruas tornaram-se prolongamentos dos igarapés e, em muitas casas, apenas os telhados ficaram fora da água. Uma casa que fica às margens do Igarapé do São Raimundo desabou durante o temporal, pela manhã. Por volta de 14h20, pedaços de madeira da casa ainda cediam e caíam no igarapé.

COLÔNIA SANTO ANTÔNIO

Casas desabam e deixam feridos

Duas casas desabaram e oito pessoas ficaram feridas no bairro Colônia Santo Antônio, zona Norte de Manaus, ontem de manhã. Um barranco deslizou e soterrou as casas. Segundo Márcio dos Santos, 25, as casas na rua 3 foram soterradas por volta de 8h. Ele disse que teve tempo apenas de resgatar a filha, de três meses. Um outro vizinho, segundo Márcio, ajudou no resgate da mulher dele. A mulher de Márcio, Tatiane Silva dos Santos, 45, foi levada ao Hospital João Lucio, no São José, zona Leste. Ele informou ainda que perdeu todos os móveis da casa e que a família está abrigada na casa ao lado, da mãe de Tatiane. Márcio que morava há cinco meses na casa que desabou. O agente de saúde Jullio César, 33, dono da outra casa atingida, informou que é a segunda vez que a chuva fez o barranco deslizar.

TRÂNSITO

Torquato Tapajós foi interditada

Nove avenidas de Manaus tiveram trânsito lento, ontem, por causa da chuva forte. A rua Recife, zona Centro-Sul, avenidas Torquato Tapajós, ambas na zona Norte, foram interditadas. Segundo o Instituto Municipal de Trânsito (Imtrans), houve três acidentes, mas nenhuma morte. Três pontos da avenida Torquato Tapajós tiveram que ser interditados ontem. O primeiro ponto foi nas proximidades da comunidade Parque São Pedro, sentido bairro Centro. Outro ponto interditado da avenida foi próximo ao Clube Municipal. A água invadiu a pista e impediu a passagem de carros no sentido bairro Centro. Outro ponto em que houve interrupção do tráfego foi do Parque de Exposições Angelino Bevilacqua, onde é realizado a Expoagro até a Rodovia BR-174.

PARQUE DE EXPO

Ruas de conjuntos ficam alagadas

O Igarapé do Mindu transbordou e alagou mais de cem casas nos conjuntos Jardim Primavera e Jardim Barra Bela, no bairro Parque Bez, zona Centro-Sul. A estimativa é da representante das duas comunidades, a cabeleireira Jacira Lima, 50, que perdeu todos os móveis da casa onde mora e de valor de beleza que possui. Ao todo, a água invadiu seis ruas dos dois conjuntos (ruas 6, 7 e 9 do Jardim Primavera e ruas 5, 6 e 7 do Jardim Barra Bela). Horas depois do início da chuva, por volta de 7h de ontem, segundo os moradores, o ponto sobre o Igarapé do Mindu, que divide os dois conjuntos, foi tomado pela água, impedindo o trânsito de veículos e dificultando a passagem dos moradores.

BAIRRO DA UNIÃO

Igarapé do Bindá transborda

Menos de uma hora de chuva e dezenas de casas no entorno do Igarapé Bindá, no bairro da União, zona Centro-Sul, já estavam debaixo d'água, segundo moradores do local, que passaram a tarde limpando as casas, tomando por lama, e jogando fora móveis e eletrodomésticos destruídos pela chuva. A água, nas ruas Palmeiras, Barreirinha e Vista Alegre, todas no bairro da União, parecia brotar do chão, disse Ivadirina Medeiros, 57. "Em menos de uma hora, o Igarapé transbordou, invadiu as ruas e as casas. As tubulações entupiram e a água começou a voltar pelas pia e vaso sanitário", afirmou o técnico adme da Uvivo Vanderlane Medeiros, 44. No campo Alfredo Nascimento, na comunidade da União, o muro e parte da grade de proteção cederam por causa da força da água, e derrubaram parte dos fios de energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR)

– Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 347, DE 2007

Requer voto de aplauso ao Comando Militar da Amazônia, pelas ações dos Pelotões Especiais de Fronteira, desenvolvidas nas áreas fronteiriças da Região Amazônica.

Requeiro, nos termos do att. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao Comando Militar da Amazônia, pelas ações desenvolvidas nas áreas fronteiriças da Amazônia pelos Batalhões Especiais de Fronteira.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do Comandante Militar da Amazônia, General-de-Exército Enzo Martins Peri e, por seu intermédio, aos integrantes dos Pelotões Especiais de Fronteira.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante do excelente trabalho que os Pelotões Especiais de Fronteira desenvolvem nas áreas fronteiriças da Região Amazônica. Os soldados e oficiais que ali cumprem missão vão além das incumbências específicas desses Pelotões: contribuem para a integração de populações desses distantes rincões do meu Estado, inclusive os indígenas.

O voto de aplauso é, pois, homenagem do Senado da República ao Exército Brasileiro, que mantém patriótica vigilância nos mais distantes pontos da Amazônia, zelando pela integridade do território pátrio e, ao mesmo tempo, contribuindo com ações humanitárias para o bem-estar das populações locais.

O embrião do Comando Militar da Amazônia (CMA) remonta ao ano de 1956, com o então Grupamento de Elementos de Fronteira, em Belém do Pará, porta de entrada para a conquista da Amazônia e, hoje, ponto de partida para o seu desenvolvimento. Mudou-se para Manaus em 1969, sede atual. Com o passar dos anos, o CMA cresceu de importância no cenário nacional e, hoje, engloba organizações militares de todas as armas e todos os serviços, participando do processo de consolidação da defesa do território nacional, haja vista guarnecer mais de 11 mil Km de fronteiras com sete países sul-americanos, fator que impõe ao CMA preocupação constante com o adestramento de seu contingente.

O CMA está organizado com cinco brigadas de infantaria de selva:

1ª Bda Inf SI – Boa Vista – RR

2ª Bda Inf SI – São Gabriel da Cachoeira – AM

16ª Bda Inf SI – Tefé – AM

17ª Bda Inf SI – Porto Velho – RO

23ª Bda Inf SI – Marabá – PA

Além dessas grandes unidades operacionais, dispõe, ainda, da 8ª e 12ª Regiões Militares, a primeira em Belém/PA e a segunda em Manaus/AM, que são grandes comandos logísticos-administrativos, bem como do 2º Grupamento de Engenharia de Construção, grande comando encarregado da construção de aquartelamentos e suas infra-estruturas e, principalmente, construção e manutenção de estradas e obras de arte.

Hoje, o Comando Militar da Amazônia enquadra um efetivo aproximado de 20 mil homens, numa área de responsabilidade que se estende pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e partes do Tocantins e Maranhão, estando presente em 62 localidades da Amazônia Brasileira

Sala das Sessões, 13 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR)

– O requerimento lido vai à publicação e será remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 348, DE 2007

Requer voto de aplauso pelo transcurso, em 16 de abril, do Dia Mundial da Voz.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso pelo transcurso, em 16 de abril, do Dia Mundial da Voz.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento da Presidente da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, Drª Fernanda Dreux Miranda Fernandes e, por seu intermédio, a todos os fonoaudiólogos do País.

Justificação

O Dia Mundial da Voz, comemorado anualmente em 16 de abril, é talvez a única data mundial de iniciativa brasileira.

Quem me chamou a atenção para a importância dessa data foi a ilustre Fonoaudióloga Drª Maria Lúcia

G. Magalhães Torres, integrante do Comitê de Voz da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia – SBFa.

A criação dessa data ocorreu durante a Semana Nacional da Voz, entre 12 e 16 de abril de 1999, numa parceria entre a Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia e a Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia, contando ainda com o apoio institucional de diversas sociedades, associações, conselhos entidades, tais como a Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, a Sociedade Brasileira de Endoscopia, a Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço, a Associação Brasileira de Canto e o Conselho Regional de Fonoaudiologia – 4ª Região. A Campanha teve, ainda, a participação de instituições, empresas e profissionais das áreas da saúde, da educação, do canto e artes cênicas, da comunicação social e outros segmentos da sociedade.

A Campanha abrangeu 150 municípios de 23 estados brasileiros e destacou-se pela importância para a difusão do conhecimento acerca das temáticas relacionadas à prevenção dos problemas de voz e à promoção da saúde vocal. As ações realizadas envolveram a prática fonoaudiológica direta junto à população e também o entretenimento e a difusão da informação relacionada ao uso e cuidados com a voz. A Campanha tinha e continua tendo por objetivos a conscientização da população a respeito da sua saúde vocal e dos “cuidados com a voz”.

Importante para todos, fundamental para nós, parlamentares, a Voz está sujeita a enfermidades, às vezes comprometendo-a para sempre. Por isso, é louvável a iniciativa da SBFa, que, com essa campanha objetiva conclamar a população para ações educativas voltadas à conscientização vocal e suas implicações na comunicação, na saúde e na cultura.

O público alvo é prioritariamente a população comprometida com a formação educacional, cultural e artística (professores, atores, locutores, advogado e cantores), além da população em geral. Graças a esse meritório trabalho, firma-se o entendimento da voz “como veículo de relacionamento, de afeto e constitutiva das funções orgânicas, físicas e mentais do sujeito; promover ações que favoreçam a conscientização da sociedade quanto a importância da saúde vocal e a prevenção de alterações na voz; promover ações para divulgar a importância da educação da voz desde a infância, incluindo a formação cultural, educacional e social da pessoa”.

O voto de aplauso que requeiro é uma homenagem do Senado da República ao Dia Mundial da Voz. Em todo o Brasil, nessa data, há comemorações, todas merecidas pelo esforço da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR)

– O requerimento lido vai à publicação

A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR)
– V. Exª tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Arthur Virgílio, V. Exª homenageia o Dia dos Fonoaudiólogos. E V. Exª confessou as dificuldades que teve para ter essa bela oratória que hoje encanta não somente ao Amazonas, mas a todo o Brasil. Mas a história se repete. O maior orador grego, Demóstenes, também tinha dificuldades em falar. Diziam que ele era gago e ele acabou se tornando o maior orador da Grécia.

Mas, já que estamos falando na Grécia, o Senador Arthur Virgílio me lembra mesmo é o filósofo Diógenes. Senador Wilson Matos, o filósofo Diógenes andava na velha Atenas, da Grécia, com uma lamparina acesa na noite, toda noite. Então, indagaram a ele: “Diógenes, o que tanto buscas?” Ele disse: “Um homem de vergonha”. Esse homem de vergonha, também, que Diógenes buscava, está aqui. É o Senador Líder das oposições brasileiras, Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR)

– Quero chamar a atenção dos Srs. Senadores para a nossa galeria, que realmente está muito bonita. Nós temos a Escola Meu Caminho, de Goiânia, composta de crianças de 4 a 5 anos. E, no outro lado da galeria, alunos da Faculdade de Direito de Ipatinga, Minas Gerais.

Pela ordem de inscrição, o próximo orador seria o Senador Gilvam Borges, que cede a palavra ao Senador Romero Jucá. V. Exª dispõe de cinco minutos, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu venho a tribuna, motivado, para fazer algumas reflexões sobre um discurso feito agora pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, acerca da visita do Governador Ottomar Pinto ao Presidente Lula.

É preciso que algumas coisas fiquem claras. Primeiramente, quero dizer que fico feliz ao ouvir o Senador Mozarildo Cavalcanti dizer que vai votar com o Governo. Eu espero que isso aconteça, porque, efetivamente, nos ajudará a aprovar aqui a aprovar matérias importantes para o País.

Em segundo lugar, ressalto que a pauta levada pelo Governador e os quatro Deputados Federais – e não cinco, porque o Deputado Luciano Castro também

não participou da reunião – além de já ser conhecida, porque já tinha sido bastante debatida com o Presidente da República ao longo dos últimos meses.

Eu quero assinalar que essa pauta do governador está contida em todo o meu programa de governo, exposto em outubro para a sociedade de Roraima.

O Governador copiou alguns pontos, não vamos cobrar direito autoral, é um direito, é bom que o Governador copie, isso mostra que ele está querendo acertar, já que esta é a terceira vez que ele governa o Estado de Roraima, mas efetivamente não conseguiu gerar um processo de desenvolvimento. É bom que mude o foco e a forma de atuar no Governo. Vamos ajudá-lo nisso.

O Presidente Lula tem o compromisso de atender o povo de Roraima e tem determinado providências importantes para gerar o desenvolvimento e resolver os entraves do Estado.

Quero fazer ainda alguns comentários. Este documento que tenho entregado ao povo de Roraima trata de 27 pontos que precisam ser destravados em Roraima para chegarmos ao desenvolvimento. O primeiro deles é a regularização fundiária.

É importante dizer que sou autor de uma lei, de uma emenda votada neste plenário que dispõe sobre a regularização de lotes de até 500 hectares sem licitação. O Deputado Titonho Bezerra assumiu a Superintendência do Incra há alguns dias. Hoje está reassentando trinta famílias retiradas da área Raposa Serra do Sol. As providências para a regularização fundiária de lotes de 500 hectares até 1.500 hectares estão sendo tomadas por determinação do Presidente, por cobrança nossa e acompanhamento do Incra. Então, o processo de regularização fundiária está andando. Esse é um compromisso do Governo.

O Governo do Estado já tem hoje 10% das terras estaduais. Os produtores que já estão alocados, produzindo, eles têm a regularização feita pelo Incra; não precisam que o Governo do Estado faça a intermediação dessa relação. Nós defendemos que passe ao Governo do Estado as novas terras que não têm ocupação, não têm destinação.

Segundo ponto: terras indígenas. Estamos cobrando do Governo a posição de definir o fim das demarcações de terras indígenas em Roraima, porque as terras já foram demarcadas; a Raposa Serra do Sol já foi demarcada, todas as áreas já foram definidas. Agora chegou a hora de dizer que o processo está concluído. A partir daí, dar segurança jurídica para quem implantar um processo de desenvolvimento, uma produção ou uma pequena indústria; para que não seja surpreendido amanhã com a definição de nova área indígena. Estamos cobrando isso do Presidente.

Terceiro, abertura da BR-174, na área Waimiri Atroari. É um absurdo que essa área ainda esteja fechada. Às 18 horas, fecha-se o trânsito na BR-174. Portanto, isola-se o Estado de Roraima. Esse isolamento só é quebrado por ambulâncias, ônibus e carros que transportam víveres perecíveis. Ora, se podem passar esses três tipos de veículos, podem passar outros também. Temos defendido isso no Ministério da Justiça e na Funai, porque o que o Governo e a Funai têm que fazer é colocar um posto de vigilância funcionando 24 horas, na entrada e na saída da área, com rádio comunicador, avisando que o carro passou e que saiu. Portanto, não há nenhum tipo de dificuldade. Já apresentamos isso ao Presidente, e as providências serão tomadas.

Melhoria da infra-estrutura de intercâmbio com a Venezuela. E aqui se fala na questão do combustível. O Presidente Lula tem dito que é sensível à questão da importação do combustível da Venezuela. Agora, não podemos, como solução, retirar os impostos do combustível da Venezuela que vai entrar no Brasil, e os outros Estados pagarem impostos. Por isso, é uma solução delicada e difícil.

Temos que procurar uma solução que não crie um precedente que amanhã faça com que outros Estados também não paguem impostos, o que faria a arrecadação do País cair muito. Essa é uma questão importante para o Presidente Lula e para o Governo e está sendo estudada.

Ponte Brasil-Guiana. O Governo Federal repassou para o Estado o dinheiro para fazer a ponte que liga o Brasil à Guiana há seis anos. O dinheiro foi desviado pelo Governo do Estado. Atestado pelo Tribunal de Contas da União, a obra virou uma obra inacabada, Senador Mão Santa, a obra estava paralisada. Nós fomos ao Presidente e pedimos que determinasse que a obra saísse do Governo do Estado, que fosse rescindido esse contrato e fosse passado para o 6º BEC, 6º Batalhão de Engenharia, porque não precisaria ter licitação, a obra seria feita rapidamente e não haveria dúvida sobre a lisura dos investimentos. O 6º BEC já iniciou a obra. A obra da ponte que liga Brasil-Guiana já está recomeçada e vai estar pronta até o final do próximo ano. Portanto, essa é uma notícia extremamente importante já definida pelo Presidente e está no nosso documento.

Estrada para Georgetown, que é fundamental para uma matriz econômica de Roraima. Ligar Boa Vista ao Porto de Georgetown, na Guiana. São menos de 600 quilômetros, mais perto do que a ida a Manaus, abrindo o Caribe, abrindo o Canal do Panamá, abrindo o Golfo do México e uma área mais perto da Europa para a produção de Roraima. O Presidente Lula tem o compromisso de asfaltar essa estrada, de ajudar a financiar o Governo da Guiana.

O Governo da Guiana está trabalhando no sentido de construir uma proposta a ser apresentada ao BNDES. Provavelmente o BNDES e a CAF vão financiar essa obra, e essa estrada, nos próximos dois, três, quatro anos, estará pronta, o que é extremamente importante porque vai mudar a matriz econômica de Roraima, dando um diferencial econômico muito forte ao nosso Estado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Romero, a admiração que o País tem por V. Ex^a é enorme. V. Ex^a é um dos homens de Q.I. comparável a Albert Einstein e é do Nordeste. V. Ex^a é o filho pródigo, quero que V. Ex^a volte para o Nordeste, nós precisamos. Mas há dois pontos: eu recebo muito *e-mail* e recebi um de uma professora universitária denunciando que há algumas estradas nas zonas indígenas que às 18 horas são fechadas. Essa professora universitária, fazendo uma pesquisa, Gilvam Borges, não conseguia passar, mas testemunhava que os americanos passavam pela estrada à noite. Reclamo a V. Ex^a, que é capaz, que é inteligente, e foi sem dúvida nenhuma um dos acertos do Lula, porque V. Ex^a suou a camisa para defender o Governo. Eu ganhei até a comenda maior do Governo de Roraima; é um povo bom – fiquei surpreso –, estudioso, educado, trabalhador. E como V. Ex^a, o ex-Governador do Ceará, há muitos nordestinos lá. O nordestino é antes de tudo um bravo. Mas eu queria dizer que eu li uma reportagem que coloca em dúvida essa grandeza do povo. Contrabandistas de gasolina em Roraima. A gasolina é dez vezes mais barata; o gás é dez vezes mais barato, então vão às cidades próximas.

O prefeito da cidade venezuelana fez um decreto; agora, podem abastecer somente com trinta litros de gasolina. E o que há? Atentai bem! Vão buscar o combustível mais barato, porque é dez vezes mais barato, colocando em dúvida a boa gestão da Petrobras, que deveria baixar o custo do combustível. Mas somente trinta litros. O que há? As criancinhas da Venezuela estão fazendo contrabando. O motorista brasileiro, inteligente, não pode. Então, compra recipiente, garrafa, latas de gasolina para colocar no carro, correndo o risco. É pior do que estar no tanque. Esses são problemas para os quais a sua inteligência trará uma melhor solução e situação de dignidade ao povo da Venezuela. Não é justo ver ali, há poucos quilômetros, o combustível dez vezes mais barato.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Senador Mão Santa, realmente o combustível é bastante mais barato. O contrabando de combustível virou um meio de vida, inclusive por falta de alternativa econômica para o

trabalhador de Roraima. As caminhonetes são modificadas e fazem o contrabando do combustível como verdadeiras bombas ambulantes. De vez em quando explode uma na BR; de vez em quando morre alguém por conta disso. Por que essas pessoas se arriscam desse jeito? Porque é a forma de dar de comer a seus filhos. O Estado não tem alternativa econômica e precisa ter.

É importante que se resolva o problema do combustível. É relevante que se importe combustível da Venezuela, e ele chegue mais barato em Roraima. Além disso, deve haver alternativa econômica para evitar o contrabando que hoje é uma das saídas para as pessoas sobreviverem, infelizmente, no nosso Estado.

Mas eu falava ainda dos pontos. Fortalecimento de órgãos federais, como o Incra, o Sebrae, a Polícia Federal que vamos construir a nova sede; a Receita Federal, que estamos construindo a nova sede de Pacaraima, de recepção aos venezuelanos.

A obra do anel viário em Boa Vista: a principal obra que está sendo feita hoje no meu Estado. Ela está sendo feita pela Prefeitura de Boa Vista, ao valor de R\$ 60 milhões. Essa obra objetiva duplicar a área urbana de Boa Vista, preparando essa cidade para o futuro. O novo aeroporto internacional está sendo construído, onde vamos ter *fingers*, com uma condição de melhor atendimento à população. Conseguimos os recursos e o Governo Federal está lá, construindo e gastando R\$25 milhões, propiciando um aeroporto de qualidade para a população de Boa Vista.

Água e esgoto para a população: mais dinheiro. O Governo do Estado assinou um contrato de mais de R\$70 milhões. O Governador assinou o contrato, embora seja oposição ao Presidente, está sempre atacando o Presidente. Porém, o Presidente não faz distinção. Sua Excelência disse isso em audiência ao Governador e na Suframa. Não é porque o Presidente perdeu a eleição em Roraima, não é porque é atacado por Roraima, que o Presidente vai deixar de realizar as coisas para o nosso Estado. Temos cobrado isso insistentemente, como Líder do Governo. Hoje, estarei novamente com o Presidente, cobrando essas questões. Nós estamos atentos, e o Governo do Estado tem sido beneficiado.

Casa popular: está no PAC dinheiro para construção de casa popular.

Gasoduto Brasil-Venezuela: estamos lutando pelo gasoduto, defendendo-o, porque Roraima será o primeiro Estado a ser beneficiado. Aí, vamos mudar a matriz energética e a energia vai poder ser mais barata ainda do que a energia hidrelétrica vinda de Guri comprada na Venezuela.

Energia elétrica para o interior: o Senador Mozarildo Cavalcanti falou e defendemos a federalização da CER

– e eu defendia isso no Governo Flamarion. O processo de federalização da CER começou pelo Governador Flamarion Portela e eu o defendia, mesmo sendo opositor ao Governador. O Governador Ottomar Pinto assumiu, parou os processos de federalização e, agora, quer retomá-los. Ótimo. Já defendemos isso junto ao Presidente e vamos defender agora também, porque isso é importante para o Estado. O Governo do Estado não tem condição financeira de administrar a CER, de interiorizar energia e de fazer os investimentos necessários.

Não tem, como não tinha em Boa Vista. E eu levei a Eletronorte para Boa Vista e hoje o Governo Federal puxou a Linha de Guri, tem energia farta em Boa Vista porque é o Governo Federal que faz a geração e a distribuição, porque o Governo do Estado não teria condições financeiras para fazer isto. E nós implantamos e queremos implantar também para o interior.

Diminuição tributária para Roraima: é importante resolver o problema do PIS, COFINS e dos outros impostos, Senador Mão Santa, porque Boa Vista, está entre três zonas francas hoje: a Zona Franca de Manaus, a Zona Franca de Santa Helena e a Zona Franca de Lethen, ou seja, nós estamos ilhados e nós temos que ter estendido também os benefícios da Zona Franca para Boa Vista e nós temos tratado disto.

A questão da implantação das áreas de livre comércio. Serão implantadas. Foram propostas quando eu era Governador do Território e até hoje não foram implantadas. E não foi por culpa do Governo Federal, não. Os governos dos Estados não se mobilizaram para implantar. A área de Bonfim será implantada, provavelmente, ainda este ano, nós estamos lutando para isto, e a área de Pacaraima será implantada, porque nós vamos retirar a sede de Pacaraima da área indígena, em um processo de negociação, e a área de livre comércio de Pacaraima, também será implantada em Roraima. Nós vamos brigar pela implantação das duas áreas de livre comércio, que são duas áreas que foram propostas quando eu era Governador do Território.

Nós temos ainda fortalecimento das pequenas e microempresas através do Sebrae e da nova lei geral da microempresa, que vai melhorar muito as condições dos pequenos empresários de Roraima e dos Estados pequenos, Senador Mão Santa.

Nós temos o programa de exploração sustentável das florestas. Os madeireiros vivem hoje um drama e nós estamos atuando no sentido de resolver definitivamente a questão da exploração da madeira, que é o item da pauta de maior exportação do Estado hoje, ou seja, a exportação de madeira para a Venezuela.

Sobre a cidade de Pacaraima, eu já falei.

A conclusão do asfaltamento da BR-401:

O recurso também foi desviado, e está no TCU como obra inacabada, e vamos ter de lhe dar uma solução. O Município de Normandia não pode ficar sem asfalto, da forma como está hoje, como temos de refazer também o asfaltamento da BR-174, pelo menos grande parte dela. E não foi por falta de dinheiro não, pois, nos últimos quatro anos, o Governo Federal repassou, para o Governo de Roraima, R\$200 milhões, nos últimos cinco anos, para as estradas, e as estradas feitas foram de má qualidade. Infelizmente, hoje, estamos vivendo uma grande burocracia na BR-174, danificando carros e ceifando vidas, porque, de vez em quando, há um desastre, um problema, na BR-174.

E defendemos que os recursos sejam liberados. E esses recursos são delegados ao Governo do Estado. É importante que se diga que é um recurso federal repassado ao Governador do Estado. E volto a falar: S. Ex^a é adversário político do Presidente, que, nem por isso, deixa de receber o recurso que é preciso ser repassado.

Nós estamos defendendo ainda – trata-se de um projeto meu – a pavimentação da nova BR-202, que leva até o Município de Uiramutã e à fronteira com a Guiana, no Mutum; estamos defendendo o fortalecimento do Base em Roraima, porque é fundamental que nós tenhamos ampliado e tenhamos uma direção regional do Base, em Roraima; não podemos depender de Manaus; e estamos fortalecendo os Correios também em Roraima, porque éramos ligados a Manaus. Em mais uma semana, estaremos criando a Diretoria Regional dos Correios, em Roraima, exatamente para dar autonomia ao nosso Estado.

Então, eu fiz esse pequeno relato, Sr. Presidente, para registrar que Roraima tem muitas questões a serem resolvidas, mas que o Presidente Lula conhece os problemas, está sensível a eles, e realmente o Presidente Lula está ajudando e vai ajudar ainda mais a resolver essas questões.

Faço votos de que o Governador faça um bom Governo. Nós somos adversários políticos, mas, nem por isso vou deixar de ajudar a qualquer momento. Todos os recursos, todas as ações que o Governo Federal puder realizar, como Líder do Governo eu reforçarei. Estarei fazendo isso porque não é pelo Governador que eu faço. Discordo do Governador em muitas coisas; concordo em outras. Estarei fazendo porque essa ação é para a população de Roraima que nos elege. Eu sou Senador de Roraima, com muita honra. Devo ao povo de Roraima minha carreira política. Quero dizer ao Senador Mão Santa que eu sou nordestino, mas não voltarei ao Nordeste para ser candidato, pois meu lugar é em Roraima. Eu sou roraimense hoje de coração, de adoção. Não nasci em Roraima, mas escolhi Roraima para viver. Tenho trabalhado muito todos

os dias da minha vida para que o nosso Estado possa crescer, possa ser um Estado digno.

Quero fazer esse registro. Nós estaremos atentos, cobrando do Governo Federal, do Presidente e acompanhando junto ao Governador, junto às Prefeituras todas as ações que possam melhorar as condições do povo de Roraima.

Quero registrar que o aumento de 1% para o FPM dos Municípios foi uma emenda minha colocada, aqui, na Reforma Tributária. Agora, o Presidente determinou que a Câmara votasse para que nós tenhamos o aumento do incremento do FPM, porque isso ajuda principalmente os Municípios mais pobres do Brasil e todos os Municípios de Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra pelo art. 14, por ter sido citado nominalmente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero novamente lamentar que o Líder do Governo não tenha ouvido meu pronunciamento ou tenha sido mal informado por sua assessoria.

Meu pronunciamento foi um pronunciamento no qual eu li os tópicos – e V. Ex^a acompanhou bem – da agenda que o governador levou ao Presidente. Agenda que, como eu disse, é antiga, desde quando éramos Território; mas muitos assuntos estão atualizados. Na conversa que tivemos com o Presidente Lula, o Presidente disse claramente isto: “Eu quero resolver os problemas de Roraima sem DNA” – isto é, sem o rótulo de que é de fulano, beltrano ou sicrano.

Para minha surpresa, vejo o Líder do Governo, na sua condição de Líder, inclusive falar mal do meu Governador, quando estamos fazendo um gesto em sentido contrário. O Líder disse que eu falei que vou votar com o Presidente Lula. Eu disse claramente que, se o Presidente Lula atender às solicitações, passarei a votar, sim, mas não é mérito do Líder do Governo. Se fosse pelo Líder do Governo, eu não votaria neste Governo nunca, porque é um homem nervoso, que, quando fala aqui, vem de maneira agressiva, dizendo que tudo foi ele quem fez. Acho que isso não constrói a Base aliada do Governo. Tanto não constrói nem para ele que ele não tem tido sucesso nas suas eleições: para Governador, já tentou duas vezes, e também a esposa já tentou para Governadora. E ele fica ressuscitando esse papo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, já fiz um apelo ao Senador Romero Jucá para que fizéssemos uma agenda positiva a favor de Roraima, que ele aproveitasse o fato de ser Líder do Governo para ajudar o Governo do Estado. Como ele disse, ajudar não o Governador, mas o Estado. No entanto, ele continua ocupando, inclusive, pedindo pela Liderança do Governo, para fazer comentários desairosos, esquecendo inclusive essa questão da Funai, da estrada que está fechada desde o tempo em que ele foi Presidente da Funai.

Fiz o meu pronunciamento, Senador Romero Jucá, e gostaria de lhe pedir novamente. Aliás, eu o fiz no meu pronunciamento, pedindo que V. Ex^a – que não estava presente –, como Líder do Governo, ajudasse neste momento em que não há eleições, ajudasse para que pelo menos os três pontos da agenda que o Governador ressaltou fossem atendidos. Como também pedi que os outros Deputados, que são aliados de V. Ex^a, com os quais mantenho um bom relacionamento, também apoiassem. V. Ex^a, como os outros Deputados, foram convidados pelo Governador para ir à audiência. Eu vi o **fax**.

Agora, quero aqui repetir, como já disse da tribuna: quero pedir, em nome de Roraima, que V. Ex^a use o seu cargo de Líder do Governo para ajudar a resolver os problemas de Roraima, e não para boicotar, porque boicotar é muito fácil.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pelo art. 14, eu gostaria de pedir a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR) – Está concedida a palavra, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que o Senador Mozarildo é que está mal informado. Primeiro, porque o registro que fiz aqui foi sobre pleitos que foram entregues ao Presidente e sobre o compromisso do Presidente.

Depois, ele está mal informado, porque o Governador do Estado chega aqui falando manso e baixo, e chega em Roraima e agride o Presidente. Está aqui, no jornal Folha de Boa Vista de hoje. Ele chama o Presidente Lula de paquiderme. Não é assim que ele vai resolver as coisas. Ele quer latir lá e miar aqui, e nós não vamos concordar com isso. Eu estou aqui defendendo o Presidente. Esses não são termos com os quais tratar o Presidente. Eu lamento que o Governador trate o Presidente dessa forma.

Agora, quero dizer que, independente disso, nós vamos atuar e estamos atuando para atender Roraima. E para ajudar Roraima eu não preciso de apelo do Senador Mozarildo. Eu tenho feito isso em todos os aspectos. Em todos os aspectos. E quero me abstrair aqui da questão

da eleição. Fui eleito Senador com a maior votação – uma votação expressiva – de Senador do Estado.

A eleição de Governador estamos discutindo a justiça. Dois Deputados Estaduais da área do Governador já foram cassados pelo Tribunal. Dois já foram cassados! E há mais processos em andamento. E não estou discutindo eleição aqui, estou discutindo aqui ação de governo. Como Líder do Governo do Presidente Lula, pedi a palavra para reafirmar que o Presidente tem compromisso, e não é de agora, não! Ficam dizendo: “Agora o Presidente vai atender, então nós vamos votar, porque o Presidente agora vai ter compromisso”. Não, o Presidente tem compromisso desde sempre. O Presidente tem as suas atribuições e precisou tomar medidas que desagradaram a Roraima e a mim também. Mas eles tinham a obrigação de fazer. E temos de ter a seriedade de entender isso e de procurar os caminhos para resolver essa questão.

Não quero conflito com o Senador Mozarildo. Ele pode votar pelo Governo, não precisa votar por minha causa. Não quero relação alguma com ele, a não ser a relação política.

É preciso que essa questão fique clara. Não estou nervoso. Falo com ênfase porque acredito naquilo que falo. E acredito que Roraima vai ser um grande Estado. Não o é hoje porque está mal administrado, mas ainda vai ser. Não tenho dúvida disso; não tenho dúvida disso!

Quero agradecer ao Senador Mozarildo por dizer que vai apoiar o Governo. No que depender de mim, como Líder do Governo, ele terá o nosso apoio e será tratado como todos os outros Senadores aqui o são. A disputa local é lá no Estado; lá, disputamos, colocamo-nos, somos agredidos todos os dias pela rádio do Governo, mas nem por isso estamos atrapalhando o Governador. Pelo contrário, sou Líder do Governo, e o Governador tem recebido recursos. Se eu tivesse outra intenção, o Governador não estaria recebendo o recurso que está. E tem recebido muito; tem recebido muito! Inclusive eu, como Relator do Orçamento, coloquei recursos para o Governador fazer obras importantes como o asfaltamento, hoje, da estrada que vai levar ao Tepequém. Ele esteve em meu gabinete, e o atendemos.

Então não tenho relação de inimizade; agora, politicamente, discordamos. Temos uma posição; ele tem outra. E vamos continuar assim, Sr. Presidente. Era esse o esclarecimento que gostaria de fazer!

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria

de pedir que déssemos uma agilizada. Peço aos ilustres companheiros de Roraima, o Senador Mozarildo e o nosso Líder do Governo, que se poupem dessa relação de ódio e amor, pois antes já tiveram uma boa relação. O Estado de Roraima tem os dois como referencial, e essa disputa realmente não deve vir ao Plenário. Penso que os dois devem ter uma conversa secreta; eles têm jeito para isso. Creio que se pode rever esta questão para que prossigamos os trabalhos.

Então faço esse apelo ao Senador Romero Jucá e ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nobres colegas, quero parabenizar esta revista de circulação nacional e de tradição na mídia escrita do País, a *Veja*, que esta semana traz em sua capa “O Alerta dos Pólos”.

Realmente a questão do meio ambiente tem sido pauta nesta Casa, e com razão. Eu tenho acompanhado a questão e me preocupo muito com a minha região, que é pulmão do mundo, a Amazônia. A revista também traz algumas matérias interessantes, Sr. Presidente, nas quais precisamos dar uma avaliada.

Levo à Nação o texto da reportagem, assinada por Leonardo Coutinho. A matéria, que é muito interessante, precisa ser observada por todos, porque a Nação está mobilizada para a região amazônica, por reflexo.

“E agora, Viana?” O articulista começa a dissertar:

O petista Jorge Viana governou o Acre por oito anos, de 1999 a 2006. Logo que chegou ao poder, percebeu que o discurso ambiental poderia lhe render projeção nacional e batizou sua gestão de “governo da floresta”. No segundo ano de mandato, passou a alardear que havia contido o desmatamento em seu Estado. Tornou-se um dos astros do petismo e aproximou-se do Presidente Lula.

Seu peso político aumentou tanto que, agora, mesmo sem mandato, disputa com José Sarney e Jader Barbalho quem apadrinhará o próximo superintendente da Sudam, a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia. A imagem de Viana como protetor da Natureza, no entanto, está tão ameaçada quanto a mata que ele diz defender. Veja teve acesso a um estudo encomendado pelo próprio petista que mostra que, nos seis primeiros anos de sua gestão, a velocidade do desmatamento no Acre triplicou e chegou à marca de 995 quilômetros quadrados em 2004. É como se

uma área de floresta do tamanho de quatorze campos de futebol fosse derrubada por hora. Pior: o estudo, feito pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), revela ainda que, de todo o desmatamento do Acre, cerca de um terço ocorreu durante a administração de Viana. O então governador recebeu as conclusões do estudo em agosto do ano passado – e as escondeu.

Em setembro de 2003, **Veja** já havia informado que a devastação no Estado aumentara no governo do PT.

Viana se esforçou para desqualificar a reportagem. Alegou que os números apresentados estavam errados e escalou jornalistas pagos com dinheiro público para replicar sua defesa pelo País. Em seu estado, usou dinheiro do Erário para atacar **Veja** nos jornais e TV locais. “No meu governo, desmatamento só caiu”, jurava ele. Poderia ter-se poupado. O estudo do Imazon, feito com base em imagens de satélite, tem um grau de precisão inédito no País e confirma o diagnóstico da destruição. No Acre, entretanto, Viana mantém sua boa imagem, principalmente entre os onguistas. Sintomático. Lá, nem os “povos da floresta” andam preocupados em manter as árvores em pé. No seringal Nova Esperança, em Xapuri, 36% da floresta, dentro de sua área, foi destruída. A Reserva Extrativista Chico Mendes está salpicada de pastagens. Fatos assim mostram que a falta de avaliações isentas e sem romantismo ameaça tanto a preservação ambiental quanto o crescimento econômico em um estado que já perdeu 11% de suas florestas e continua a ostentar alguns dos piores indicadores sociais do País.

Essa matéria foi escrita pelo jornalista Leonardo Coutinho.

Sr. Presidente, penso que o Senador Tião Viana deverá reagir e retornar a esta tribuna. Isso é muito importante. Ambos merecem todo o nosso respeito. No entanto, acredito que essa matéria é preocupante para a nossa região. Como há uma política muito séria de meio ambiente na região, cultura que estamos desenvolvendo há bastante tempo, penso que essa discussão é muito importante. Daí por que fazer um apelo ao Senador Tião Viana para que retorne, na segunda ou na terça-feira, para que possamos esclarecer isso, até para se associar ao desempenho de outros Estados na Região Amazônica, para que possamos implementar políticas e também desvendar mitos e firmar uma imagem verdadeira de uma política séria.

Veja, realmente, traz excelentes matérias. Há uma outra que trata do meio ambiente, intitulada *A fronteira final*. São matérias interessantíssimas que recomendamos aos leitores do País.

A **Veja** foi ao Ártico e à Antártica conferir os estragos causados pelo aquecimento global. A notícia não é boa: “Calotas polares estão no limite da resistência”.

Realmente, o País precisa se mobilizar. Por isso, nós, da Região Amazônica, região extremamente cobijada pelo seu potencial ecológico, que tem a floresta, a qual precisamos manter, já que considerada o grande e importante filtro no processo de fotossíntese. Assim sendo, deveremos nos encontrar, brevemente, com os Governadores da região para discutirmos a questão.

Quero parabenizar a revista *Veja* por trazer matérias importantes no que tange a um desastre iminente no mundo. Estudos e estatísticas mostram que, daqui a 15 anos, portanto, 15 segundos no calendário, algo muito rápido, teremos um desastre, alguma coisa nefasta que vai acontecer no mundo.

Ouvi, neste plenário, dois ou três pronunciamentos bastante bem balizados e estudados, feitos pelo Senador Edison Lobão – um deles acompanhei atentamente –, além de esse assunto ter sido tratado pela revista **Veja**, pautando matérias dessa importância.

Então, apelo ao Senador Tião Viana que venha ao debate. Não vou me arvorar em fazer críticas ou comentários. Acho que precisamos fazer uma avaliação da gestão dos três mandatos dos últimos doze anos acerca do desempenho das políticas de meio ambiente desenvolvidas pelos governadores e pelas administrações municipais.

Portanto, Sr. Presidente, venho à tribuna, nesta manhã de sexta-feira, para me congratular com a revista **Veja** por matéria tão importante, que a Nação pôde apreciar e discutir.

Era o que tinha a dizer.

Senador Mão Santa, não pude permutar com V. Ex^a porque o Presidente já havia me concedido a palavra como inscrito. Mas gostaria de tê-lo feito. O Senador sabe do amor que tenho por V. Ex^a. Seu olhar de jabuti na fumaça me emociona sempre que nos fitamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Wilson Matos, que preside esta sessão de sexta-feira, 13 de abril; Sr^{as} e Srs. Senadores presentes na Casa; brasileiras e brasileiros que aqui estão e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, é preciso entender o que a História nos ensina. Na

minha mocidade, a Rússia era motivo de entusiasmo. De repente, sua forma administrativa tombou.

Senador Gilvam Borges, V. Ex^a que é um admirador da Rússia antiga – atentai bem, Presidente Lula da Silva! –, saiba que Nikita Khrushchov pesquisou quantos barbeiros havia na Rússia? Ele constatou que havia 40 mil barbeiros para fazerem a barba e cabelo do povo. A partir daí, Nikita Khrushchov passou a se debruçar sobre a administração da Rússia. Senador Wilson Matos, ele observou que, para tomar conta dos 40 mil barbeiros, havia outros 120 mil funcionários. Caiu; dividiu-se. Ele se abriu para novos modelos de enriquecimento, de administração, de comercialização.

O mundo muda.

Boris Yeltsin, que tomava suas vodcas, também achou que não dava certo. Senador Gilvam Borges, Boris Yeltsin, aquele que tomava umas vodcas... Esse extraordinário homem, o Putin, dá o exemplo. Ele veio até aqui.

O Presidente do Congresso daquele país, depois da abertura, foi a ele e lhe disse que ele poderia ser reeleito. Aprenda, Presidente Lula: ele não aceitou. E a Rússia está crescendo 10%. Mudou.

Presidente Lula, Vossa Excelência errou. Quando Vossa Excelência assumiu, este País tinha 15 ou 16 Ministros, e Vossa Excelência nomeou quase 40. Vossa Excelência, de repente, criou 30 mil funções gratificadas. Trinta mil! Senador Gilvam Borges, Bush, o poderoso, o destruidor, só tem direito a nomear três mil. Lula da Silva nomeia 30 mil. A Rússia tinha 40 mil barbeiros e tinha 120 mil funcionários para tomar conta desses 40 mil barbeiros.

Na França, de Giscard d'Estaing, de Mitterrand, o Presidente da República só nomeia 300. Tony Blair nomeia 100. Tony Blair, Primeiro-Ministro da Inglaterra, a rainha dos mares, a Inglaterra da Revolução Industrial, de onde saiu o romance *A Cabana do Pai Tomás*, escrito por uma mulher que incentivou a libertação de todos os escravos – assisti ao filme *A Rainha*, um filme bom, que indico. Está aí a Inglaterra, poderosa.

No Brasil, nossos antecedentes não são otários, Presidente Lula da Silva. Não temos uma história como a do Iraque, que teve, antes de Cristo, a civilização mesopotâmica, que criou a roda, os primeiros escritos. Nós temos 507 anos. Os portugueses criaram as sesmarias, as capitânicas hereditárias, unidades de comando, Governadores-gerais, Pedro I, Pedro II, Rainha Isabel, os Presidentes. Não foram otários não, Presidente Lula da Silva, de maneira nenhuma. Eles tinham entendimento.

Eu citaria apenas Getúlio Vargas. Ô homem trabalhador! Ô homem competente! Ô homem bom! O homem é o homem e suas circunstâncias. Quem diz isso é Ortega y Gasset, filósofo espanhol.

Getúlio enfrentou três guerras. Uma guerra para assumir – os paulistas não o queriam no poder –, ou-

tra guerra e a Segunda Guerra Mundial, para a qual mandamos até a FEB. Ô homem trabalhador!

Sei que o Presidente Lula – com todo o respeito, ele é o nosso Presidente e cada um tem direito aos seus gostos – disse que não gosta de ler, que é melhor fazer uma hora de esteira que ler uma página de um livro. Tenho que respeitar. Respeito todas as pessoas, como não respeitaria o Presidente? Mas caiu-me à mão um diário de Getúlio Vargas. Ô Senador Wilson Matos, meu ícone era Juscelino, porque é médico como eu, cirurgião de Santa Casa, com passagem pelo Exército – eu fiz o CPOR, assim como ele. Andou na Polícia Militar; foi prefeitinho, governador, sorridente, cassado aqui, humilhado. Mas o Getúlio trabalhava muito. Aliás, foi um Presidente da OAB do Piauí, Reginaldo Furtado, que disse que o Getúlio é melhor. Fiquei perplexo com aquilo, porque, para mim, Juscelino era o ícone. Então, comecei a estudar o Getúlio. E caiu-me à mão o diário do Getúlio. Dois volumes, lia todo dia. Ô homem trabalhador! Ô homem honesto! Ô homem autêntico!

Eu só quero dizer que este Estado teve gente. O Getúlio deu uma organização a isso. Os ministérios, o trabalho, o TRE... Ele tinha essa visão de estadista. Li mais, no diário, que, no Sete de Setembro, após o desfile, ele estudava, trabalhava. Trabalhava sábado, domingo. Era um estadista.

Ele criou o Dasp – Departamento Administrativo do Serviço Público, Presidente Lula da Silva.

O primeiro livro que li, antes de ser Prefeito, – acredito em Deus e no estudo – foi um livro do Dasp, escrito por Wagner Estelita Campos: **Chefia e Liderança**. Então, os funcionários públicos que aí estão são preparados. De repente, a máquina é destruída. Pegam companheiros e colocam para comandar. Emperrou tudo. Não foi somente esse negócio do “apagão”, não. Isso afeta os ricos. Pior é o “apagão” da segurança. Isto está igual Bagdá, no Iraque.

Eu mostrava uma pesquisa. No Rio de Janeiro, 597 assassinatos em janeiro. Na Cidade Maravilhosa. E um jornalista – de quando em quando aparece um – me disse que essa pesquisa só mostrava os números oficiais. E os assassinatos que não apareciam nas estatísticas, porque os corpos eram jogados no fundo do mar, enterrados nas matas? Quer dizer que são praticamente 600. Em Bagdá são 1,8 mil.

Somente no Rio de Janeiro é um terço. Se somarmos os números do Brasil todo, estamos concorrendo com o Iraque! Isso é uma barbárie, não é civilização!

Senador Gilvam Borges, V. Ex^a, que é da Base do Governo, tem de mostrar esses dados e a verdade ao Presidente da República. É uma barbárie!

Escapamos de ser o último lugar no **ranking** do desenvolvimento, porque tem o Haiti, Senador Gilvam Borges...

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em seguida.

Tem uma pesquisa, ô Senador Wilson Matos, sobre gastos de recursos com responsabilidade. Somente ganhamos da Colômbia. Dizem que tem muita maconha na Colômbia...

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador, está ansiosamente sendo aguardada a sua manifestação.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Se V. Ex^a quiser me conceder um aparte em seguida, vou sair rapidinho e volto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nós o aguardamos. Pode ir.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – É melhor, para não cortar o raciocínio de V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a nos inspira. V. Ex^a falava sobre a ecologia e eu queria lhe ensinar que Sófocles, o primeiro ecologista filósofo da Grécia, disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas mais maravilhoso é o homem. Nós simbolizamos esse homem brasileiro sofrido e intranquilo, que não tem segurança neste País, homem e mulher brasileiros, porque, quando o filósofo se refere ao homem, ele fala do **homo sapiens**, a espécie, do homem e mulher que não têm educação, homem e mulher que não têm saúde. E eu queria dizer o porquê: Padre Antônio Vieira, Figueiredo, disse que o exemplo arrasta. O Presidente Lula da Silva aumentou para 15 ou 16 o número de Ministérios, e os governantes deste Brasil, em 507 anos, governaram para 30, quase 40 mil funcionários, por nomeação própria, por indicação própria do PMDB. E o Presidente transformou isso nesta Torre de Babel! Parou a segurança, parou a educação, parou a saúde, parou o desenvolvimento. Essa é a verdade.

O exemplo arrasta o Governador do Piauí. Ontem, o bravo Senador Heráclito Fortes – já li e está aqui; não vou ler – leu três páginas de nomes dos Secretários de Governo do Piauí neste novo Governo. Três páginas! O Heráclito citou um por um, contou e parece que somaram-se 66 ou 67. O Senador Heráclito contou, leu os nomes – estão aqui as folhas – dos Secretários do Piauí, o equivalente a Secretários. Tenho a lista dos de Minas. O número desses funcionários é três ou quatro vezes maior do que o de Minas Gerais. Minas Gerais é o Estado que tem mais Municípios neste Brasil.

Esse é o exemplo do PT. É o exemplo daqueles 40 mil barbeiros, que Krushev, quando os viu, Figueire-

do, percebeu que havia mais 120 mil para tomar conta dos 40 mil barbeiros.

E quem vai tomar conta desses 65 secretários? Eles não têm nem condições de se reunir! Esse está atolado! O Brasil está atolado!

Não adianta a mentira. Isso foi denunciado ao mundo, inventado pelo marqueteiro de Hitler, Goebbels, que dizia que uma mentira repetida se torna verdade. E repetia, e mentia. Mas tudo foi denunciado, e deu no que deu. Hitler, o desastre mundial. E é a isto que Lula e seu Governo procedem agora: à mentira, à mentira!

Contratam serviço de pesquisa. Ô Figueiredo, o essencial é invisível aos olhos. Lula, tanta popularidade, como se nós fôssemos imbecis!

Wilson Matos, lê-se na mesma pesquisa – o essencial é invisível aos olhos: Lula, popularidade mais de 90%. Em cada 10 cidadãos, mais de 9 disseram que a violência aumentou neste País.

Neste Governo, de 10 pessoas, 9 disseram que aumentou. E sentimos a barbárie. Mais de 80%! Olhai isso! Estão enganando o Lula! Lula da Silva é bom, é generoso, mas ele é uma ilha, rodeada de aloprados, de mentirosos e de aproveitadores por todos os lados. Disse que tudo está bem. Porém, mais de 80%, hoje, querem que prevaleça neste País cristão a lei de Deus: não matar.

Já queremos, neste País, a pena de morte. O povo está sem esperança, quer qualquer alternativa para essa barbárie. Se houver um plebiscito hoje, ô Mourão, passa a pena de morte. Ela nunca passou, porque temos índole de amor. “Amai o próximo como a si mesmo”. Mas passa, por causa dessa loucura que está aí.

No Rio de Janeiro, a violência aumentou 10%. Está lá o meu amigo Sérgio Cabral, do meu Partido; perdeu para Rosinha Garotinho em janeiro – muita mídia. Aumentou a criminalidade em 10% no Rio de Janeiro. Lula – muita mídia – mandou um organismo militar federal para o Rio de Janeiro, tirando de Brasília, tirando do Mato Grosso, do Piauí, do Brasil todo. Essa é a verdade.

O PMDB tem sua missão histórica, tem os autênticos; nós, os autênticos, não fomos ao banquete; nós, os autênticos, aceitamos um convite do Presidente da República não para comer e tomar vinho, mas para discutir os problemas dos pobres: a segurança, a educação e a saúde. Nós, os autênticos do PMDB – traduzindo: Ulysses, Teotônio, Tancredo, Ramez Tebet e Juscelino –, já assinamos a CPI; os autênticos do PMDB. O PMDB, não é da sua história, ele é irreverente. Gilvam Borges, havia um Prefeito em Teresina, Wall Ferraz, que dizia: “Teresina, cidade irredenta”. É o PMDB. A CPI já tem assinatura, porque muitos de nós, autênticos, assinamos a CPI.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo.

Só quero dizer que este Parlamento tem o seu tripé – para V. Ex^a que está chegando, Senador Wilson Matos: uma das pontas é fazer leis boas e justas, a exemplo das leis de Deus, das leis de Rui Barbosa, que deixou a Pátria; a outra é fiscalizar os contrapoderes. Mitterrand, ao morrer, deixou uma mensagem: os governantes fortaleceriam os contrapoderes. Então, é fiscalizar. A CPI é um instrumento de fiscal. E a outra ponta do tripé, Gilvam Borges, é um legado de Teotônio Vilela, do PMDB, moribundo, com câncer, pregando o renascer da democracia. Ele disse, Wilson Matos...

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, se V. Ex^a não vai me conceder o aparte, vou embora para casa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vou conceder. Eu só queria pedir permissão à sua sensibilidade para terminar a frase de Teotônio Vilela, que é um ensinamento a nós.

Ele disse: parlamentar, falar. A função mais importante e soberana do Congresso é o falar, é o falar: sobrevivendo para falar, falando para sobreviver. E ele engrandeceu este Congresso e o fez renascer.

Concedo um aparte ao brilhante e bravo Senador do Estado do Amapá, Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, a pérola que é o pronunciamento de V. Ex^a, sempre que se comunica com a Nação, é realmente impressionante. Quero voltar à Rússia. V. Ex^a citou a Rússia, que não tinha barbeiro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não! Tinha 40 mil.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Quantos?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Tinha 40 mil. Foi Kruschew quem o disse, quando ele assumiu. E, para tomar conta dos 40 mil, o Estado pagava 120 mil. Por isso que aquele modelo entrou em derrocada.

E quero entrar no raciocínio de que a modernização levou Bill Clinton, que foi quatro vezes Governador do Arkansas e chegou à Presidência, a recrutar os melhores técnicos, Ted Gaebler, David Osborne, para escreverem o livro *Reinventando o Governo*. E o Presidente Lula viu que era difícil governar na democracia. E lá no livro, Gilvam Borges, eles disseram que o governo não pode ser grande demais, não; se for como um transatlântico, afunda como o Titanic. É o que o Brasil está tendo, com essa grandeza de funcionários.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, realmente a Rússia teve um papel histórico muito importante na política mundial, durante a Revolução de 1917. A partir daquele instante, os russos, com os seus teóricos, já advindos também de uma transformação na sociedade, das sociedades

feudais, decorrente da Revolução Industrial, dessa relação do homem com o campo, do surgimento das grandes cidades e da nova economia, realmente trouxeram aspectos importantes para a política mundial. Essa revolução, então, dividiu o mundo entre aqueles que acreditavam na iniciativa privada e na pouca intervenção do Estado, e os que acreditavam nas políticas gerenciadas pelo Estado na sua totalidade, como os países socialistas e comunistas. Mas o que quero chegar a dizer a V. Ex^a é que, dentre aqueles doutrinadores e filósofos da época, como Karl Marx, também os teóricos como Engels, um grande colaborador e pesquisador dos movimentos sociais e doutrinador da política, trouxeram uma contribuição importante. Mas V. Ex^a, quando jovem, na faculdade era um adepto e seguia a linha Bakunin, também um teórico...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Um anarquista da Rússia.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Exatamente. V. Ex^a era um simpatizante dele. Até que o discurso de V. Ex^a ele se espalhou por várias vertentes. V. Ex^a sempre foi um rebelde, um irreverente, que pauta suas ações pela liberdade total. Não sei se estou falando realmente o que deveria falar no sentido da sua figura. Então V. Ex^a é um homem que engrandece o Senado Federal com esse desempenho. Na juventude, seguia a linha de Bakunin, era um anarquista convicto, porque não se associava ao tradicional, às doutrinas tradicionais e margeava por uma outra vertente liderada por Bakunin, que foi um grande líder. E *slogan* dele sempre prosperou muito pelas universidades, pelas academias nas quais se discutem e se formam as grandes idéias: nem pátria, nem patrão. O Senador Mão Santa, quando no Piauí, sempre dizia: nem caatinga, nem sertão. Somos um povo da libertação. Muitas vezes, V. Ex^a usou essas metáforas nos seus pronunciamentos. Agora, Senador Mão Santa, eu queria fazer aqui uma consideração em relação a seu pronunciamento. V. Ex^a tem sido muito ingrato com o Presidente Lula. O Presidente Lula, apesar de todas as dificuldades herdadas e não as herdadas, tem se esforçado nas políticas públicas com muita sabedoria inclusive. Eu estava fazendo uma comparação entre Lula e o Presidente Fernando Collor, hoje nosso colega Senador, e percebi que realmente o Presidente Lula deu um grande exemplo de capacidade política. Sua Excelência vem atravessando as várias crises, associado ao Congresso, às reuniões que eles fazem. Então, apelo a V. Ex^a para que abrande um pouco essas críticas e procure ver o lado positivo do Presidente Lula. E V. Ex^a será reconhecido.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pronto. Agora, permita-me continuar?

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Ainda, não, porque V. Ex^a me concedeu um aparte. Se V. Ex^a quer continuar, eu posso encerrar. Posso encerrar?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu acho que temos que continuar, prosseguir, não é?

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Então, continue, que eu vou ficar...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vamos analisar e agradeceremos a V. Ex^a...

Não, eu não vejo... Muito pelo contrário, eu votei no Presidente Lula da Silva, na primeira eleição. E eu aprendi, ó Gilvam, com um grande líder – não foi com Bakunin, o anarquista da Rússia –, com Petrônio Portella a não agredir os fatos. O Presidente Lula é o nosso Presidente da República, e eu quero é ajudá-lo. Eu acho que eu o ajudo levando a verdade. Eu creio em Deus, ó Gilvam, e eu tenho coragem de dizer minhas crenças. Eu sou um homem do Piauí. Eu creio em Deus, eu creio na verdade. Eu não acredito neste Governo, porque é um Governo que – imaginem um banco – ele é forte porque tem quatro pernas, uma delas é a corrupção, que é uma perna em que não acredito.

Nunca dantes na história deste País teve tanta corrupção. Nunca dantes houve tanta corrupção.

E a sonegação, aí estão os poderosos que não pagam, quem paga é o povo, que tem 76 impostos.

Os desperdícios com essas nomeações, essas farras, como no Piauí, mais 65 secretários nomeados. O desperdício que é simbolizado pelo aerolula.

O Brasil conhece hoje a história e a incompetência. Tirou-se aquela máquina administrativa formada neste País ao longo de nossa história de extraordinários presidentes e colocou-se na chefia todos os companheiros do PT, incompetentes, e muitos deles corruptos, PhDs em corrupção. Então, essas são as pernas.

Quero dizer ao Brasil que não acredito neste Governo. Está aqui o jornal *O Diário do Povo*. Mourão, o Congresso, porque esse jornal independente do Piauí diz umas verdades, cortou a assinatura. Tem um jornal que botaram no fim de semana que é uma imoralidade, botaram um companheiro do PT.

Senador Wilson Matos, V. Ex^a chegou outro dia, mas quem mais discute os problemas aqui sou eu, mas sou discriminado e não apareço. Botaram uma patota aí no jornal – não precisava, é desperdício. O Jornal do Senado, diário, é bom, bem feito, mas arrumaram uma picaretagem de fim de semana, na certa para dar emprego a um picareta do PT, que eu não saio.

Esse jornal, digo para V. Ex^a, é para sintetizar o que tem o Parlamento aqui. E o Brasil é testemunha de que estamos na televisão. Esse é o PT. Mas aprendi lá, ó Zezinho, lá no nosso Nordeste, não com Goebbels, com Duda Mendonça, transformar a mentira repetida

em verdade. Não! Porque é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade.

Está aqui, o jornal **Diário do Povo** foi cancelado, que é um jornal do Piauí que tem coragem e independência: “TCU comprova máfia dos sanguessugas no Piauí”. Tem um jornalista lá, Zózimo Tavares, que eu acho que o Castellinho incorporou nesse Zózimo Tavares. Não acredito nesse negócio de Allan Kardec porque nunca estudei. Assim, espiritismo não é comigo, não é minha praia. Não estou dizendo que não é verdade, não sei. Sou médico cirurgião, mas penso que aquele Carlos Castello Branco, Mourão, o Castellinho, o melhor jornalista deste País em toda a sua história, que combateu a ditadura, que era do Piauí e era um homem como eu, incorporou nesse Zózimo Tavares.

Então, está aqui, jornal **Diário do Povo**: “TCU comprova máfia dos sanguessugas do Piauí”. Aquela imoralidade das ambulâncias, assim ganharam a eleição. Foram mais de 500 ambulâncias trocadas por voto. Está aqui: “TCU comprova máfia das ambulâncias”.

É o Tribunal de Contas da União, que diz que são ladrões. Trata-se de uma denúncia. Isso é uma vergonha! Cortaram o **Diário do Povo** e oferecem umas porcarias que levam à mentira, ao dinheiro pago e à propaganda. Eu quero, no meu gabinete, o **Diário do Povo**. Eu quero.

Ó Presidente Renan Calheiros, que ordem é essa? Estou aqui com este pasquim que se faz em um fim-de-semana, de um picareta do PT! Eu quero o **Diário**. Está aqui o Zózimo.

O Tribunal de Contas: “Sanguessuga no Piauí condenado”. Esse é o PT! Esconde isso, mande fechar este Congresso. É a verdade. Estou aqui como Afonso Arinos. No drama de Getúlio Vargas, Afonso Arinos chegou aqui: “Será mentira o órfão? Será mentira a viúva?” Getúlio viu a verdade e se envergonhou da corrupção.

Então, Lula, eu quero ajudá-lo. Sou do Piauí, não tenho ressentimento, ódio. O que eu tenho é amor, coragem. Eu quero ajudar. Lula da Silva, Vossa Excelência foi ao México com a sua encantadora esposa, D^a Marisa. Tirou muitos retratos das pirâmides. As pirâmides foram construídas não para tirar fotografia, não; era para dar trabalho ao povo.

Está aqui o jornal **O Diário**: “Tribunal de Contas da União comprova máfia dos sanguessugas no Piauí”.

Atentai bem!

“Desemprego entre jovens avançou 300%”, no **Diário do Povo**, do Piauí. Foi cancelado. Ô Mourão, que vergonha! Ô Presidente Renan, eu quero é o **Diário do Povo**.

Outra manchete do jornal do Zózimo: “100 dias de desgraça no Piauí”. Não são 100 dias, mas 200, porque desde que terminou a eleição parou tudo.

“Porto: paralisação compromete material e gera prejuízo para o Piauí”.

Presidente Lula da Silva, o que nós queremos é o seguinte: Vossa Excelência ganhou as eleições no Piauí, ganhou no Brasil. Chiquinho Escórcio, qual é o povo que está livre de ser enganado? Quem é que está livre de ser enganado? O povo de Tróia era um povo sábio; colocaram lá o Cavalo de Tróia, e o povo foi enganado, foi humilhado, foi arrasado.

Nós também fomos enganados. Vossa Excelência, Lula da Silva, foi ao Piauí, tomou banho de mar. É muito bom. Eu tenho uma casa na praia. Verdes mares bravios, brancas dunas, vento que nos acaricia, sol que nos tosta o ano inteiro. Senador Wilson Matos, já foi lá? Rio que nos abraça. E Lula tomou banho, um bom banho e viu o porto e disse que ia concluir o porto.

Viu o porto, disse que iria concluir suas obras. Levou voto igual o Cavalo de Tróia, mas está lá o porto. Começou com Eptácio Pessoa.

Chiquinho Escórcio, passou aqui uma medida provisória que permitia ao Presidente dar US\$20 milhões para o Morales, companheiro da Bolívia, o do gás. O porto precisava de US\$10 milhões. Começou com Eptácio Pessoa, João Paulo dos Reis Velloso era Ministro, de tal maneira que faltam US\$10 milhões, menos do que o que ele deu à Bolívia. Ele sai dando dinheiro por aí. Aprendi com a minha mãe, terceira franciscana, que a caridade que é boa começa com os de casa. Dá para a Bolívia, para a Venezuela, dá dinheiro por onde anda, e o porto do Piauí está parado por causa de US\$10 milhões. O pior é que falta com a verdade o Presidente de República, que se comprometeu. Levou Alberto Silva, engenheiro ferroviário, um idealista, Presidente do meu Partido; disse que ia fazer os trens circulados: Teresina, Parnaíba e Luís Correia, às vésperas da eleição, mas não pôs nem um dormente.

Chiquinho Escórcio, há uma ponte em Teresina. Senador Paulo Paim, Teresina é mesopotâmica como o Iraque, que tem o Tigre e o Eufrates, essa grande civilização que está destruída. O Piauí tem o rio Poti. O PT é "Pára Tudo". Pára a segurança. Está tudo parado. O povo aqui morre mais do que no Iraque.

Olha, Paim, são dois rios, Parnaíba e Poti, e Teresina no meio. Ela é mesopotâmica. Essa ponte era para comemorar 150 anos de Teresina. Teresina vai fazer 156 anos. Tudo parado, só o esqueleto. Senador Wilson Matos, fiz uma ponte no mesmo rio, com engenheiro do Piauí – Lourival Parente –, com construtora do Piauí, operários do Piauí, dinheiro do Piauí, em 87 dias. Heráclito Fortes fez no mesmo rio em 100 dias. O PT já está há seis anos e só o esqueleto. Esse PT é "Pára Tudo". Está aí a universidade sonhando com o seu hospital universitário. Parado. Está lá um pronto-socorro; está lá, começado por Heráclito, quando foi Prefeito de Teresina – eu era de Parnaíba – em 1989,

1990, terminado por esse extraordinário Prefeito que foi Firmino Filho, do PSDB. Está lá. Lula foi e disse, na véspera da eleição, que ia botar para funcionar. Está parado, porque o Firmino Filho, que concluiu, é do PSDB e o povo do Piauí votou nele. Esse é o "Pára Tudo". Está lá, Chiquinho Escórcio, que conhece tudo. O Deputado Federal Milton Brandão com Castello Branco entregaram a nossa eclusa.

O rio Parnaíba era navegável e fizeram lá a hidrelétrica que serve ao Piauí e ao Maranhão, Senador Paulo Paim. Faltam as eclusas. Castello Branco! Quanto tempo faz? Está lá, e eles prometeram. Prometeram até cinco hidrelétricas. Eu quero. E a hidrovia, o transporte ferroviário. O cerrado, que é a última fronteira agrícola. Levamos a Bunge para aumentar a produção de soja. Eletrificamos com dinheiro levado por Fernando Henrique Cardoso. Eletrificação do cerrado. A Transcerrado está do jeito que eu deixei, intrafegável.

E o sonho do Piauí seria se este Governo não fosse de visão, se o Governo do PT não estivesse lá parando tudo. Houve greve dos agentes penitenciários, os presos fugiram, e Teresina é uma cidade que hoje amedronta a todos. Estão em greve os médicos, que não são useiros a isso, eles são resignados. Os fazendários, os professores estão ameaçando. Esse é o modelo de Governo do PT.

Quis Deus chegasse aqui Paulo Paim, essa figura do PT, para que justamente eu pudesse aqui pedir o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o verdadeiro PAC, esse que vem do povo. Que Sua Excelência, o Presidente da República, conclua essas obras federais inacabadas que atrasam o Piauí.

Essas são nossas reivindicações, ô Presidente Lula. Eu represento a história do Piauí. Aprendemos que a gratidão é a mãe de todas as virtudes.

Se essas obras forem reiniciadas, estarei presente no próximo banquete que o PMDB oferecer a Vossa Excelência. Enquanto isso eu fico aqui, talvez numa posição solitária, como fez Rui Barbosa, defendendo as liberdades democráticas e cidadã, como Joaquim Nabuco era uma voz solitária, como Paulo Brossard e tantos outros.

Nós daremos o apoio a Vossa Excelência, justamente quando fizer as obras prometidas ao povo do Piauí, ou então entendemos que aquilo tudo foi um Cavalo de Tróia em nossa história.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR)
– Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. PSDB – PR)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 21 minutos.)

DECISÃO DA COMISSÃO DIRETORA

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e

Considerando que é função primordial dos veículos de comunicação da Secretaria Especial de Comunicação Social (SECS), dar plena cobertura a todas as atividades institucionais desta Casa;

Considerando que deve ser alcançado um maior grau de transparência das atividades dos Senhores Senadores e das Senhoras Senadoras, permitindo que o acompanhamento dessas atividades seja acessível a um maior número de pessoas em todos os pontos do País;

Considerando que a amplitude dessa divulgação tem se elevado, de forma notável, a partir da abertura dos canais abertos da TV Senado em UHF em 14 capitais;

Considerando que os trabalhos legislativos desta Casa têm crescido de forma notável, nos últimos dois anos, e que já chega a 40 o número de Comissões e Subcomissões em pleno funcionamento;

Considerando que houve alteração expressiva da rotina dos trabalhos no Plenário, visto que as sessões se têm prolongado, amiúde, por boa parte da noite;

Considerando que os trabalhos das Comissões e Subcomissões não têm mais limite fixo para término, prolongando seu funcionamento por muitas horas;

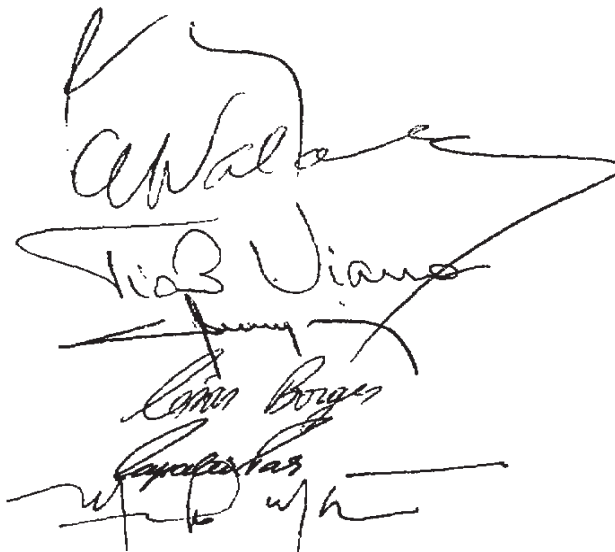
Considerando que uma grande parte do trabalho de captação, tratamento de imagem, transmissão de textos e dados é desempenhada pelo pessoal terceirizado; e

Considerando que o fluxo operacional nos veículos da SECS, do qual participa esse pessoal terceirizado, tem de ser considerado nas relações de trabalho e contratuais mantidas entre o Senado e as empresas prestadoras dos serviços de terceirização.

DECIDE:

1. Os empregados terceirizados que atuam na SECS e seus órgãos cumprirão jornada de trabalho diária de, no máximo, 06 (seis) horas e de 30 (trinta) horas semanais, respeitada a legislação trabalhista.
2. O que exceder ao limite semanal dessa carga horária, observará as seguintes condições: a) compensação de horário, com redução de jornada em outro dia de trabalho, conforme admite a legislação trabalhista; b) na forma de banco de horas e c) esgotado o limite legal relativo ao Banco de Horas, será pago o excedente como horas-extras até o limite legal de 02 (duas) horas extras.
3. Caberá exclusivamente ao diretor de cada órgão da SECS determinar, ao empregado terceirizado, em que período deverá desempenhar a sua jornada de trabalho, respeitando a carga horária máxima semanal, a forma de compensação aqui prevista e demais disposições da Legislação trabalhista em vigor.
4. O controle e registro da jornada de trabalho dos empregados terceirizados será efetuado mediante relógio de ponto, observadas as disposições previstas no item 3 desta Decisão.
5. O disposto nesta Decisão aplica-se aos empregados terceirizados que tenham jornada de trabalho diferenciada da aqui declinada, conforme previsto na legislação trabalhista.

Sala da Comissão Diretora, 10 de abril de 2007.



Handwritten signatures of the members of the Commission Director, including names like Carlos Viana, Carlos Borges, and others.

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3234 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, regulamentada pela Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 16 de dezembro de 1997, bem como na delegação de competência instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1999, e do Ato do Presidente do Senado Federal nº 113, de 2003, tendo em vista o que consta no Processo nº 007082/07-0,

Resolve, fundamentado no § 4º do art. 1º da Lei nº 9.506 e na inexistência do impeditivo do inciso I do art. 45 da Lei 7.087/83, restabelecer a pensão/aposentadoria concedida a JOÃO CASTELO RIBEIRO GONÇALVES, matrícula 127763-ERGON, no valor de R\$ 7.911,84 (sete mil novecentos e onze reais e oitenta e quatro centavos) correspondendo a 62,20% (sessenta e dois vírgula vinte por cento) do subsídio parlamentar, a partir do dia 06/01/2007.

Senado Federal, em 13 de abril de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente:

Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003
3º Designação Geral: 03.04.2007

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 04.04.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> LÚCIA VÂNIA PSDB-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



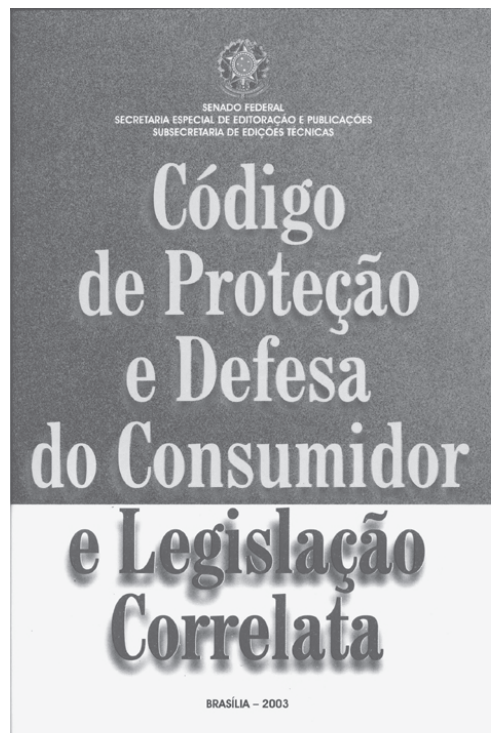
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 108 PÁGINAS